

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO  
TERRITORIAL – MDPT

**FREDERICO OLIVEIRA DA PAIXÃO**

**A QUESTÃO AGRÁRIA E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL**

**Goiânia  
2014**

**FREDERICO OLIVEIRA DA PAIXÃO**

**A QUESTÃO AGRÁRIA E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL**

**Dissertação a ser apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Planejamento Territorial – MDPT, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial.**

**Linha de Pesquisa: Agricultura e Desenvolvimento Sustentável.  
Professora Orientadora: Dr.<sup>a</sup> Margot Riemann Costa e Silva.**

**Goiânia**

**2014**

**Frederico Oliveira da Paixão**

**A QUESTÃO AGRÁRIA E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL**

**Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu*, Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.**

**Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.**

**Professor Antônio Pasqualetto, Dr.  
Coordenador**

**Professora Margot Riemann Costa e Silva, Dr.<sup>a</sup>  
Orientadora**

**Professor Henrique Carlos Labaig, Dr.  
Convidado**

**Professor Rubem Boff, Dr.  
Convidado**

Dedico este trabalho a minha esposa Janaína de Souza Santos, ao meu filho João Pedro Santos Paixão e aos meus pais, Djalmas Mendes da Paixão e Zita Oliveira da Paixão, pela compreensão dos momentos de ausência, pela força nos momentos de fraqueza e pelo incentivo em todos os momentos.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, da saúde e do aprendizado.

A minha Orientadora, Professora e amiga Dr.<sup>a</sup> Margot Riemann Costa e Silva, com quem aprendi através de ensinamentos, exemplos, pensamentos, militância, e principalmente com sua inquietude e desejo incessante de mudança e transformação social.

A FAPEG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás, da qual sou bolsista beneficiário; sem este apoio este projeto seria inviável.

A CPLP - Cooperativa dos Produtores de Leite de Piracanjuba, e em especial ao Sr. Ruy Rodrigues por todo o apoio, atenção, respeito e incentivo à realização deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, pela oportunidade de realizar o mestrado.

"Convicções fortes conquistam homens fortes, e então os fazem mais fortes." (Walter Bagehot).

## RESUMO

Esta dissertação discute sobre a questão agrária e o desenvolvimento nacional em uma perspectiva territorial. Analisa a alternativa do cooperativismo para agricultura familiar e de sua importância para o desenvolvimento territorial mediante o estabelecimento do agronegócio no Brasil e em Goiás. Para tanto, narra o caso da Cooperativa dos Produtores de Leite na cidade de Piracanjuba-Goiás- CPLP exemplificando como o cooperativismo se tornou uma opção importante e necessária para a sustentação da pecuária leiteira no município, mas que por si apenas não resolve o problema estrutural da questão agrária, que se encontra na carência de políticas públicas eficientes para o meio rural. Segundo importantes autores do desenvolvimento, como Celso Furtado e Florestan Fernandes, o desenvolvimento nacional, real e sustentável deve acontecer com intermediação do Estado Nacional, por meio de políticas públicas planejadas. Por sua vez, a agricultura, especialmente a familiar é o elemento fundamental para o desenvolvimento territorial, fato comprovado em várias nações do mundo pelos estudos de Koning e Stringer e também no Brasil, com Ricardo Abramovay. Nesse ínterim entre agricultura e desenvolvimento, uma dialética se estabelece: o crescimento do *agribusiness*, principalmente a partir de 1960 e a manutenção do atraso no campo. A produção agrária se expande enquanto o êxodo rural aumenta. A produtividade bate recorde enquanto as condições econômicas e sociais dos trabalhadores se agravam. Através de análises históricas e de estudo de caso, percebe-se que o desenvolvimento agrário nacional parece de fato estar ligado ao estabelecimento de políticas públicas de acesso à terra, infra-estrutura logística e energética, fomento e acesso à capacitação técnica do pessoal do campo e marco regulatório de preços.

Palavras Chave: Desenvolvimento Territorial Agrário. Cooperativismo. Agricultura Familiar. Agronegócio e Políticas Públicas.

## ABSTRACT

This dissertation discusses the agrarian question and national development in a territorial perspective. Examines the alternative to family farming cooperatives and their importance for regional development through the establishment of agribusiness in Brazil and Goiás. Therefore, narrates the case of Cooperative Milk Producers in the city of Piracanjuba-Goiás- CPLP exemplifying how as cooperatives became an important and necessary option for the support of dairy farming in the county, but that by itself just does not solve the structural problem of agrarian question, which is the lack of efficient public policies for rural areas. According to important authors of development, as Celso Furtado and Florestan Fernandes, national, sustainable and effective development should happen with intermediation of the National State, through planned public policies. In turn, agriculture, especially the family farming is the fundamental element for territorial development, proven in several nations of the world by studies of Koning and Stringer and also in Brazil, by Ricardo Abramovay. Between agriculture and development, establishes a dialectic: the growth of agribusiness, mainly from 1960 and the maintaining the delayed field. The agricultural production expands while the rural exodus increases. The productivity sets a record whilst the economic and social conditions of workers worsened. Through historical analysis and case study, it is noticed that the national agricultural development does seem to be linked to the establishment of public policies on access to land, logistics and energy infrastructure, promotion to technical training field workers, and price regulation.

Key words: Agricultural Land Development. Cooperatives. Family Farm. Agribusiness and Public Policies.

## SUMÁRIO

Lista de figuras .....	12
Lista de quadros .....	13
Lista de tabelas .....	14
INTRODUÇÃO .....	15
Objetivos da pesquisa .....	19
Objetivo geral .....	19
Objetivos específicos.....	19
Metodologia .....	19
Pesquisa bibliográfica .....	20
Estudo de caso .....	20
CAPÍTULO I O DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL .....	22
1.1 O Conceito de desenvolvimento em uma perspectiva territorial.....	23
1.2 O Desenvolvimento do território brasileiro: entre o espólio e o patrimonialismo ..	31
1.3 Relações entre concentração-desconcentração econômica, articulação físico-espacial, integração produtiva, fragmentação territorial e desenvolvimento regional, no contexto da segunda metade do século XX no Brasil .....	34
1.4 Produção agrária e desenvolvimento .....	38
1.4.1 A perspectiva de Niek Koning .....	38
CAPÍTULO II CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL .....	45
2.1 A Modernização conservadora.....	45
2.2 O complexo rural .....	46

2.3 O complexo agroindustrial (CAI) .....	49
2.4 O <i>agribusiness</i> .....	52
2.5 A agricultura familiar.....	54
2.6 Agricultura, ruralidade e desenvolvimento.....	66

### CAPÍTULO III AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO EM GOIÁS:

AS RAÍZES DO ATRASO.....	77
--------------------------	----

3.1 A Lei de terras de 1850 <i>versus</i> o <i>Homestead Act</i> .....	77
3.2 O coronelismo no Brasil e no Estado de Goiás .....	81
3.2.1 Autonomia estadual e periferismo .....	82
3.2.2 As bases do arranjo político: a política coronelística .....	84
3.3 O Estado de Goiás e a manutenção do atraso.....	85

### CAPÍTULO IV A PECUÁRIA LEITEIRA NO MUNICÍPIO DE PIRACANJUBA GOIÁS: O CASO DA COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE DE

PIRACANJUBA - CPLP .....	89
--------------------------	----

4.1 O município de Piracanjuba .....	92
4.2 A produção de leite no município de Piracanjuba .....	95
4.3 O Perfil do produtor, do trabalhador e da rentabilidade da produção de leite em Piracanjuba .....	97
4.3.1 Perfil do produtor de leite em Piracanjuba.....	99
4.3.2 Perfil dos trabalhadores da pecuária leiteira no município de Piracanjuba .....	100
4.3.3 Rentabilidade do produtor de leite de Piracanjuba .....	101
4.4 As relações entre a produção familiar de leite no Estado de Goiás e as cooperativas.....	107
4.5 O cooperativismo no município de Piracanjuba - Goiás.....	108
4.6 Breve histórico da Cooperativa dos Produtores de Leite de Piracanjuba – CPLP .....	108
4.6.1 Caracterização da CPLP .....	109
4.6.2 Entrevista e pesquisa de campo à CPLP .....	109
4.6.2.1. O início das atividades, objetivos e metas da CPLP .....	109

4.6.2.2. A questão das políticas públicas para o setor .....	115
4.6.2.3 Avaliação do momento atual .....	117
CONCLUSÃO .....	120
REFERÊNCIAS .....	128
ANEXOS .....	137

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Os papéis não tradicionais da agricultura para o desenvolvimento econômico-social dos países ..... 75
- Figura 2: Evolução da produção de leite no município de Piracanjuba ..... 96
- Figura 3: Série de preços médios pagos ao produtor - deflacionada pelo IPCA (média de RS, SC, PR, SP, MG, GO e BA). ..... 103

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Vertentes teóricas atuais sobre o desenvolvimento .....	23
Quadro 2: Os 20 municípios com as maiores produções de leite no período de 01.01 a 31.12 do ano de 2012.....	97
Quadro 3: Rentabilidade da produção leiteira no Estado de Goiás - 2009 ....	102
Quadro 4: Rentabilidade da produção leiteira em Piracanjuba - 2009 .....	102
Quadro 5: Comparativo da rentabilidade das fazendas leiteiras de Goiás (2008/2009) e Piracanjuba (2009/2010) .....	102
Quadro 6: Propostas para o problema da sustentabilidade da pecuária leiteira do município de Piracanjuba .....	106
Quadro 7: Dados da Cooperativa dos Produtores de Leite de Piracanjuba - CPLP .....	109

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tecnologia e mecanização ..... 99

Tabela 2: Comparativo: desempenho produtivo das propriedades da amostra da pesquisa Goiás (2008/2009) e Piracanjuba (2009/2010) ..... 101

## INTRODUÇÃO

No Brasil, a agricultura familiar é responsável pela produção de 87% da produção nacional de [mandioca](#), 70% da produção de [feijão](#), 46% do [milho](#), 38% do [café](#), 34% do [arroz](#), 21% do [trigo](#) e, na [pecuária](#), 58% do [leite](#), 59% do plantel de [suínos](#), 50% das [aves](#) e 30% dos [bovinos](#). Segundo dados do [Censo Agropecuário de 2006](#), 84,4% do total de propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares e respondem por 37,8% do Valor Bruto da Produção Agropecuária.<sup>1</sup>

Segundo informações oferecidas pelo Cadastro Nacional do INCRA (2014), 1,6% dos proprietários com imóveis acima de mil hectares detêm 46,8% da área total existente no Brasil. Cerca de 51,40% dos imóveis classificados como grandes propriedades são improdutivos, o que significa que mais de 133 milhões de hectares de terras não atendem às exigências mínimas de produtividade. No Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, último divulgado até então, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar. Eles representavam 84,4% do total, mas ocupavam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Já os estabelecimentos não-familiares representavam 15,6% do total e ocupavam 75,7% da sua área.

De acordo com Batalha (2001), as empresas rurais têm utilizado todo seu potencial econômico e científico em prol do próprio desenvolvimento, pois percebem que a concorrência no mercado doméstico e principalmente no internacional depende de uma gestão profissional e sólida para gerar competitividade.

Contudo, aproximadamente um terço da produção agrária no Brasil é gerada no molde da agricultura familiar, muitas vezes em pequenas propriedades, contando com baixo incentivo fiscal, dificuldade de crédito para financiamento, mão-de-obra não capacitada e uso incipiente de tecnologia.

Segundo Guilhoto et. al (2006), “se por um lado, a agropecuária familiar tem um papel social inquestionável, por outro, sua sobrevivência é incerta. Por si só, este setor produtivo é desorganizado e ineficaz para promover seus próprios interesses”.

---

<sup>1</sup>Fonte: Censo Agropecuário 2006/IBGE. Disponível em : <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/default.shtm>. Acesso em 15/02/2013.

De acordo com o Plano Safra do Governo Federal (2011-2012), “fundamental para segurança alimentar e a economia do País, a agricultura familiar produz 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros e responde por mais de 74% do pessoal ocupado no campo e por 10% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro”.

Segundo dados do PIB da agricultura familiar Brasil-Estados (2007), em que fora analisado o período entre 1995 e 2005, um terço do agronegócio brasileiro está condicionado à produção “agropecuária familiar”, ficando evidente o peso da agricultura familiar na geração de riqueza do país.

De acordo com o projeto de cooperação técnica entre o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) o agricultor familiar de baixa renda não goza das mesmas oportunidades dos produtores patronais, mas acabam concorrendo com eles e com outros tipos de produtores familiares melhor estabelecidos, justamente pela falta de um marco regulatório.

A produção de leite deve 58% à pecuária familiar, contudo, as propriedades familiares carecem de maior estrutura e apoio do Estado, em suas respectivas cadeias, para primeiro sobreviverem e depois se tornarem mais competitivas. Por isso, os produtores têm buscado se organizar em cooperativas de produção. A união de produtores familiares em cooperativas potencializa sua condição de barganha (pela união participativa de vários produtores), impactando de forma positiva a produção nacional de alimentos.

Esta atividade acaba por minimizar o êxodo rural (diminuindo assim os problemas sociais causados pelo excesso de contingente urbano), gerando sustentabilidade (subsistência e renda), principalmente ao pequeno e médio produtor, familiares ou não.

Esta dissertação trata da questão agrária e o desenvolvimento nacional. Estudos recentes, publicados por Stringer (2001), Abramovay (2003), Koning (2013) e Silva (2013), demonstram a importância da agricultura para o desenvolvimento nacional, sobretudo da agricultura familiar para o caso do Brasil e do Estado de Goiás. Escolheu-se demonstrar nesta dissertação a dicotomia entre os avanços do setor agrícola advindos com o agronegócio e a manutenção do atraso em algumas regiões rurais. A agricultura passou por um processo de modernização (conservadora), aumentando a produtividade. Contudo, fatores como renda, melhores condições de trabalho e qualidade de efetivamente não melhoraram, tanto

para o produtor quanto para o trabalhador rural.<sup>2</sup> Por um lado a agricultura se modernizou, contudo os pequenos e médios produtores (e principalmente os familiares) ainda não gozaram dos benefícios desta modernização.

A agricultura se tornou uma atividade de mercado, com a intervenção de capital estrangeiro e direcionada à exportação. A agroindústria se estabeleceu no país, principalmente após os anos de 1960, tornando a competição com o produtor familiar muitas vezes desleal. Em contrapartida, a agricultura familiar é de suma importância para o abastecimento do mercado interno de alimentos e para manutenção do homem no campo e na atividade.

A agricultura familiar carece de apoio do Estado e de políticas públicas que incentivem a sua manutenção, pois a condição de vida do trabalhador e do produtor familiar nos dias atuais não estimula a continuidade da atividade.

Para ilustrar tal discussão, este trabalho utilizou de um estudo de caso referente à pecuária leiteira na cidade goiana de Piracanjuba, narrando as relações entre a agricultura e desenvolvimento territorial<sup>3</sup> e as práticas dos produtores de leite da região e as suas iniciativas de organização em cooperativas, através das experiências da Cooperativa dos Produtores de Leite de Piracanjuba – CPLP, para fazer frente às imposições do agronegócio e assim se manterem na atividade.

De acordo com Koning (2013), Stringer (2001), Abramovay (2003) e Silva (2013), deve-se a agricultura, sobretudo à agricultura familiar, importante impacto sobre o desenvolvimento territorial. Segundo estes autores em vários países do mundo e não obstante no Brasil, não há desenvolvimento territorial sólido sem o avanço da agricultura. Os benefícios da eficiência deste setor vão muito além dos regionalismos, cooperando para uma melhor distribuição de riquezas e igualdade social.

No Brasil, a partir de 1960 a modernização do setor agrícola é evidente. A produtividade do setor alcançou inéditos índices positivos de crescimento. Contudo, os impactos em termos de renda, melhoria da qualidade de trabalho e de vida do produtor e do trabalhador não aconteceram na mesma proporção. O produtor familiar não pode concorrer em igualdade no mercado com a agroindústria, tornando a atividade cada vez menos atrativa. Faltam leis, políticas públicas contundentes e

---

<sup>2</sup> De acordo com índices sociais como IDH - Índice de Desenvolvimento Humano. Ver capítulo 4.

<sup>3</sup> Neste município houve entre 2000 e 2010, importante avanço da renda per capita domiciliar rural, da 404ª posição em 2000, para a 202ª posição em 2010 no ranking brasileiro (CENSOS 2000 e 2010).

ação do Estado para enfim gerar, através da agricultura, desenvolvimento nacional.

Segundo Jorge Rubez (2001)<sup>4</sup> presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite, a Leite Brasil, nos Estados Unidos 70% da produção de leite passa pelas cooperativas. A experiência de vários países como Nova Zelândia, Holanda e Uruguai tem mostrado que as cooperativas trazem benefícios reais de competitividade para os produtores familiares que se encontram em um modelo de oligopsônio.

O Brasil apresentou uma fase, até o início dos anos 1990, de grande crescimento do cooperativismo. O sistema de cooperativas de produção de leite chegou a controlar 80% da produção nacional, quando o cooperativismo entrou em crise. Hoje, o leite oriundo do cooperativismo não representa mais do que 50% da produção nacional.

Um dos principais efeitos negativos desse fato é em relação ao preço do litro do leite, que chegava a U\$ 0,40/litro (em 1990) quando as cooperativas ditavam as regras do preço do leite em todo o país; hoje, há produtores familiares que recebem em torno de R\$ 1,20/litro, ou seja, cerca de U\$ 0,60/litro.

Para Rubez (2001), somente com cooperativas sólidas, influentes e competitivas os produtores familiares poderão ter uma melhor remuneração, pois as cooperativas têm poder decisivo na formação do preço de venda.

O problema da pesquisa consistiu em levantar as relações existentes entre a agricultura, sobretudo a agricultura familiar e o desenvolvimento nacional e demonstrar que as cooperativas de produção são uma importante alternativa de organização social dos produtores rurais para fazer frente aos elos industriais e comerciais da cadeia produtiva.

Portanto, as perguntas que este trabalho visou responder foram:

- Qual a relação existente entre a agricultura e o desenvolvimento nacional?
- Quais foram as vantagens competitivas da produção cooperada em relação à produção familiar individual observada através da experiência dos produtores de leite de Piracanjuba associados à CPLP (Cooperativa dos Produtores de Leite de Piracanjuba)?
- As cooperativas são carentes de que tipo de apoio efetivo do Estado?

---

<sup>4</sup> Jorge Rubez (2001): Associação brasileira dos produtores de leite – Leite Brasil. Disponível em: <<http://www.leitebrasil.org.br/>>. Acesso em: 15 jun.2013.

A hipótese deste trabalho coaduna com as idéias dos autores Koning (2013), Stringer (2001), Abaramovay (2003) e Silva (2013), de que, a agricultura, principalmente familiar, é o fator chave para o desenvolvimento nacional. Não existe nação desenvolvida que não tenha passado por um processo de reforma e planejamento do setor agrário, com intervenção e apoio do Estado.

Em hipótese, se a produção familiar não receber incentivos do Estado, não poderá operar por inviabilidade econômica, aumentando o êxodo rural e o caos urbano. As cooperativas de produção são uma alternativa para esta problemática, mas não podem sozinhas, resolver o problema maior, que é a dificuldade de competição no interior de cadeias produtivas de alimentos que hoje assumem dimensões mundiais.

Os objetivos da pesquisa serão descritos a seguir, dispostos em objetivo geral e específicos.

### Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho consiste em verificar as relações existentes entre a agricultura, com ênfase na agricultura familiar e o desenvolvimento nacional.

### Objetivos Específicos

- Debater o conceito de desenvolvimento em uma perspectiva territorial;
- Estudar as relações entre agricultura e o desenvolvimento territorial em várias regiões do mundo, no Brasil e em Goiás; e
- Ilustrar através de um estudo de caso que a organização cooperativa dos produtores é uma válida e importante, porém insuficiente, iniciativa para viabilizar o pequeno e médio produtor, sendo necessário um conjunto de medidas por parte do poder público para estabilizar a produção rural.

### Metodologia

Devido à natureza e objetos de estudo delimitados nesta pesquisa, decidiu-se por utilizar a pesquisa bibliográfica e estudo de caso, ambos discriminados a seguir.

## Pesquisa Bibliográfica

De acordo com Lakatos e Marconi (2010, p. 139) a pesquisa bibliográfica é “um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade”.

Nesta dissertação, a pesquisa bibliográfica ocorreu através de estudos e pesquisas em obras impressas, artigos, teses e dissertações, livros e análise de textos relevantes ao tema a ser desenvolvido. Foram realizadas também, consultas a dados estatísticos disponibilizados pelos Censos 2000 e 2010 (IBGE), Censo Agropecuário 2006 e, INCRA/FAO (2014), Produção da Pecuária Municipal PPM (2012), além de consultas a sites, textos e publicações eletrônicas.

## Estudo de Caso

De acordo com Martins (2008), o estudo de caso é uma investigação empírica que se ocupa de fenômenos recentes dentro do contexto de vida real em que ocorrem. Deve ser embasado em uma plataforma teórica e busca abranger a totalidade de uma situação, normalmente complexa, que requer profundidade e coleta de múltiplos dados e evidências para a condução de conclusões.

De acordo com CERVO, BERVIAN e SILVA (2007), estudo de caso é a pesquisa sobre determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que seja representativo de seu universo, para observar diversos aspectos de sua vida. Ele permite reunir informações detalhadas e numerosas, e abranger assim a totalidade de uma situação. Além disso, o método possibilita o alcance de informações em união com outras existentes, facilitando a compreensão do fato estudado.

Foi realizado um estudo de caso na CPLP em Piracanjuba-Goiás, com observações, análise *in loco* e pesquisa secundária (dados e documentos da instituição). Foi também realizada entrevistas semi-estruturadas com o corpo diretivo da cooperativa, na pessoa do Sr. Ruy, responsável administrativo da CPLP, e também com os fundadores, Senhores Fernando Cereza Neto, José Coelho Neto e Carlos Lourenço.

Portanto, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009) a metodologia desta dissertação pode ser assim classificada: - quanto à abordagem, é qualitativa, com levantamento de dados da cooperativa em estudo. Quanto à natureza, foi realizada

pesquisa aplicada. Quanto aos objetivos, a pesquisa foi exploratória e descritiva. Quanto aos procedimentos, realizou-se pesquisa bibliográfica e documental e quanto aos métodos foi realizado análise, observação *in loco* e aplicação de entrevistas semi-estruturadas.

Para discutir as questões levantadas nesta pesquisa, este trabalho foi organizado em quatro capítulos que não possuem intenção de independência, mas sim de complementaridade. Portanto, a organização deste trabalho em capítulos visa estabelecer uma estrutura organizada para conexão e reflexão dos temas tratados.

Como o intuito deste trabalho é demonstrar a relação entre questão agrária e o desenvolvimento nacional, o primeiro capítulo será dedicado à conceituação de desenvolvimento na perspectiva territorial, mediante os multifacetados entendimentos do termo. Ainda nesse capítulo, será tratado o desenvolvimento do território brasileiro, do período específico da segunda metade do século XX e das relações entre produção agrária e desenvolvimento.

Tendo se discutido sobre o conceito territorial do desenvolvimento, a formação do território brasileiro e o relacionamento entre agricultura e desenvolvimento, no segundo capítulo serão levantadas as características da agricultura e do desenvolvimento no Brasil, demonstrando a modernização conservadora que se instalou no país com o advento da agroindústria e do *agribusiness*, além de tratar da questão da nova ruralidade e da agricultura familiar em relação à modernização do campo.

O terceiro capítulo se encarregou de discutir sobre a agricultura e o desenvolvimento no estado de Goiás, evidenciando através de breve retrospectiva histórica as bases e a manutenção do atraso na região.

O quarto capítulo traz um estudo de caso sobre a pecuária leiteira na região de Piracanjuba-Goiás e a experiência dos produtores vinculados a Cooperativa dos Produtores de Leite de Piracanjuba – CPLP, com o intuito de ilustrar através de um fato concreto que a produção familiar apresenta severas dificuldades competitivas frente ao agronegócio, sendo a organização em cooperativas uma alternativa de sobrevivência, mas não a resolução do problema agrário nacional e no estado de Goiás.

## CAPÍTULO I DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL

O primeiro tópico deste capítulo aborda o conceito de desenvolvimento em uma perspectiva territorial, pois, não há desenvolvimento nacional que não brote no território. O termo “Território”, segundo Santos (1978), possui ao menos duas dimensões: - a primeira, física, tangível, indicando a localidade ligada a terra; a segunda é intangível, ligada a identidade, ao regionalismo, ao pertencer, a cultura, ao territorialismo. É concernente à visão de território a figura do poder. O território é a terra de alguém, onde as pessoas exercem (ou possuem) o poder sobre os bens e sobre as outras pessoas. Mesmo quando a pesquisa sobre território é puramente física, biológica e geográfica, percebe-se que o território está atrelado a formas de poder, como atesta Faoro (2001)<sup>5</sup>.

Por sua vez, pode-se afirmar que o termo território possui para a Sociologia e para Ciência Política uma conotação mais política, ligada às relações de poder, ao Estado como Nação, ao Território Nacional. Seria então o território um espaço definido pelas relações de poder. O conceito de território então remete ao conceito de Governança.

No segundo ponto deste capítulo, analisou-se o desenvolvimento do território brasileiro, que ocorreu entre o espólio e o patrimonialismo através de um breve levantamento histórico. Em continuação a este tópico, o terceiro ponto aborda, devido à importância para esta análise, as principais relações entre concentração-desconcentração econômica, articulação físico-espacial, integração produtiva, fragmentação territorial e desenvolvimento regional, no contexto da segunda metade do século XX.

Por último, discutiu-se sobre o desenvolvimento em relação a produção agrária e suas relações, demonstrando que mundialmente, e em vários períodos da história há fortes ligações entre estes fatores e que, para alguns importantes autores como Abramovay (2003), Koning (2013) e Stringer (2001), a questão agrária é na verdade o fator mais importante para o desenvolvimento sócio econômico do território; não obstante, este fato também é coerente no Brasil. Os textos serão apresentados a seguir.

---

<sup>5</sup> Raymundo Faoro é autor de "Os Donos do Poder" (1958), obra clássica da sociologia que trata da formação do patronato político brasileiro, retratando uma sociedade na qual o poder público é exercido e usado como se fosse privado. Em um levantamento feito pela Folha, em 1999, a obra é apontada como uma das dez mais importantes do pensamento brasileiro. A 3ª edição data de 2001. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014).

## 1.1 O Conceito de Desenvolvimento em uma Perspectiva Territorial

Das muitas perspectivas possíveis de discussão sobre o desenvolvimento este trabalho se inicia com a discussão do aspecto territorial devido à natureza do objeto de estudo e aos interesses em questão, além da contemporaneidade das pesquisas nacionais e internacionais, que reabriram a discussão sobre desenvolvimento em várias escalas da sociedade.

É vasta a literatura recente que discute a questão regional do desenvolvimento, defendendo que a nova organização dos espaços nacionais tende resultar da dinâmica da produção regionalizada das grandes empresas e, da resposta dos Estados Nacionais, para enfrentar os impactos regionais e localizados, seletivos da globalização. (ARAÚJO, 2000).<sup>6</sup>

De acordo com Brandão (2007, p.39) é possível listar dezenas de vertentes teóricas que defendem na atualidade irrestritamente a escala local, de forma mais clara ou subliminar, em variados aspectos ou dimensões. Brandão destaca as seguintes:

Quadro 1. Vertentes teóricas atuais sobre o desenvolvimento

Vertente Teórica/Analítica	Principais autores e obra seminal	Eixo de análise e idéia-força
"Acumulação Flexível"	Piore e Sabel (1984)	Substituição da produção em série e em massa fordista pela especialização flexível.
Modelo dos distritos industriais italianos	Brusco (1982) Becattini (1987) Bagnasco (1988)	Conjunto "marshalliano" de pequenas e médias empresas, de base semi-artesanal, que convive em uma atmosfera sinérgica de cooperação, confiança e reciprocidade.
Escola californiana	Scott e Storper (1986) Scott (1988) Storper e Walker (1989)	<i>Learning Regions</i> , em que o tecido sócio-produtivo, do entorno territorial, promove e potencializa processos endógenos dinâmicos de aprendizagem coletiva.
Construção de vantagens competitivas em âmbito localizado	Porter (1990)	Construção deliberada de competitividade e vantagens relativas locais. Toma por base o seu "diamante" de quatro elementos: Estratégia, Estrutura e Rivalidade das Empresas; Condições de Demanda; Indústrias Correlatas e de Apoio e Condições de Fatores.

<sup>6</sup> Entende-se como modernas literaturas sobre o Desenvolvimento as obras e as teorias publicadas no período do pós-guerra. Estas literaturas, de forma geral, apresentam dois pontos de congruência: o primeiro em relação à visão política e o segundo em relação a consideração quase única da indústria como o ente principal gerador de desenvolvimento, com negligência ou abandono da questão agrária nesta discussão. Ver Brandão (2007).

Vertente Teórica/Analítica	Principais autores e obra seminal	Eixo de análise e idéia-força
Sociedade (e economia) em rede	Castells (1996)	No novo modo de produção do “informacionalismo”, com seus fluxos globais de “geometria variável”, a busca por identidade local ganha significado tanto quanto estar conectado à rede.
Convergência de renda	Sala-I-Martin (1990) Barro e Sala-I-Martin (1995)	As regiões têm a tendência a convergir para a mesma taxa de crescimento e mesmos níveis de renda <i>per capita</i> , a longo prazo.
Regiões como ativos relacionais	Storper (1997)	Retroalimentação relacional entre tecnologias, organizações e territórios, destacando o papel das convenções, coordenação e racionalidade.
Nova economia institucional	North (1990)	Dependendo da instrumentalidade institucional, podem-se construir contextos localizados que amenizam divergências, instabilidades e incertezas, através de normas, costumes e regras que regulam o comportamento dos agentes.
Estados-Região	Ohmae (1990 e 1996)	Com o fim dos Estados-nação, que eram “recortes não-naturais”, e graças às vantagens da fragmentação, afirmar-se-ão os âmbitos “naturais” das regiões e localidades.
Pós-fordismo regulacionista	Lipietz (1985) Benko e Lipietz (1992)	Rede de compromissos, coerências e contratos sociais locais, através de certo modo de regulação localizado, condizente com o regime de acumulação mais geral.
Clusters ou outros arranjos produtivos locais com eficiência coletiva	Schmitz (1997) Porter (1998)	Vínculos e interdependências geradas pela concentração espacial/setorial de empresas.
DLIS- Desenvolvimento Local Integrado Sustentável	PNUD (Banco Mundial)	Ativismo local a fim de criar uma “osmose perfeita” entre comunidade local e as empresas, com a construção de um “homogêneo sistema de valores”, tendo por base a eficiência e a sustentabilidade ambiental.
“Planos estratégicos locais”	Borja e Castells (1997)	Seria uma “grande operação comunicacional, um processo de mobilização”, com o fim não declarado de tratar a cidade ou região como uma mercadoria, dotada de boa imagem, símbolo ou marca, a ser “bem vendida” no mercado mundial, isto é, ter alta atratividade de capitais.
Cidades-região	Scott et al. (1999)	Aglomerações urbanas (com pelo menos 1 milhão de habitantes) aptas a terem conectividade com os fluxos econômicos mundializados, sendo dotadas dos requisitos para se transformar em plataformas competitivas e atores políticos decisivos na disputa pelos mercados globais.
Cidades mundiais	Sassen (1991)	Metrópoles que estão no topo da rede urbana mundial e que concentram o terciário avançado, grandes corporações, centros de tecnologia, cultura, ciência etc.
Desenvolvimento local endógeno	Vázquez e Barquero (1993 e 1999)	A busca de soluções de forma compartilhada conduz ao “desenvolvimento endógeno”.
Governança local	Banco Mundial	Boa governança alcançada através de construção de ambiente previsível, transparente e com <i>accountability</i> .

Fonte: (BRANDÃO 2007, p. 41-42).

Evidentemente, ações de desenvolvimento locais são importantes. A atração de indústrias, do capital e de trabalho gera emprego e renda, aumenta a renda *per capita* da região tornando-a mais atrativa e desenvolvida.

É notório que incentivos fiscais e arranjos de incentivos de preços locais são fatores desenvolvedores, bem como o investimento em infra-estrutura produtiva. Contudo, o que se discute no embate entre o território e o local é a fragmentação do território.

O Estado que privilegia apenas certas regiões dentro do território não cumpre com o *Múnus Público*<sup>7</sup>. Este Estado não pode ser substituído na formulação de políticas públicas de desenvolvimento que abranjam não apenas o espaço restrito da região, mas o território em sentido político, geográfico, econômico, cultural e social da nação.

Segundo Cano (2007), o neoliberalismo tem causado um enorme embotamento intelectual e político no país, que diminuiu sobretudo o sentimento de nacionalidade e também da verdadeira regionalidade hierárquica e planejada em âmbito nacional.

O que se presenciou em vários países (sobretudo da América Latina) e também no Brasil com a aplicação da política neoliberal, foi o aumento do subdesenvolvimento<sup>8</sup>.

As regiões menos desenvolvidas se tornaram ainda mais marginalizadas e afastadas da grande indústria, enquanto as regiões mais desenvolvidas foram as que continuaram a se desenvolver, incentivando ideias separatistas, de dependência econômica, manipulação e manutenção do atraso entre entes federados do mesmo território, enfraquecendo o conceito de nação e de Estado.

O neoliberalismo ataca o Estado nacional enfraquecendo-o nos vários planos de atuação, criando falsas idéias do desenvolvimento local, da cidade (ou da região), emanadas de ações locais ou regionais, aumentando mais ainda as desigualdades sociais, chamado de “teoria do poder local”. (ARAÚJO, 2000).

---

<sup>7</sup> Segundo Hely Lopes Meirelles (2014), *Múnus Público* se refere à “Mão do Povo”, ou seja, o dever da Administração Pública de prestar o melhor serviço à comunidade, cumprindo com os princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

<sup>8</sup> Termo desenvolvido pela CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, que foi criada em 1948 pelo [Conselho Econômico e Social das Nações Unidas](#) com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros. A CEPAL é uma das cinco comissões econômicas da [Organização das Nações Unidas](#) (ONU); possui 44 estados e oito territórios não independentes como membros. Além dos países da [América Latina](#) e [Caribe](#), fazem parte da CEPAL o [Canadá](#), [França](#), [Japão](#), [Países Baixos](#), [Portugal](#), [Espanha](#), [Reino Unido](#), [Itália](#) e Estados Unidos.

O Estado estaria à mercê ou dispor da grande indústria, para gerar políticas de atrações fiscais locais (que pode alterar o custo de localização através da guerra fiscal e facilidade de transportes e infra-estrutura local), ou para intervir localmente na disposição e ofertas de preços e impedimento de ações antitruste, favorecendo microeconomias locais. Os contemporâneos formuladores de políticas de desenvolvimento regional parecem ter-se esquecido da nação e de que, diante da ausência de um projeto nacional de desenvolvimento, é impossível um diagnóstico e uma política de desenvolvimento para as diferentes regiões do país. (Cano, 2007).

A literatura contemporânea sobre desenvolvimento parece apontar que pensar as escalas nacionais e estruturais é ser retrógrado, defendendo que a discussão entre o local e o global está perdendo sentido.

Carlos Brandão (2007) assevera a urgente necessidade do resgate das determinações estruturais para se pensar a dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista.

Para este autor, as modernas teorias de desenvolvimento (como a Nova Geografia Econômica de Krugmann (1991), o Modelo dos Lugares Eleitos, os Clusters e os Arranjos Produtivos Locais) defendem que o desenvolvimento ocorreria através de uma comunidade de atores ativos, que agem por conta própria, em um conjunto harmonioso criado pela proximidade espacial, com sinergias resultantes da cooperação, apropriadas de vantagens que se encontram no local, na região, na sua atmosfera mais imediata. É como se a escala menor – o micro-espço, o município, a cidade ou a região fosse necessariamente mais adequada para a ação.

Brandão (2007) se contrapõe a essas interpretações<sup>9</sup>, resgatando alguns determinantes da lógica de funcionamento do capitalismo, defendendo que “existem não só essas forças endógenas, mas também fatores decisivos que são ‘exógenos’ à localidade. Existem hierarquias. Existe poder. Existe macroeconomia.” (BRANDÃO, 2007, p. 30).

---

<sup>9</sup>As ideias de Brandão coadunam com o pensamento de Marx (1859), Faoro (1958), Florestan Fernandes (1968), Milton Santos, Celso Furtado (2002), Caio Prado Júnior (1960) Wilson Cano (2007) e Maria da Conceição Tavares (1999), entre outros autores igualmente relevantes na discussão de desenvolvimento territorial, como, David Harvey (2013), Raymundo Faoro (2001), João Manoel Cardoso de Mello (1992), Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo (2002), José Luis Fiori (1988), Florestan Fernandes (1968), Francisco de Oliveira (2002), Tânia Bacelar de Araújo (2000), Henri Lefebvre (1979), Manuel Castells (1972), entre outros. Este trabalho concorda com a linha de pensamento de Brandão, portanto, concorda também com a corrente ideológica dos pensadores supracitados.

De acordo com este autor:

(...) o sistema capitalista aprofunda e torna mais complexo a divisão social do trabalho, inclusive na dimensão espacial. Ele aperfeiçoa sua capacidade de manejar as escalas espaciais em seu benefício. Existem enquadramentos e hierarquias, e os micro-processos, as micro-decisões dos atores empreendedores, não podem sobrepor os macro-processos e as macro-decisões. (BRANDÃO 2007, p.30).

Brandão (2007) discute que as teorias modernas de desenvolvimento têm evidenciado a ideia do local em detrimento do território, o que ocasionaria uma miopia política e social de desenvolvimento. Segundo este autor, as modernas concepções teóricas acolhem “vulgaridades analíticas e simplismos ideológicos” ao afirmarem que as escalas entre o local e o global estão perdendo sentido, assumindo que pensar a escala global é ser retrógrado.

O conceito de Desenvolvimento para Brandão (2007), passa pela concepção de desenvolvimento territorial, ou seja, de um poder desenvolvedor de políticas públicas nacionais, uno, coeso, estruturado na visão de desenvolvimento do todo, sem detrimento de áreas menos favorecidas em favor daquelas já desenvolvidas.

Para este autor, as políticas neoliberais dos últimos anos incentivaram a perspectiva do local em detrimento do território. É claro que as ações de desenvolvimento em âmbito municipal e local são importantes, por trabalhar as carências do *lócus* com maior singularidade e eficiência. Contudo, estas ações não podem ser tomadas isoladas de políticas públicas nacionais. Segundo Brandão (2007) esta visão aumenta as desigualdades e o subdesenvolvimento, por manter as regiões periféricas do país em uma condição fornecedora de alimentos e insumos para os centros mais desenvolvidos, ao mesmo tempo em que se apresentam como consumidoras de produtos industrializados. Nas regiões mais desenvolvidas, ocorre acúmulo e aumento da riqueza, gerando uma situação de fragmentação da nação e do poder público nacional.

Este enfraquecimento do poder público nacional gera, por sua vez, inúmeros prejuízos à Federação como perda de autonomia política e de negociação nacional, fragmentação do pensamento político, morosidade de decisão, maior dificuldade de moralização e controle das ações e conseqüente abertura para o capital e domínio estrangeiro perpassando pela economia até a cultura. O resultado das políticas públicas de ações desconexas e fragmentadas para Brandão (2007) é o

retrocesso, o subdesenvolvimento, caminho contrário para o que se deveria servir o Estado.

De forma geral, autores como Celso Furtado, Florestan Fernandes, Maria da Conceição Tavares e Milton Santos, entendem, assim como Brandão (2007), que os conceitos de território e de Estado Nação estão intimamente ligados ao desenvolvimento nacional. Portanto o desenvolvimento abrangente, democrático, inclusivo e continuado é função de uma perspectiva territorial.

Segundo Brandão (2007, p. 38) “nos últimos anos, a concepção de que a escala local tem poder ilimitado invadiu o debate sobre o desenvolvimento territorial, no Brasil e no mundo”.

Para este autor, muitas abordagens de *clusters*, sistemas locais de inovação, incubadoras, distritos industriais, etc. possuem tal perspectiva.

Ainda de acordo com Brandão (2007, p. 38):

A banalização de definições como “capital social”, redes, “economia solidária e popular”; o abuso na detecção de toda sorte de “empreendedorismo”, voluntariados, talentos pessoais e coletivos, microiniciativas, “comunidades solidárias”; a crença em que os formatos institucionais ideais para a promoção do desenvolvimento necessariamente passam por parcerias “público-privadas”, baseadas no poder de “governança” das cooperativas, agências, consórcios, comitês, etc., criam uma cortina de fumaça nas abordagens do tema.

Estas abordagens acabam defendendo que o microespaço, o município, a cidade ou a região, são necessariamente mais adequadas para a ação, considerando um ambiente de equidade, com grande sinergia entre os seus atores, que agem por conta própria movidos por diretrizes de cooperação e solidariedade localistas. Consideram fenômenos como a formação dos oligopólios e a divisão da sociedade em classes sociais como componentes, forças e características de um passado a ser superado.

Neste sentido, as regiões propagam suas vantagens competitivas em relação ao custo dos transportes e logísticos, incentivos fiscais, infra-estrutura, mão de obra, capacidade de matéria prima e eficiência energética e produtiva para atrair novos investimentos, aquecendo a economia da região, muitas vezes com base em subsídios fiscais, comprometendo em longo prazo o real desenvolvimento do país.

Crescimento por si não significa desenvolvimento; ações desprovidas de um macro planejamento territorial acabam gerando deseconomias de escala através

do processo imigratório, do inchaço desenfreado das cidades, caos urbano em relação à saúde, educação, emprego, trânsito, segurança, habitação, redução da produção de alimentos, aumentando de forma geral o custo do próprio estado.

Ou seja, em um país, desigual e heterogêneo como o Brasil, o enfraquecimento do Estado Nação, aprofunda o desenvolvimento desigual, excludente e segregador, contrário ao que se pensa ser o conceito de desenvolvimento real, articulado, agregador, reduzindo as desigualdades das várias partes do mesmo território.

Grande parte das políticas públicas considera os conceitos do desenvolvimento local difundidos atualmente no país, baseado em um novo imperialismo global, dos “lugares eleitos” para a atração dos agentes econômicos mais poderosos, negando a natureza das hierarquias nacionais, as questões estruturais do país e as características regionais.

Segundo Brandão (2007, p. 36),

(...) “é preciso discutir a espacialidade dos problemas e implementar políticas levando em consideração a escala específica desses problemas, mas em um contexto em que esteja presente um projeto nacional de desenvolvimento”.

Segundo Amin e Robins (1994, p. 79), grande parte destas literaturas modernas de desenvolvimento pregam “o fim da centralização, da concentração, da massificação e da estandardização e [a vitória] de uma utopia antifordista, caracterizada pela flexibilidade, pela diversidade e, em termos espaciais, pelo localismo”.

Segundo Brandão (2007, p. 43),

(...) ressaltou-se em vários destes estudos o papel das aglomerações e das proximidades, procurando analisar de que forma os complexos produtivos territorializados seriam capazes de germinar densidade social cooperativa específica.(...)exageram ao perceber uma harmonia de interesses, quase uníssonos, naquela porção do território. Os locais que desenvolveram ações de construção de competitividade, com base em movimentos coletivos com alta sinergia, seriam exemplos a serem seguidos por regiões e cidades que desejassem replicar tais experiências, procurando copiar sua lista de “fatos estilizados” e trajetórias de microdecisões, e acordos tácitos que deram certo.

Cabe ressaltar que, Brandão (2007) defende a ideia que o desenvolvimento depende, de fato, das múltiplas escalas entre o local e o global, não se restringindo

a um contexto localista, de escala menor. Ressalta que as iniciativas de cooperação local são importantes e trazem de fato benefícios e desenvolvimento para a localidade, mas devem ser pensadas e realizadas à luz de políticas públicas territoriais, com o aparato do Estado atuando como organizador do meio econômico e social.

Labaig (2014) complementa que o melhor caminho para explicar o dinamismo de uma região em detrimento da outra parece ser através das configurações espaciais e da dinâmica dos atores e instituições. Afirma que a abordagem territorial ofereceu suporte analítico a essa questão para explicar dinâmicas de desenvolvimento tendo como pressuposto o espaço social e as relações de poder nele operantes. O território representaria então, segundo Labaig (2014) o elemento organizativo das propostas de desenvolvimento, ou seja, o local onde se desenvolve as políticas de desenvolvimento. Então, tem-se o território como fonte de desenvolvimento.

Resumindo:

- O tema desenvolvimento regional tem reassumido figura de destaque nas publicações econômicas modernas, inclusive na ótica da NGE – Nova geografia Econômica de Krugmann (1991);
- Em grande parte destes trabalhos ocorrem dois fatos de destaque: há uma clara evidência do localismo em detrimento do conceito de território (tratado principalmente nas abordagens clássicas); e nas principais publicações das teorias de desenvolvimento do período pós-guerra a indústria (e mais recentemente o setor de serviços) foi tratada como o elemento mais importante na geração de desenvolvimento, ignorando ou negligenciando a importância da agricultura para tal fim.
- Brandão consente com as ideias de Furtado (1959), Faoro (2001), Santos (1979) e Tavares (1999), defendendo que o conceito de desenvolvimento converge no sentido de território e considera que não somente a indústria e o setor de serviços são importantes para o desenvolvimento, mas também outras esferas sociais, sobretudo a agricultura.

## 1.2 O Desenvolvimento do Território Brasileiro: Entre o Espólio e o Patrimonialismo

Tendo se discutido sobre o conceito de desenvolvimento em uma perspectiva territorial e da necessidade de formulação de políticas em múltiplas esferas, pretende-se, neste tópico, trabalhar aspectos históricos do desenvolvimento do território brasileiro, a fim de se fundamentar e entender as bases do desenvolvimento no estado de Goiás, a questão da pecuária leiteira local e as vantagens da produção cooperada para a sustentação da atividade. Para tanto, buscou-se realizar uma análise histórica dos fatos.

O historiador Eric John Ernest Hobsbawn (1917-2012) argumenta que não é possível separar passado, presente e futuro.

Segundo Hobsbawn (1998, p.50):

A maior parte da ação humana consciente, baseada em aprendizado, memória e experiência, constitui um vasto mecanismo para comparar constantemente passado, presente e futuro. As pessoas não podem evitar a tentativa de antever o futuro mediante alguma forma de leitura do passado. Elas precisam fazer isto. Os processos comuns da vida humana consciente, para não falar das políticas públicas, assim o exigem.

Celso Furtado (1959) também é enfático ao afirmar que para se entender um fenômeno social no presente e deslumbrar uma perspectiva futura é necessário buscar na história as origens e as razões dos fatos.

Portanto, nesta dissertação que pretende discutir sobre as experiências cooperativistas na cidade de Piracanjuba-Goiás dentro de um contexto de desenvolvimento territorial, se faz necessário um aporte histórico sobre a formação do território brasileiro e goiano.

A ocupação predatória do território brasileiro ocorreu com base em apropriação de grandes extensões de terras por parte de oligarquias que passaram a controlar a economia e a política regional.

Esta herança assume papel significativo hoje, nas relações de trabalho e emprego, no campo, nas cidades e nos estados brasileiros.

Grande parte dos proprietários dos meios de produção brasileiros são herdeiros (filhos, netos ou bisnetos) de antigos donatários de terras, que por doação, dote, espólio, apropriação e mais tarde grilagem, se tornaram coronéis, políticos e atualmente empresários.

Goiás, por exemplo, é um dos estados brasileiros em que significativa parcela da elite econômica descende de famílias dos antigos coronéis, tendo ampliado sua fortuna por meio da apropriação privada do Estado. Esta elite econômica não ascendeu econômica e socialmente através do trabalho e do mérito e nem surgiu de classes sociais mais baixas.

Segundo Faoro (2001), *apud* Schwartzman (2006), o poder no Brasil, desde a colônia, esteve dominado por oligarquias que instrumentalizavam o Estado para fazer valer seus interesses particulares. Desta forma, o patrimonialismo se tornou marca da política brasileira. As formas de dominação ocorreram na Primeira República através da “política do atraso” (Campos, 1987), pela coerção e pela força, e após 1930 transformaram-se em outras formas de dominação utilizando os recursos da “troca de favores”, do clientelismo, da demagogia e da manipulação.

Weber, segundo Paim, Prota, Rodriguez (1994, p. 4) assim consideram o patrimonialismo:

(...) a organização política patrimonial não conhece nem o conceito de competência nem o da autoridade ou magistratura no sentido atual, especialmente na medida em que o processo de apropriação se difunde. A separação entre os assuntos públicos e privados, entre patrimônio público e privado, e as atribuições senhoriais públicas e privadas dos funcionários desenvolveu-se só em certo grau, dentro do tipo arbitrário, mas desapareceu. Mais explicitamente: o Estado Patrimonial é o representante típico de um conjunto de tradições inquebrantáveis. O domínio exercido pelas normas racionais se substitui pela justiça do príncipe e seus funcionários. Tudo se baseia então em considerações pessoais. Os próprios privilégios outorgados pelo soberano são considerados provisórios.

Segundo Schwartzman (2006), o termo patrimonialismo tem sua origem em Weber, caracterizando uma forma específica de dominação política, na qual, a administração pública é exercida como patrimônio privado do chefe político.

Hoje, associam-se ao termo patrimonialismo, os termos clientelismo e o populismo, como outras formas de se exercer o mesmo poder, não apenas público, mas em âmbito privado também.

Para Weber (1978) diferentemente de Faoro (2001), o patrimonialismo tenderia a desaparecer com a introdução da modernidade. Contudo, quando a política, deliberadamente, mantém o atraso, pela corrupção, arranjos e concessões em detrimento do bem público, não há possibilidade de se extinguir o patrimonialismo, nem mesmo o espólio; apenas muda-se a configuração dos grupos

de poder: das oligarquias rurais emergem cartéis e oligopólios em todos os segmentos econômicos.

Para Santos (1978) o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. Coloca-se então a questão: O território brasileiro é do brasileiro? O espólio devolveria este território ao seu verdadeiro donatário? Se não houve até os dias atuais sequer uma política resolutive de reforma agrária, é difícil de acreditar que tal situação possa ser diferente em um futuro próximo. Por exemplo, de 1960 até os dias atuais a concentração de terras no Brasil permaneceu praticamente inalterada, o que prova a falta de políticas de real caráter desenvolvimentista.

No Brasil, percebe-se instalado um ciclo vicioso, de caráter excludente, o patrimonialismo se tornou atemporal e o povo brasileiro acaba se tornando estrangeiro em seu próprio território.

Algumas partes do território são divididas entre grupos patronais; nestas áreas, não se percebe a figura do burguês no campo (de uma classe média produtiva, e sustentável); o empreendedorismo é consternado por políticas agressivas na área financeira/fiscal (ocasionando juros absurdos e conseqüentemente alto nível de endividamento do produtor) e previdenciária; os encargos trabalhistas para os pequenos produtores são inaplicáveis, enquanto o patrimônio público se mistura com o privado dos mesmos grupos nacionais.

Nesta perspectiva, o homem é expulso do campo; as cidades tornam-se o centro da pobreza e do caos; a desigualdade social se aprofunda (o que remete à acumulação primitiva) e o território, segundo Milton Santos (1978) se torna fragmentado.

O Brasil carece de políticas públicas de caráter universal; de representação política popular, conhecedora das demandas sociais nos municípios e nos estados, não de políticas direcionadas apenas para as elites e de maior quantidade de organizações associativas e de cooperativas de produção, principalmente no setor agrário, capazes de gerar desenvolvimento em uma perspectiva territorial a partir e frente à modernidade.

O complexo conceito de desenvolvimento encontra-se em contínua construção. O desenvolvimento humano abrange o desenvolvimento social, econômico (local e rural) e sustentável. Outros autores afirmam que todo desenvolvimento é social. Desta forma, se entende que desenvolvimento pode ser

entendido como as pessoas, grupos, sociedades e locais podem melhorar suas condições e qualidade de vida, mediante seus esforços de forma permanente, em sua localidade e de acordo com as suas potencialidades.

O contexto da segunda metade do século XX foi especialmente importante para a formação da atual questão regional do país, merecendo uma análise especial, descrita a seguir.

### **1.3 Relações entre concentração-desconcentração econômica, articulação físico-espacial, integração produtiva, fragmentação territorial e desenvolvimento regional, no contexto da segunda metade do século XX no Brasil**

Inegavelmente o Brasil, país secularmente concentrado, apresentou um processo de desconcentração econômica. Contudo, esta desconcentração fragmentou o território formando uma situação de heterogeneidade regional.

É justamente no contexto da segunda metade do século XX que o discurso de construção nacional se faz mais evidente, sobretudo a partir da República Nova de Vargas (1937-1945), mantendo-se até meados dos anos 70.

Após a Segunda Guerra Mundial, o Governo Federal, objetivando promover o desenvolvimento regional-nacional, cria programas oficiais, voltados à integração territorial nacional.

A primeira grande iniciativa foi a consolidação da Constituição Federal em 1946, com elementos específicos para o desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia.

O Governo Federal praticou, nos anos 1950 e 1960, uma política de caráter assistencialista; em meados da década de 1960 ocorre, porém, o apoio institucional a novas áreas (fronteiras agrícolas). Nesta ocasião, o Nordeste e a Amazônia perdem o privilégio de incentivos fiscais.

Ocorre neste período a criação de outros programas regionais como o PIN (Programa de Integração Nacional), o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste), e setoriais, como o Fiset (Fundo de Investimento Setoriais - Florestamento e Reflorestamento), que passam a disputar os recursos. Outros programas (mesmo na Amazônia) tinham o interesse de “resolver as demandas do país”.

De acordo com Santana (2012), no início da década de 1970 ocorreu um processo de desconcentração regional no Brasil. Contudo, este processo não alterou os níveis de concentração espacial das atividades econômicas, tampouco da renda nacional, ocorrendo uma espécie de espraiamento da indústria (crescimento poligonal).

A ideia básica da política de desconcentração era de gerar ampliação da articulação comercial entre estados e regiões e assim promover maior integração produtiva e através da integração físico-territorial, levar as regiões brasileiras e o próprio país a uma situação de inserção na economia mundial.

Esta desconcentração pode ser percebida através de:

- ✓ Desconcentração inter-regional com perda da região ou estado mais desenvolvido em favor de outros estados ou regiões mais atrasados;
- ✓ Desconcentração intra-regional, mais evidente nas regiões Sul e Sudeste;
- ✓ Desconcentração intra-estadual, notadamente em São Paulo, com reversão relativa da metropolização e o crescimento das cidades médias;
- ✓ Desconcentração da grande empresa (bases operacionais) no território, promovendo dada integração produtiva, ainda que o centro de decisão tenha permanecido concentrado. (SANTANA, 2012).

A desconcentração das atividades econômicas no Brasil gerou alguns efeitos no país, podendo ser destacado o surgimento da agroindústria, gerada pela modernização das atividades agrícolas, voltadas à exportação, uma vez que o campo vive em favor das cidades; na região sul e norte, maior demanda de bens de consumo duráveis e de capital; na região sudeste, percebe-se a consolidação da indústria de bens de consumo duráveis e de capital e na região centro oeste a expansão da agropecuária.

Percebe-se também que, nesta época, (dito anos 1970), com a desconcentração econômica houve uma intensificação entre o comércio regional e o mercado internacional, através de estímulos fiscais e financeiros oriundos do Estado; aumento do emprego (urbano), da população urbana assalariada e melhoria do padrão de vida, como saúde pública, esperança de vida, escolaridade, em contrapartida com a concentração da pobreza no Nordeste e nas cidades. (SANTANA, 2012).

Contudo, entre 1980 e 1990 houve a paralisia do Estado brasileiro, com o engavetamento de planejamento e projetos públicos, o que descontinuou o desenvolvimento, desencadeando um novo ciclo de concentração econômica, aprofundando a desigualdade regional.

No Brasil as regiões (pela falta de políticas públicas em 1990) tornaram-se ainda mais desiguais e, portanto, rivais, em prol de investimentos e crescimento, o que levou à fragmentação do território; o Sudeste, Sul e o Centro Oeste desenvolvidos, a região nordeste e norte apresentando problemas conjunturais de desenvolvimento, em dissonância completa com as outras regiões mais desenvolvidas. Um Estado Nacional desenvolvido não pode ser fragmentado internamente. (IPEA, 2013).

Pode-se entender então que a desconcentração no Brasil foi relativa, por não alterar sistematicamente o padrão de concentração da atividade produtiva; apresentou um caráter seletivo, espacial e setorial; aumentou a desigualdade entre as regiões e estados, resultando na fragmentação regional, ou a perda da autonomia regional.

Nos anos 1980 houve uma grave redução de financiamentos e nos anos de 1990 houve a conversão à política neoliberal, entendida mediante a redução do Estado na economia, designando liberdade ao mercado para que, principalmente através da oferta e procura de bens e serviços, se estabelecesse um equilíbrio econômico, o que por sua vez deveria causar crescimento e desenvolvimento econômico e social do país. Esta política deixou a economia brasileira ainda mais vulnerável e dependente do mercado mundial. Entre os anos de 1980 até 1990 não se percebeu um projeto nacional de desenvolvimento.

Na década de 1990 percebeu-se ainda (por intermédio da política neoliberal) uma ausência de política de abrangência nacional em prol do desenvolvimento nacional.

Pode-se afirmar que o desenvolvimento regional neste período ficou a cargo de políticas setoriais, que geravam de forma localizada investimentos, infra-estrutura e montavam redes de indústrias.

Ora, se as diferenças entre as regiões são caracterizadas pelas formas específicas de produção (potencial produtivo), a industrialização e a globalização destroem as regiões, pois tratam de forma igual os diferentes, submetendo as regiões à ditadura do capital internacional (ou até mesmo nacional entre as regiões

ou estados mais desenvolvidos). Assim, a acumulação, o êxodo rural, e os problemas metropolitanos tendem a aumentar, fragmentando ainda mais o território (crise do pacto federativo).

Neste íterim pesquisadores como Stringer (2001), Koning (2013) e o brasileiro Ricardo Abramovay (1992 e 2003) trazem à luz uma questão fundamental sobre o desenvolvimento: a sua relação com a agricultura e o trabalho do campo.

Estes autores entendem a agricultura como um fator fundamental para o desenvolvimento, não podendo ser negligenciada, quer pelas teorias econômicas modernas, quer pelas políticas públicas, tampouco tratadas de forma minimalista no âmbito local ou confundidas com investimentos e/ou fomentos ao agronegócio.

Segundo seus estudos, realizados em várias épocas e nações do mundo, não é possível o desenvolvimento sócio econômico sustentável e homogêneo de uma região ou país sem o equivalente desenvolvimento de políticas agrárias que sustentam a produção no campo.

No Brasil, faltam ainda ações coordenadas e políticas territoriais de apoio ao trabalho do campo, fomento a produção, às pesquisas públicas destinadas ao trabalhador familiar (maior responsável pela produção de alimentos destinados ao abastecimento do mercado interno) e às cooperativas de produção, que isoladas têm se transformado na única possibilidade de manutenção do trabalhador no campo. Como consequência percebe-se vários fenômenos de deseconomia, como o caos urbano, social e econômico de grande parte do país.

Não se negligencia, contudo, o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar que visa fornecer

Apoio financeiro a atividades agropecuárias ou não-agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos. Destina-se a promover o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção, visando à elevação da renda da família produtora rural. (BNDES, 2014).

Trata-se de uma política em escala nacional com potencial para reduzir desigualdades de renda e espaciais. Contudo, as demandas dos produtores vão além do acesso ao crédito ou apoio financeiro de produção, englobando melhores condições logísticas para escoamento da produção, políticas públicas de

capacitação técnica para a atividade rural, marco regulatório e controle da variação dos preços de venda.

A relação da agricultura e o desenvolvimento será tratada a seguir, através das abordagens de Koning (2013) e Stringer (2001). As ideias do brasileiro Ricardo Abramovay (1992 e 2003), por sua vez, serão abordadas mais adiante, no capítulo II desta dissertação, ao se tratar dos paradigmas do capitalismo agrário, sobretudo em relação à agricultura familiar e também sobre o futuro das regiões rurais.

#### **1.4 Produção Agrária e Desenvolvimento**

São escassas as literaturas que tratam sobre a produção agrária e o seu impacto sobre o desenvolvimento em escala global e particularmente no Brasil.

Um estudo recente sobre o tema foi elaborado pelo holandês Niek Koning (2013), intitulado *“Integration through Subordination; The Politics of Agricultural Modernisation in Industrial Europe”*, em português, “Integração através de subordinação; A Política de Modernização Agrícola na Europa Industrial” (tradução Margot Riemann Costa e Silva), que será tratado a seguir.

Além da pesquisa deste autor, serão levantadas as ideias de Randy Stringer<sup>10</sup>, Vice-Diretor do Centro de Estudos Internacionais da Faculdade de Economia e Centro de Estudos Econômicos Internacionais da Universidade de Adelaide na Austrália, que escreveu em 2001 um texto intitulado *“How important are the 'non-traditional' economic roles of agriculture in development?”* - Em português: “Qual a importância dos papéis econômicos ‘não tradicionais’ da agricultura no desenvolvimento” (Tradução nossa).

##### **1.4.1 A perspectiva de Niek Koning**

Nesta obra, Koning (2013) discute que, o desenvolvimento em sentido amplo (envolvendo o desenvolvimento econômico, local e rural, social e sustentável) passa necessariamente pelo desenvolvimento agrário, pelas condições de produção e sustentação da produção do campo. Historicamente, não houve desenvolvimento industrial ou dos meios urbanos nas sociedades capitalistas que não tivesse por base uma política de reforma agrária, funcional, com intervenção e participação do

---

<sup>10</sup> A perspectiva de Stringer (2001) é apresentada no terceiro capítulo, página 74.

Estado no tangente ao fomento da produção agrícola. Em suma, entende que a evolução das sociedades é função do adequado enfrentamento da questão agrária.

Em seu artigo, Koning (2013) explica que desde o período Neolítico não apenas as condições e características ecológicas (como o clima, solos, tipo de vegetação nativa, doenças endêmicas e etc.) influenciam a agricultura do lugar, mas também, as condições sociais (envolvendo principalmente a população, as técnicas, e as instituições) das regiões, o que por sua vez, irá impactar no desenvolvimento econômico das regiões.

O aumento da população pressiona para uma utilização mais ativa dos recursos naturais, dentre eles, a terra. Este aumento requer uma mudança nas técnicas, a fim de ser sustentável. Por sua vez, o crescimento da população e o progresso técnico estimulam a melhoria dos transportes e aumentam a busca por intercâmbios e especialização, também em atividades não-agrícolas. Tudo isso exige uma adaptação das instituições; portanto, as condições naturais influenciam o desenvolvimento social, que por sua vez influencia a natureza.

Para Koning (2013) se ocorre expansão da população sem a melhoria das técnicas de gerenciamento da terra ou das instituições, pode ocorrer degradação generalizada do solo, e, assim uma crise de escassez de alimentos. Ao contrário, quando o aumento da população introduzir inovações técnicas e institucionais, (por exemplo, por métodos de irrigação ou drenagem), poderá aumentar o valor da terra.

Além disso, o fortalecimento da agricultura pode reduzir a incidência de doenças endêmicas (quando, por exemplo, o desmatamento afeta o habitat dos vetores de doenças), mas também pode levar a novas doenças (quando, por exemplo, as doenças animais migrarem para os seres humanos). Desta forma, todos os elementos se influenciam reciprocamente. O desenvolvimento econômico seria então baseado na co-evolução desses elementos.

Koning (2013) realiza um recorte histórico mais aprofundado para explicar as relações entre o desenvolvimento e a produção agrícola. Diz que as sociedades pré-industriais agrícolas, ou sociedades agrícolas primitivas passaram por significativas flutuações; houve alternância entre períodos de crescimento e declínio demográfico (independentemente de forças exógenas, como doenças ou invasores estrangeiros).

Da mesma forma, nas sociedades de mercado pré-industriais houve flutuações entre séculos de crescimento, estagnação e declínio. Estas alternâncias possuem relação com mudanças na política e na cultura, mas entende-se que as

flutuações demográficas e agrárias foram decisivas, influenciando de forma mais decisiva as transformações da política e cultura do que ao contrário, de acordo com Braudel (1966) *apud* Koning (2013).

Segundo Koning (2013) alguns elementos explicariam estas flutuações. Primeiramente, entende-se que antes da Revolução Industrial, os custos de transporte eram altos e o progresso do conhecimento técnico era vagaroso. O avanço da produção agrícola somente ocorreu com a ampliação da mão de obra.

O aumento populacional gerou escassez relativa de produtos agrícolas, subindo os preços dos produtos agrícolas. Nas sociedades primitivas o crescimento populacional poderia continuar enquanto estivessem surgindo novas técnicas de gestão sustentável da terra, possibilitando um desenvolvimento agrícola suficiente e margens que viabilizassem novos investimentos por parte dos agricultores.

Em contrapartida, se o surgimento de novas técnicas ocorresse de forma excessivamente lenta e a insuficiência de alimentos levasse a aumento dos preços, isso levava os agricultores a manterem a produção no mesmo nível, em detrimento de uma melhor situação futura.

Este fato poderia gerar insegurança alimentar e degradação do solo, que causaria um esgotamento demográfico após o qual, recomeçaria um novo ciclo, muitas vezes, a partir de um nível inicial superior.

Segundo Koning (2013), nos períodos de aumento da produção, a expansão da população e a melhoria nos sistemas agrícolas provocavam outro tipo de mudanças: Os direitos sobre pessoas eram trocados por direitos sobre a terra; direitos coletivos eram substituídos por direitos individuais e organizações estatais mais centralizadas se impuseram sobre organizações tribais sem base territorial.

Desta forma, nascia um mercado para alimentos e mão de obra e posteriormente para a terra. O relacionamento entre população e preços amparou as "revoluções agrícolas". Neste momento, as populações agrícolas distinguiram-se entre fornecedores de alimentos (vindouros das grandes fazendas) e fornecedores de mão de obra (agricultores e trabalhadores rurais pobres). A expansão da população gerava redução dos salários e aumento dos preços dos alimentos.

Com o aumento dos preços dos alimentos o investimento nas grandes fazendas era estimulado, o que aumentava a oferta de empregos e de alimentos possibilitando o crescimento da população. (dinamismo de atividades não agrícolas).

O crescimento da agricultura intensificava as relações de mercado e fazia surgir um mercado não agrícola.

Assim, de acordo com as ideias de Koning (2013), o maior dinamismo agrícola acaba por gerar também maior dinamismo de desenvolvimento de um mercado de atividades não agrícolas, principalmente devido ao estímulo do comércio e da indústria, que poderia se concentrar em determinadas áreas rurais ou nas cidades.

A construção de novas estradas, embarcações e a eliminação do banditismo minimizavam o custo de transporte, e acabava por gerar uma divisão de trabalho entre as áreas; aquelas com qualidades ecológicas positivas realizavam a agricultura comercial. As áreas menos importantes desenvolveram sistemas agrícolas de caráter extensivo (rotação de culturas ou pecuária seminômade, por exemplo), salvo se possuíssem acesso a cursos d'água, minerais e fontes de energia, a fim de se especializarem em mineração ou indústria. Estas indústrias rurais poderiam competir com as da cidade, compensando sua simplicidade com o pagamento de menores salários.

Koning (2013) segue em seu trabalho explicando que todo o desenvolvimento dependia da revolução agrícola subjacente. O avanço agrícola esbarrava em limites e os preços dos alimentos disparavam, gerando consternação aos trabalhadores pobres. Artesãos desempregados tentavam trabalhar como pequenos agricultores e o aumento de agricultores pobres levava à super exploração das terras pequenas em um empenho para reduzir a vinculação do mercado de alimentos. Como resultado, enfraquecia-se o crescimento e quebras de safra poderiam ocasionar degradação do solo e insegurança alimentar. (MEUVRET, 1946 apud KONING 2013).

Esta situação minimizava as vantagens de soluções cooperativas para os dilemas sociais, levando ao aumento de conflitos culturais e desconfiança, por exemplo. As práticas cooperativas foram substituídas por batalhas no cerne das sociedades, desgaste do capital social e enfraquecimento das estruturas estatais.

Novamente, a fome, os graves e violentos conflitos, e epidemias (introduzidas por migrantes e alaistradas no interior de populações desfavorecidas), poderiam acabar com o crescimento da população, o que antecipava a queda dos preços agrícolas e elevava os salários. Esta circunstância acarretava em desinvestimento, reduzia os mercados, desacelerava a inovação agrícola, diminuía a produção de

grãos ao passo que aumentava o pastoreio extensivo - até que o crescimento da população iniciasse um novo ciclo.

Koning (2013) demonstra as relações entre a questão agrária e o desenvolvimento em várias partes do mundo. Um breve resumo de sua perspectiva será demonstrado a seguir<sup>11</sup> para servir de comparação e reflexão com o objetivo deste trabalho, que trata da questão agrária e o desenvolvimento nacional. No Brasil, o desenvolvimento também é atrelado à questão agrária como em outras partes do globo? A discussão será apresentada a seguir.

Koning (2013) afirma que na Europa Ocidental as revoluções comerciais influenciaram fortemente as revoluções agrícolas. A influência da Revolução Industrial sobre o desenvolvimento agrícola, até em meados de 1875, copiava o exemplo das revoluções comerciais anteriores. A industrialização aumentava a demanda por produtos agrícolas o que avigorava a clássica influência do crescimento populacional sobre os preços agrícolas, que se mantiveram elevados enquanto os salários permaneceram baixos.

Desta forma, o desenvolvimento agrícola era liderado pelo empreendedorismo dos grandes agricultores, fato que estimulava políticas agrícolas liberais. Após 1875, ocorre uma nova etapa da Revolução Industrial, conhecida como “Segunda Revolução Industrial”, que gerou uma grande modificação nos mercados agrícolas. Pela primeira vez na história os preços agrícolas internacionais caíram em consequência do excesso de oferta gerado pelo progresso econômico; a quantidade de fazendas diminuía, enquanto aumentava a agricultura familiar.

Esta conjuntura provocou a necessidade de apoio tanto dos grandes quanto dos pequenos agricultores, além dos industriais que temiam que o atraso rural se tornasse uma ameaça aos seus produtos. Nessas condições, políticas agrícolas liberais foram substituídas por intervenções do governo, como por exemplo, através do apoio do estado para a pesquisa e extensão agrícola e subsídios aos rendimentos agrícolas.

No Sul e Leste da Ásia Koning (2013) demonstra que quando os europeus colonizaram a Indonésia, Índia e partes do sudeste da Ásia (exceto a China, Japão e Tailândia) assumiram a autoridade do Estado, contudo, na base, a organização social pré-existente continuou praticamente intacta. As estruturas

---

<sup>11</sup> Para maiores detalhes do trabalho de Koning (2013) vide anexo.

sociais asiáticas promoveram movimentos de classes de agricultores que pediam apoio do governo (assim como ocorreu com os agricultores dos países ocidentais). Contudo, os governos coloniais não forneceram aos agricultores asiáticos a proteção provida nas metrópoles coloniais. Koning (2013, p.15) afirma que:

(...) culturas asiáticas ascético-comerciais produziram governos pós-coloniais que eram sensíveis a projetos de desenvolvimento nacional de longo prazo. (...) Vários governos conscientemente apoiaram e protegeram seus agricultores.

Em decorrência, desde os anos 1960, a incidência da fome e a insegurança alimentar foram intensamente reduzidas.

Em relação às regiões periféricas como a Europa Oriental, Oceania, África do Sul e América, Koning (2013) afirma que de forma geral, as invasões de imigrantes nessas regiões envolviam dois modelos de ocupação: um com grandes fazendas ou plantações, e outro, com assentamentos de colonos.

Segundo Koning (2013, p. 17):

Nas partes (sub) tropicais das Américas (do Brasil ao sul dos EUA) podiam ser cultivadas culturas como açúcar ou tabaco, que não eram produzidas na Europa. Estes produtos alcançaram elevados preços no mercado europeu, fato que viabilizou o transporte de longa distância, levando ao surgimento de grandes propriedades e plantações nas regiões em questão. Por outro lado, colônias em áreas de clima temperado só logravam cultivar produtos como grãos ou carne que competiam com produções europeias. (...) Nas zonas (sub) tropicais, a disponibilidade de terras para o estabelecimento de núcleos de camponeses autônomos provocou escassez de mão de obra nas plantações. (...) Criou-se assim uma divisão social entre elites de plantadores e massas de trabalhadores rurais sem direitos. Esta situação fez com que estruturas políticas aristocráticas (ou "oligárquicas") deixassem sua marca no desenvolvimento econômico. (...) Nas zonas temperadas, não existiam plantações de grande porte para a exportação com trabalho escravo ou *coolie*<sup>12</sup>. A abundância de disponibilidade de terras inibia um aprofundamento da desigualdade.

Dois fatos merecem, segundo Koning (2013), destaque neste íterim: O maior peso de agricultores e comerciantes de classe média nessas regiões acarreta em maior participação política, que somada a uma participação menos significativa das culturas de exportação, propiciava maior demanda para bens de consumo direcionados à classe média, motivando a industrialização nacional. O grande

---

<sup>12</sup>Trabalhador não qualificado ou carregador, normalmente residente ou originário do Extremo Oriente, contratado em troca de salário baixo ou de subsistência.

crescimento da atividade agrícola apresentou-se como um fator relevante para as quedas recursivas de preços internacionais agrícolas após 1875.

Segundo Koning nos países de clima temperado ocupados por colonos, o apoio do governo direcionado à agricultura familiar ganhava mais espaço, mas com o tamanho das fazendas permanecendo maior do que na Europa e a agricultura se mantendo orientada para a exportação de produtos pecuários e de lavouras temporárias. As políticas de proteção agrícola foram adiadas para 1930, momento de nova queda dos preços agrícolas.

No sistema de *plantation*, neste mesmo período, nas sociedades latifundiárias nas Américas (sub) tropicais e no Oriente (e partes do sul da Europa), políticas aristocráticas e o subdesenvolvimento industrial repassaram o ônus da crise agrícola (de 1930) para os pobres rurais por parte das elites agrárias. A reforma agrária passou a ser uma questão essencial. Desalojamentos em massa causaram a migração forçada de pessoas para as cidades ou para regiões menos desenvolvidas, como as áreas mais altas dos Andes ou a floresta amazônica.

Ainda segundo Koning (2013, p. 20), “na América Latina, a política agrícola das oligarquias dominantes consistia em forçar produções a baixo custo direcionadas para a exportação no lugar da proteção à produção de alimentos”.

Esta conjuntura incitava os pequenos agricultores para produções ilegais como, por exemplo, de coca, além de ocasionar a instauração de uma superpopulação nas áreas de abrigo de trabalhadores rurais deslocados, degradação do solo e pobreza. Não obstante, no Brasil, os trabalhadores rurais recebiam os piores salários, sendo oprimidos às piores condições de vida e a mais alta taxa de desfiliação no sistema de proteção social. De acordo com Janvry (1981) e Johnston & Kilby (1975) *apud* Koning (2013), “estas políticas contribuíam para desequilibrar o crescimento econômico e aprofundar as desigualdades também nas cidades”.

Portanto, de acordo com esta retrospectiva geo-histórica, pode-se afirmar que, de acordo com Koning (2013), a questão agrária sempre esteve diretamente vinculada com o desenvolvimento nacional dos países em várias regiões do mundo, e não obstante no Brasil, em que, desde a colonização o desenvolvimento nacional passou pela questão agrária. O próximo capítulo abordará com maior ênfase as relações entre a questão agrária e o desenvolvimento no Brasil, desde a formação de seu território.

## **CAPÍTULO II CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL**

O capítulo I tratou de conceituar o desenvolvimento em uma perspectiva territorial, explicar as bases do desenvolvimento no Brasil (que ocorreu entre o espólio e o patrimonialismo, a partir, principalmente da perspectiva da segunda metade do século XX), além de contextualizar a importância histórica e documental entre o desenvolvimento e a questão agrária.

O intuito deste capítulo é, em continuação, demonstrar as características da agricultura e desenvolvimento no Brasil, que ocorreu através de uma modernização conservadora, com o advento do agronegócio e da agroindústria em detrimento da agricultura familiar e suas potencialidades de contribuição para o desenvolvimento.

A modernização do campo e o advento do agronegócio a partir da década de 1970 geraram um paradoxo: de um lado, maciços investimentos foram realizados na grande lavoura, mecanizando e profissionalizando o campo. A agricultura foi direcionada à monocultura de grandes extensões, com utilização de insumos geralmente provenientes de mercados exteriores.

Esta modernização, porém, expulsa o trabalhador familiar e o pequeno produtor, por encarecer a terra, dificultar acesso aos insumos de origem industrial, à mecanização e ao mercado. A industrialização da agricultura faz com que o pequeno produtor se veja expulso de sua atividade, lhe restando a opção do êxodo rural e o inchaço dos centros urbanos, daí o paradoxo, que ficou conhecido como modernização conservadora. O caso é que o trabalhador e a produção familiar possuem elevado potencial de contribuição para o desenvolvimento, não podendo ser negligenciados pelo Estado. Estes assuntos serão detalhados a seguir.

### **2.1 A modernização conservadora**

Na década de 1970, como dito, houve uma difusão de tecnologias que aumentaram a produtividade da produção agropecuária. Instalou-se um fluxo intenso de recursos para viabilizar a modernização das técnicas de produção. Foi a época da tecnificação das lavouras. O que se discute é que o acesso ao crédito e a tecnologia foi restrito às grandes propriedades, não atendendo as demandas das pequenas propriedades familiares.

Nos anos 90 a questão da tecnificação do campo foi ainda mais intensificada. Devido a abertura de mercados e com a liberação dos preços de alimentos, houve uma nova pressão pelo aumento de produtividade e competitividade. Inicia nesta fase um intenso trabalho de difusão de novas tecnologias no campo, novamente acessíveis em grande parte pelos grandes produtores e oligarcas. (PAULA, 2002).

Portanto, percebe-se que nas últimas décadas do século XX e início do século XXI houve uma transformação das estruturas no campo, causada pela modernização da agricultura (que passou a consumir em grande quantidade os insumos de produção como os defensivos agrícolas e as sementes transgênicas) e a industrialização da agricultura, que se transforma em uma produção semelhante a industrial – instala-se no Brasil a agroindústria.

Segundo Silva (1998) o agricultor moderno representa a menor parte de uma estrutura tecno-burocrático-financeiro-administrativa e legislativa que se inicia nos campos de petróleo e refinarias, passa pela indústria química e de máquinas, bancos, manipulação industrial de alimentos, até os varejistas (supermercados) e centros comerciais, universidades, centros de pesquisa, extensão agrícola e uma imensa movimentação de materiais e transportes, ecológica e socialmente absurda.

Para melhor entendimento desta questão, se faz necessário um breve levantamento histórico sobre a formação do complexo rural e agroindustrial brasileiro e da consolidação do *agribusiness*, para que, em sequência, se possa discutir sobre as potencialidades da agricultura familiar para contribuir com o desenvolvimento, segundo as ideias de Abramovay (1992 e 2003).

## **2.2 O Complexo Rural**

Segundo Paula (2002), no período Colonial, o complexo rural brasileiro era estruturado em uma rudimentar divisão do trabalho.

As fazendas verticalizavam a sua produção, comprando ou fabricando os bens intermediários e os meios de produção necessários para a sua manutenção além de manterem a força de trabalho ocupada nessas atividades. Desta forma, o complexo rural integrava nas fazendas um setor de meios de produção (insumos, máquinas, ferramentas e equipamentos), basicamente artesanal.

De acordo com Araújo, Wedekin e Pinazza (1990, p. 21-22), nessa época a fazenda era considerada um ente ímpar da economia, pois:

(...) não só plantava e criava, mas também, criava animais de tração, produzia localmente seus instrumentos de transporte (carroças e carros-de-boi), suas ferramentas, fertilizantes e outros itens necessários. Até as roupas eram, em muitos casos, feitas em casa e todo processamento de alimento era doméstico. Virtualmente, todas as operações relacionadas com o cultivo, o processamento, o armazenamento e a comercialização de alimentos e fibras eram função da fazenda. Diante deste quadro seria apropriado pensar em todas essas atividades dentro do significado da palavra agricultura.

Segundo Silva (1998), a atividade do complexo rural era causada pelas demandas do comércio exterior.

Segundo Paula (2002), parte dos meios de produção das fazendas como recursos naturais, mão de obra escrava e recursos de transformação (bens de capital, máquinas e equipamentos), era ocupada pela produção agrícola para exportação. A outra parte era dedicada à produção de bens de consumo para a população local e dos próprios bens de produção.

Nas fazendas se produzia também bens manufaturados, equipamentos rudimentares para produção, transportes e até habitação, e não apenas os tradicionais produtos agrícolas para exportação. Estas atividades manufatureiras eram interligadas às agrícolas, apresentando uma insuficiente divisão social do trabalho. Contudo, grande parte dos bens produzidos não era destinada ao mercado, possuindo apenas valor de uso. Em verdade, o mercado interno praticamente não existia.

Segundo Paula (2002), a degeneração gradual do complexo rural, que se iniciou em 1850, com a lei de terras e a proibição do tráfico de escravos<sup>13</sup>, terminou um século depois, com o advento de indústrias modernas, produtoras de insumos agrícolas. Entre os anos de 1850 e 1890 houve uma redução gradual do trabalho escravo, seguido da iniciação do trabalho livre nas fazendas produtoras de café, na região do oeste paulista.

Estabeleceu-se no setor cafeeiro um novo complexo que mantém até os dias atuais, a fabricação dos meios de produção (em bases artesanais) para as fazendas de café, como casas, pequenos equipamentos, animais de trabalho, e de parte da força de trabalho (a roça de subsistência do colono). Todavia, algumas atividades já se separaram do complexo cafeeiro, quebrando aquela rígida estrutura autárquica

---

<sup>13</sup> Sobre a Lei de Terras em 1850, vide página 79.

do complexo rural: cria-se um setor independente de formadores de fazendas de café. (PAULA, 2002).

Neste período histórico surgem pequenas indústrias rurais (principalmente alambiques) e também alguns produtores de alimentos que supriam as demandas das novas cidades e vilas que se organizavam; Amplia-se a produção de algodão fundamentada em parcerias e articulada na indústria têxtil, que surge em 1880 já como grande indústria e desenvolvem-se atividades produtivas (manufatureiras) nas cidades como oficinas de reparo, produção de louças, chapéus e outros bens de consumo não duráveis.

O ápice do complexo cafeeiro ocorre antes da quebra da bolsa de Nova York, entre 1890 e 1930. Neste período se desenvolveram atividades caracteristicamente urbanas e, de acordo com Paula (2002, p.13):

(...) outros setores começaram a emergir do complexo cafeeiro: criou-se um setor artesanal de máquinas e equipamentos agrícolas fora das fazendas de café para produção de secadores, despoldadoras, peneiras, enxadas, arados; aumentaram as oficinas de reparo e manutenção; estabeleceram-se as primeiras agroindústrias (distintas das indústrias rurais, que eram um mero prolongamento das atividades agrícolas propriamente ditas) de óleos vegetais, açúcar e álcool; consolidou-se a indústria têxtil como a primeira grande indústria nacional e iniciou-se a substituição de importações de uma ampla gama de bens de consumo “leves”.

Entre 1930 e 1960 ocorreu a integração dos mercados nacionais (de alimentos, de trabalho e de matérias-primas), encerrando com a formação e concretização da produção dos insumos agrícolas. Segundo Paula (2002, p.13) “a base industrial, a partir de meados dos anos 1950, foi chamada fase da industrialização pesada”. O complexo cafeeiro abriu espaço para a industrialização no Brasil.

Durante esse intervalo de 30 anos, o complexo cafeeiro percebe na industrialização possibilidades de maiores ganhos e dinamismo, devido às oportunidades que surgiram com a substituição de importações. Segundo Paula (2002) foi especialmente o café que financiou o processo de substituição das importações através das estruturas de diferenciação cambial, que resguardavam as novas indústrias do país “à custa de um confisco estabelecido sobre o preço da saca exportada”. (PAULA, 2002, p.13).

### 2.3 O Complexo Agroindustrial (CAI)

De acordo com Michellon (1999), após a Segunda Guerra Mundial, a agricultura brasileira, transformou-se, passando do processo tradicional e manual, baseado “no uso da enxada” para uma indústria mecanizada, com a utilização de maquinários (como o trator) e fundamentada na utilização de fertilizantes químicos, agrotóxicos, sementes híbridas e outros recursos. Deixou de se utilizar intensivamente da mão de obra se tornando uma agricultura mais intensiva em uso de capital. Este processo ficou conhecido como modernização agrícola, tendo como base o movimento intitulado Revolução Verde.

Na medida em que a agricultura se integra de forma crescente ao setor industrial a jusante (para frente) e a montante (para trás) na cadeia produtiva, surge o “complexo agroindustrial”. Este termo, que demonstra a integração técnico-produtiva destes setores foi, segundo Silva (1998, p.76), utilizado pela primeira vez no Brasil pelo autor Alberto Passos Guimarães<sup>14</sup>.

Daí decorreu a ideia da “tesoura dos preços”. Segundo Paula (2002, p. 14):

(...) para trás, a agricultura se relaciona com uma indústria fortemente oligopolizada que consegue impor preços aos insumos adquiridos pelos agricultores, e , para frente, com a agroindústria processadora, também oligopolizada, que tem ligações com os agricultores e que é dispersa no espaço, o que lhe confere um poder monopsonio na compra de matéria-prima, estabelecendo não só preços, mas também o tipo e o padrão dos produtos.

Para Guimarães apud Silva (1998) o setor agrícola acaba se convertendo em um ramo industrial; se transforma em um elemento intermediário entre os setores que produzem insumo e processam matérias primas agrícolas. Este enfoque, segundo Paula (2002), embora trate da integração agricultura-indústria, mantém a percepção em termos setoriais, mesmo se tratando de Complexo Agroindustrial (CAI), pois agricultura e indústria não se relacionavam antes da integração técnica de alguns ramos intermediários.

---

<sup>14</sup>Alberto Passos Guimarães (1908-1993): Autor de importantes livros sobre a questão agrária no Brasil, escreveu alguns trabalhos que se tornaram clássicos do pensamento social brasileiro (entre eles, *Quatro séculos de latifúndio* e *As classes perigosas. Autor do texto O Complexo Agro-industrial no Brasil, de 1976*). Fonte: Rangel, Inácio (04/01/2014). Disponível em : <<http://marxismo21.org/alberto-passos-guimaraes/>>. Acesso em: 20/08/2014.

A agricultura brasileira, portanto, começa seu processo de industrialização mediante o surgimento de demandas nacionais para os produtos agrícolas mais necessários (insumos produzidos industrialmente) e da formação de mercado para a mão de obra; a indústria acaba dirigindo a agricultura.

De acordo com Kageyama et al. (1990, p. 122) esse processo<sup>15</sup> “desemboca na constituição dos complexos agroindustriais, que também se efetivam a partir da implantação da indústria para a agricultura e da estrutura da agroindústria processadora”.

Para Delgado (1985, p. 43), os principais elementos do Complexo Agroindustrial (CAI) são:

- I. Um dado padrão de desenvolvimento tecnológico, que tem por referência os princípios da “Revolução Verde”;
- II. Um estilo de inserção da agricultura brasileira no mercado internacional, marcado pelo aumento da participação, na pauta de exportações, de produtos agrícolas mais elaborados;
- III. Um determinado “perfil” de atuação do Estado, com o estilo de regulação financeira sobressaindo como eixo de articulação fundamental da intervenção estatal na economia (...).

O termo CAI tem angariado maior espaço e atenção, aproximando-se do conceito de *agrobusiness*, segundo Araújo, Wedekin e Pinazza (1990). As suas principais funções seriam organizadas em sete etapas:

- i. Suprimentos à produção;
- ii. Produção;
- iii. Transformação;
- iv. Acondicionamento;
- v. Armazenamento;
- vi. Distribuição e
- vii. Consumo.

De acordo com Silva (1998) somente ocorre a completa separação entre cidade e campo quando a indústria se desloca para a cidade; contudo, acontece uma nova reunificação, quando o campo se transforma em uma espécie de fábrica.

---

<sup>15</sup>Segundo Paula (2002), o fator mais importante desse processo é referente ao desenvolvimento do mercado interno no capitalismo, que gera a divisão social do trabalho.

Neste caso, a agricultura, que deveria ser considerada como um setor autônomo se converte em um ramo da própria indústria.

O processo chamado de modernização (desenvolvimento técnico lento e gradual) é baseado na industrialização da agricultura. Para Paula (2002), esse modelo traduz a sujeição da natureza ao capital que, desvincula a produção agropecuária, por exemplo, das condições naturais do campo, passando a produzi-las quando necessárias. A agricultura deixa de esperar pelas forças da natureza passando a depender do poder do capital, que muitas vezes garante os resultados da produção através da inovação tecnológica.

A agricultura, segundo Silva (1981, p. 44) se industrializa e transforma em um setor submisso ao capital, agregado à produção industrial. A produção agrícola se converte em uma área de aplicação de capital de forma geral e, particularmente, da indústria que “lhe vende insumos e compra as mercadorias aí produzidas”. (PAULA, 2002, p.16).

Surgiu, portanto, segundo Paula (2002, p.16):

um novo arranjo de funções fora e a montante (ou antes) da fazenda: a produção de insumos agrícolas e fatores de produção, incluindo máquinas e implementos, tratores, combustíveis, fertilizantes, suplementos para ração animal, vacinas e medicamentos, sementes melhoradas e tratadas geneticamente, inseticidas, herbicidas, fungicidas e muitos itens mais, além de serviços bancários, técnicos de pesquisa e informação. (...). À jusante da fazenda, formaram-se complexas estruturas de armazenamento, transporte, processamento, industrialização e distribuição ainda mais formidáveis. As somas das funções ligadas à agricultura e realizadas fora da fazenda são consideravelmente maiores que o total das operações nela realizadas. Estima-se que, na economia nacional, o total das operações ligadas ao complexo agropecuário se encontra assim distribuída: 8% de bens e serviços dirigidos ao mercado rural, antes da fazenda; 32% da produção agropecuária propriamente dita, e 60%, depois da porteira.

O conceito de CAI significa a integração ampla entre agricultura e indústria e também um conjunto peculiar e determinado de ações, caracterizadas pela intensa articulação da agricultura com outros setores, principalmente industriais. (PAULA, 2002).

Segundo Batalha (1997, p. 32):

(...) o complexo agroindustrial tem como ponto de partida determinada matéria-prima de base. Desta forma, poder-se-ia, por exemplo, fazer alusões aos complexos da soja, leite, cana-de-açúcar, e café. A arquitetura deste complexo agroindustrial seria ditada pela explosão da matéria-prima principal que o originou, segundo os diferentes processos industriais e

comerciais que ela pode sofrer até se transformar em diferentes produtos finais. Assim, a formação de um complexo agroindustrial exige a participação de um conjunto de cadeias de produção, cada uma delas associada a um produto ou família de produtos.

A agricultura brasileira se transformou hoje em uma estrutura complexa e heterogênea. O seu entendimento passa pela avaliação das indústrias de insumos e processadoras de produtos agrícolas e da mudança marcada pela crise dos complexos rurais, que gerou determinantes múltiplos da dinâmica da agricultura, além da alteração da perspectiva do mercado externo para o interno.

## **2.4 O Agribusiness**

O *Agribusiness* pode ser entendido como um conjunto de atividades que tem e terá relevante caráter multiplicador na economia mundial. Segundo Megido (1998, p.21-22), o *agribusiness* é “o maior negócio do mundo”.

O termo *agribusiness* foi utilizado pela primeira vez em 1955 durante o Congresso de Distribuição de Produtos Agrícolas em Boston, nos Estados Unidos, pelo professor John Davis, tornando seu uso recorrente na literatura internacional a partir do ano seguinte.

Para os professores da Universidade de Harvard (EUA) John Davis e Ray Goldberg *apud* Batalha (1997, p.25) o *agribusiness* se caracteriza como:

(...) a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles.

O conceito de *agribusiness* partiria, portanto, do princípio da crescente inter-relação da agricultura, indústria e serviços. Segundo Davis e Goldberg, o “fazendeiro moderno” é um especialista, tendo suas tarefas limitadas a cuidar das plantas e dos animais. As outras tarefas (anteriormente a 1950, comuns ao complexo rural) estão sendo repassadas, em larga escala, para a montante e principalmente à jusante da propriedade agrícola, industrializada e urbanizada. Segundo Paula (2002), a economia do *agribusiness* reúne nos dias atuais, essencialmente, as funções que eram atribuídas ao termo “agricultura” há 150 anos.

Paula (2002), afirma que ao se observar os macrosssegmentos da cadeia do *agribusiness*, verifica-se que cerca de 80% de seu valor total é composto pelas

atividades que ocorrem apenas à jusante ou depois da fazenda. Isso significa que aproximadamente US\$ 8 trilhões estarão ligados à operação agroindustrial e ao marketing de alimentos e fibras, áreas de diversidade e dinamismo (sobretudo científico e tecnológico) crescente, sob as também maiores e diversificadas exigências do consumidor, apoiadas na tecnologia da informação.

Segundo Paula (2002, p. 18), esta parte da cadeia produtiva - a operação agroindustrial e o marketing de alimentos e fibras:

(...) extrairá das matérias-primas agropecuárias um índice cada vez maior de produto transformado, na relação “quilo bruto entrado” versus “quilo transformado”. Isto é uma fatia crescente dos projetados US\$ 8 trilhões a qual, por sua vez, estará associada a processo de “valor agregado” por novas tecnologias, por marcas e pelo aumento das versões de produto e *info-produtos* voltados às necessidades de novos hábitos e desejos de segmentos de consumo já múltiplos e em processo de fragmentação constante.

Esse novo tipo de agricultura, distinto por variadas funções como produção de insumos, operações de armazenagem, processamentos, industrialização e comercialização de produtos agrícolas, está intensamente arrolado com a produção agrícola. Nos dias atuais tornou-se inimaginável uma propriedade agrícola moderna funcionar sem tais atividades, produtos ou serviços. Segundo Paula (2002), “existe uma interdependência de duas mãos com os fazendeiros e empresários, no duplo papel de compradores e vendedores”.

Contudo, a agricultura e estas demais atividades afins são ainda consideradas como entidades independentes; prova disso é o fato de não haver no vernáculo da língua portuguesa um termo específico que designe o inter-relacionamento destas operações.

Na continuidade de seus estudos, Golberg ainda ampliou o conceito de *agribusiness* para acrescentar as chamadas “*Agribusiness Industries*” e “*Commodity System Approach (CSA)*”, ao examinar os setores de trigo, soja e laranja Flórida. Segundo Paula (2002), o autor considerou as relações clássicas entre compradores e vendedores, mas analisou também as “influências institucionais” (políticas governamentais, mercados futuros e associações comerciais). Essa ampliação do *agribusiness* considera que o propósito e destino dos produtos agrícolas eram a agroindústria e não mais o consumidor final.

A expansão do conceito de *agribusiness* desagregou-o em subsistemas, com o interesse de se considerar apenas as inter-relações existentes a partir de um produto específico. Davis e Goldberg apud Silva (1998, p. 65-66) definiram três “agregados primários” (insumos/produtos agrícolas, processamento e distribuição) e dois “triagregados” (um primário, incluindo a totalidade das operações produtivas agrícolas e pecuárias, e outro secundário, incluindo somente o cultivo e o processamento de alimentos e fibras).

## **2.5 A Agricultura Familiar**

Neste tópico é proposto um contra-ponto em relação ao Complexo Agroindustrial e ao *agribusiness*. Em meio às tendências industriais e mercantilistas da agricultura e das propriedades rurais tratadas nos tópicos anteriores, é preciso analisar a agricultura familiar e a sua importância socioeconômica para o desenvolvimento das regiões.

Ricardo Abramovay (1992) mostra em suas pesquisas que a agricultura familiar tem nesse contexto moderno relevante papel de desenvolvimento social e econômico, através da geração de trabalho e renda e de meios de vida como alimentação e moradia, que contribui para a manutenção do homem no campo, o desafogando os meios urbanos, minimizando o caos social destas áreas. Além disso, grande parte da produção de alimentos no Brasil advém da agricultura familiar.

Por sua vez, este modo de produção está cada vez mais enfraquecido e desestimulado; o produtor familiar não pode concorrer em igualdade de condições com a agroindústria. Não tem acesso a terra (lhe restou pequenas e insuficientes áreas, muitas vezes impróprias ao cultivo de determinadas culturas ou ao manejo de determinadas espécies animais, que sua reduzida renda pôde pagar, ou que conseguiram manter após anos de grilagem, invasões e posses ilícitas); não consegue adquirir os insumos com vantagens de preços pois não possui escala de compra; não consegue a eficiência produtiva pois não lhe é designado crédito e acesso aos meios de produção ou de capital necessários (equipamentos, máquinas e tecnologias); não possui incentivos e apoio de políticas públicas eficientes, com interesse de desenvolvimento territorial, que trate os desiguais desigualmente, que lhe proteja com marcos regulatórios e controle de preços, ou seja, seu custo de

produção é maior e no final da cadeia de valor, oferece ao mercado um produto com preço elevado e de menor qualidade em um prazo de entrega maior ( o que interfere de forma direta em sua competitividade); além disso, a produção familiar deixou de ser realizada pela organização familiar em si – outrora este tipo de produção era realizado pela família, articulando a mão de obra entre pais e filhos, o que minimizava o custo da mão de obra e por consequência o custo total de operação.

Agora, devido à escassez de oportunidades no campo, os filhos jovens deixaram o meio rural e suas famílias rumo às cidades, com a expectativa de melhores condições de vida, restando no campo, trabalhadores idosos e dependentes de mão de obra externa.

Nos dias atuais, a produção familiar, conta em sua grande maioria, com, no mínimo, um trabalhador contratado externamente, aumentando seus custos, como é o caso da produção de leite em Piracanjuba-Goiás, demonstrado na quinta parte deste trabalho, através das constatações de Silva (2008), Silva e Estevam (2012), Produção Pecuária Municipal - PPM (2012), CENSO Agropecuário (2006) e CENSOS (2000) e (2010).

Qual seria então a saída, a oportunidade para a produção familiar que resiste e compete desigualmente com a agroindústria? Entendemos que seria a ação do Estado. Segue o detalhamento da discussão sobre a agricultura familiar, através das pesquisas de Ricardo Abramovay.

Ricardo Abramovay, em sua obra Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão (1992), discute que a base da agricultura e da prosperidade da produção de alimentos e fibras dos países mais desenvolvidos encontra-se nas unidades familiares de produção.

As unidades familiares de produção nos países desenvolvidos possuem natureza empresarial, capacidade de inovação em tecnologia e de resposta às demandas de mercado, juntamente com um caráter familiar da propriedade e da direção, da organização e da execução do trabalho.

A dificuldade de compreensão teórica da realidade agrária contemporânea no capitalismo central se encontra, para Abramovay (1992) sob dois aspectos:

- i. O Paradigma dos Clássicos Marxistas; e
- ii. Nas ambigüidades com que a noção de unidade familiar tem sido tratada.

Abramovay (1992) discute que a ideia da imperativa inferioridade econômica da agricultura familiar defendida por Kautsky<sup>16</sup> não é de fato observada nos países avançados na década de 1990 e que a associação entre desenvolvimento capitalista e ampliação do trabalho assalariado, defendida por Lênin<sup>17</sup>, encontra pouco respaldo empírico<sup>18</sup>. Para Abramovay estes paradigmas marxistas não reconheciam as razões pelas quais a agricultura familiar tem se mostrado, nos países desenvolvidos, a principal forma social do progresso técnico do campo.

A associação entre agricultura familiar e *small farm* (pequena produção, produção de baixa renda, agricultura camponesa), impede que se entenda a dupla e fundamental especificidade da agricultura familiar tal como se desenvolveu, sobretudo após a segunda Guerra Mundial nos países capitalistas mais avançados, como ressalta Abramovay (1992, p.21):

Por um lado, seu dinamismo econômico, sua capacidade de inovação técnica, suas formas sociais inéditas com relação ao passado de que algumas vezes se origina, mas com o qual mantém laços cada vez mais tênues. Por outro lado – e este é um aspecto decisivo – a agricultura familiar é um fenômeno tão generalizado nos países capitalistas avançados que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa, de fato, em alguns casos existentes: na verdade, o Estado foi determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário das nações centrais. É claro que esta intervenção só foi possível pela existência de uma estrutura produtiva pulverizada, diferentemente do que ocorria em outros setores econômicos. Mas coube às políticas agrícolas garantir esta atomização na oferta, imprimir estabilidade aos preços, de maneira a manter a renda do setor num patamar cada vez mais institucionalmente definido e no mínimo suficiente para assegurar produção abundante

---

<sup>16</sup> Karl Kautsky (1854-1934): Economista, historiador e social-democrata alemão, nascido em Praga e um dos mais importantes teóricos do marxismo. Depois da morte de Friedrich Engels, a princípio, foi considerado como o mais fiel interprete da doutrina marxista, destacando-se dos teóricos mais eminentes da [Segunda Internacional](#). Em 1899, publicou também *A Questão Agrária*, com a qual aparecia, pela primeira vez, uma exposição detalhada do desenvolvimento da agricultura do ponto de vista marxista. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/k/kautsky.htm>>. Acesso em: 13/07/2014.

<sup>17</sup> Lênin: Vladimir Ilyich Ulyanov, mais conhecido como Lênin (1870-1924), foi um importante revolucionário, líder da [Revolução Russa](#) de 1917, e estadista russo. Lênin que fora em 1900, líder do Partido Bolchevique, representou fundamental importância na organização partidária e na propagação das ideias marxistas que faziam oposição ao sistema czarista na Rússia. Em outubro de 1917, assumiu o governo da Rússia e implantou o [socialismo](#). Uma das primeiras medidas tomadas por Lênin foi retirar a Rússia da [Primeira Guerra Mundial](#). Lênin resistiu com força ao movimento contra-revolucionário (1918-21). Nacionalizou indústrias e bancos, controlou as terras agrícolas e estabeleceu um forte controle político e econômico. Em 1921, implantou a NEP (Nova Política Econômica) na Rússia. O objetivo era dar um pouco mais de liberdade para o comércio e agricultura para que a economia russa pudesse crescer. Em 1922, criou, em conjunto com os soviéticos, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/biografias/lenin.htm>>. Acesso em: 13/07/2014.

<sup>18</sup> A base das discussões de Abramovay em relação à agricultura familiar centrou-se basicamente no estudo de Lênin e Kautsky.

Há dois aspectos de relevância nesta análise:

- i. Ao se tratar sobre a agricultura familiar, não se está referindo a uma pequena propriedade que seja atrasada;
- ii. O Peso do Estado na consolidação da agricultura familiar como a base social do dinamismo do setor.

A agricultura familiar contemporânea não pode ser, nem minimamente, considerada como camponesa. Segundo Ellis (1988) e Friedmann (1980), camponeses são os produtores familiares parcialmente inseridos em mercados igualmente incompletos.

A agricultura familiar moderna corresponde a uma produção integrada ao mercado<sup>19</sup>, que incorpora os avanços técnicos e tecnológicos, capaz de responder às políticas governamentais, muito mais baseada na visão de Alexander Chayanov (1974)<sup>20</sup> e posteriormente o polonês Jerzy Tepicht (1973)<sup>21</sup>, que tratam do campesinato de base familiar, mas que a sua estrutura impõe determinações sobre o comportamento econômico. A racionalidade da organização familiar não depende dos laços familiares em si, mas de sua capacidade de se adaptar e instaurar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que está inserida.

A maior parte dos estabelecimentos agrícolas nos países capitalistas avançados é de natureza familiar. Estudos sobre tabulações especiais do censo agrícola mostraram entre os anos 1950 e 1960 que os estabelecimentos familiares contribuíram com cerca de dois terços do valor total da produção nos Estados Unidos. (ABRAMOVAY, 1992, p.160).

De acordo com as pesquisas de Abramovay, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a Europa Continental apresentam predominância de produção rural familiar, e são consideradas, entre outras, as nações com maiores dinamismos econômicos e altamente desenvolvidas.

---

<sup>19</sup> Esta é a principal diferença com o campesinato tradicional: O tipo de relação com o mercado. A noção difundida principalmente na década de 70 era do camponês integrado ao capital, se caracterizando como um modo de produção subordinado. Segundo Abramovay (1992), explicar a existência camponesa a partir da lógica do capital é um equívoco e impede a compreensão do que é mais importante na estrutura social da agricultura capitalista contemporânea: o peso predominante, em seu interior, de unidades produtivas que são familiares, mas não camponesas. (ABRAMOVAY, 1992, p.24).

<sup>20</sup> CHAYANOV, Alexander V. La Organización de La Unidad Económica Campesina. Buenos Aires. Nueva Vision: 1974.

<sup>21</sup> TEPICHT, Jerzy. Marxisme et Agriculture: Le Paysan Polonais. Paris. Librairie Armand Colin: 1973.

Nos Estados Unidos, que são a maior nação agrícola (e capitalista) do mundo, não predomina na produção familiar o regime de assalariamento. Percebem a produção agrícola familiar como um pequeno empreendimento, no qual o produtor é um micro ou pequeno empresário, sendo reduzida a procura das pessoas pela atividade como um trabalho assalariado.

No caso da Grã Bretanha, sobretudo no período entre as duas grandes guerras a agricultura recuperou a sua importância estratégica em virtude dos riscos advindos da maciça importação de alimentos. Os estabelecimentos familiares permitiram a Grã-Bretanha fortalecer seu abastecimento interno.<sup>22</sup>

Segundo Burrell et al. (1984), foi basicamente a produção familiar que permitiu um avanço de 46,7% em 1955/56 para 61,8% em 1983 da participação interna na oferta total de alimentos na Grã-Bretanha. O caráter familiar das produções agrícolas inglesas não é contrária ao movimento de concentração do processo produtivo; mesmo que muitos estabelecimentos agrícolas trabalhem no regime *part-time farming* (operação em regime de tempo parcial), elas realizam investimentos que garantem a sua manutenção, oferecendo ao agricultor flexibilidade de composição da renda.

No período do pós Segunda Guerra, na Europa Continental, especialmente na França, a agricultura familiar se fortaleceu por intermédio de políticas do Estado.

Para Abramovay (1992, p.209):

(...) o peso da produção familiar na agricultura faz dela hoje um setor único no capitalismo contemporâneo: não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão estruturam-se tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e onde a participação da mão-de-obra não contratada seja tão importante. (...). É em torno do estabelecimento familiar que se estrutura socialmente a agricultura nos países capitalistas avançados.

Segundo Servolin (1989, p. 39):

As sociedades ocidentais aderiram, no seu conjunto, a esta solução, elas se dedicaram a este empreendimento de construção da agricultura individual moderna, (...) e fizeram desta agricultura individual moderna a forma, pode-se dizer, 'legítima' de sua produção agrícola.

---

<sup>22</sup> Para Abramovay (1992), o notável é que não houve se quer alguma tentativa de novamente trazer a estrutura clássica da agricultura inglesa quando a nação precisou de um desempenho agrícola positivo no século XX.

A prosperidade da agricultura europeia contemporânea é baseada em uma relativa pulverização econômica e um rigoroso planejamento do Estado, ou seja, a importância atual da agricultura familiar na Europa ocidental não decorre de seu antepassado camponês, mas sim de um conjunto de políticas de organização e planejamento do setor.

O que caracteriza a agricultura europeia é a organização de seus mercados por parte do Estado e da profissão agrícola, com intervenções generalizadas na maneira de ocupar as terras, no estabelecimento do padrão técnico adotado, no quê e em quanto produzir, nas principais formas de distribuição e na alocação dos fundos públicos de sustentação do processo produtivo, na implantação de políticas de reciclagem da mão-de-obra e de assistência àqueles que abandonam o setor. (ABRAMOVAY, 1992, p.206).

O que explica estes fatos nas agriculturas mais avançadas do mundo? Para Abramovay (1992, p.25), o que parece essencial<sup>23</sup>:

(...) é que houve um processo importante de transferência de renda da agricultura para o resto da sociedade através do mecanismo de preços. A estrutura pulverizada da oferta agrícola foi condição necessária para a operação deste mecanismo, mas não suficiente: sem a intervenção maciça do Estado, a própria violência das oscilações dos preços acabaria por comprometer a abundância alimentar e a possibilidade de regulação institucional tanto da renda como dos preços alimentares. Longe de exprimir diretamente os interesses de um segmento da sociedade (a burguesia agrária, a agroindústria, por exemplo), o Estado procurou imprimir à agricultura uma função estratégica na reprodução social como um todo: a de permitir que o peso dos produtos alimentares – e fundamentalmente dos produtos básicos, isto é, cereais, leite, alguns tipos de carnes – nos custos de reprodução da força de trabalho fosse cada vez menor.

Esta redução foi importante para se constituir uma nova etapa no capitalismo, conhecido como fordismo ou regime intensivo de acumulação de capital, com base nos teóricos franceses da teoria da regulação. Segundo o fordismo se transforma não apenas os processos produtivos do chão de fábrica, mas também o padrão de consumo da classe operária, agrupando “à sua cesta de bens, um conjunto de mercadorias saídas das novas correntes de produção”. (ABRAMOVAY, 1992, p.25).

Nos países de capitalismo avançado, tanto os de colonização recente (Estados Unidos e Canadá) como os de tradição agrícola seculares, a agricultura se apresenta como um setor atomizado em incontáveis unidades produtivas,

---

<sup>23</sup> Segundo o autor é surpreendente neste ponto a convergência de pensamento entre os autores marxistas e neoclássicos.

funcionando como um organismo planejado, sob o comando e o controle do Estado e das organizações profissionais e cada vez mais com base em critérios públicos sobre o uso de seus recursos produtivos.

Segundo Abramovay (1992, p.210):

O Estado previdenciário agrícola não consiste apenas na contemplação dos problemas sociais ligados ao desenvolvimento agrícola. Além da administração do êxodo rural, das políticas de ocupação do território e da formação profissional, o Estado acaba por responder pela própria formação de renda do setor.

A existência da agricultura familiar no capitalismo é, portanto fundamentada pela forma de produção moderna, técnica e tecnológica, relacionada às cadeias produtivas intermediadas pelo capital mercantil, observada com clareza nos países de economias avançadas.

A produção familiar no capitalismo em nada se assemelha à produção camponesa referenciada pelos clássicos marxistas. De acordo com as teorias marxistas, o trabalho do campo teria a missão de rebaixar o valor da força de trabalho oferecendo alimentos a preços mais baixos em relação a uma empresa capitalista; a este processo fora chamado de “funcionalidade da pequena produção”.

A agricultura moderna deve, portanto, ser discutida na perspectiva de suas funções macroeconômicas e estruturais no desenvolvimento capitalista, não podendo ser considerada como um mero segmento da divisão social do trabalho.<sup>24</sup>

Contudo, instaura-se neste íterim um paradoxo essencial na economia agrícola do capitalismo avançado: - o aumento da produção e da produtividade não se traduz, necessariamente, em aumento de preços ao produtor.

O agricultor não recebe o correspondente pelo capital imobilizado de seus investimentos. Este trabalhador do campo se mantém na atividade não apenas por escassez de oportunidades em outro setor, mas também devido à valorização do seu patrimônio (o valor da terra). Aquilo que se deixa de ganhar com as cotações agrícolas pode ser compensado na elevação do valor fundiário; deixar de usufruir de uma renda no momento presente pode ser compensado pela valorização do valor do imóvel rural, se realizando em ativo futuro.

---

<sup>24</sup> Segundo o autor, não necessariamente, na ótica do capitalismo tradicional, a ampliação do trabalho assalariado se traduz em sinônimo de desenvolvimento.

Esta renda, segundo Abramovay (1992, p. 222) não se destina necessariamente apenas à agroindústria:

(...) Para onde vai esta renda? (...) a resposta deve ser óbvia: a agricultura tem um papel decisivo no processo de rebaixamento permanente do custo de reprodução da força de trabalho. Neste sentido, o mecanismo de preços permite uma verdadeira transferência intersetorial de renda, na qual se beneficiam não só os setores que lidam diretamente com a compra de produtos agrícolas e a venda de insumos e máquinas, mas o conjunto do sistema econômico, pelo caminho da redução da parte do orçamento das famílias dedicadas diretamente à alimentação.<sup>25</sup>

Nas comparações do setor agrícola com a indústria nota-se que o trabalhador do campo, nos países avançados, não alcança a renda de um trabalhador industrial com qualificação mínima; daí a importância da participação e da intervenção do Estado (como ocorreu em vários países europeus) de garantir o nível dos preços agrícolas, tomando por referência uma renda na qual os agricultores avaliam sua atividade com base no custo de oportunidade do trabalho.

Necessário se faz analisar o seguinte fato: - se o retorno do trabalho e do custo de oportunidade da agricultura fosse idêntico ao da indústria, os preços subiriam, como observa Johnson (1969).

Para Owen (1966/1975, p. 49-50), nos Estados Unidos, o Estado exerce um poder decisivo cuja base é exatamente a pulverização econômica do setor. Os benefícios do progresso tecnológico na agricultura são rapidamente repassados para os setores não agrícolas, pelo fato mesmo de que as inovações técnicas aumentam a oferta e conduzem a uma redução nos preços médios. Por aí, os agricultores produzem um excedente econômico “canalizado para atividades de investimento no setor não agrícola, sem exigir em troca uma transferência de valor produtivo equivalente para o setor agrícola.” (OWEN, 1966/1975, p. 40).

Segundo este mesmo autor, o que caracteriza então a agricultura nos países desenvolvidos é uma “(...) forma dinâmica de tributação intersetorial, inteligentemente aplicada pela ‘mão invisível’.” (OWEN, 1966/1975, p. 51).

As comparações entre as margens de lucro na agricultura e na indústria demonstram para onde se destina o resultado deste avanço técnico, como explica Owen (1966/1975. p.52):

---

<sup>25</sup> Esta constatação é um importante precedente para a atuação das cooperativas, nas quais, em seu portfólio de objetivos, consta a redução dos descontos nos preços pagos aos agricultores pela cadeia produtiva, através da integração de processos e do maior poder de negociação através do contingente.

(...) um lucro agregado negativo é sem dúvida a condição 'normal' no setor agrícola. Em contrapartida, as margens de lucro de todas as manufaturas dos Estados Unidos durante a década dos 50 variaram entre 4 a 5% do valor das vendas, deduzidas as taxas. Ainda mais impressionante é que o lucro agregado do maior setor de sociedades anônimas não agrícolas, também deduzidas as taxas, variou de 16,8 a 24,5 bilhões de dólares por ano, durante a década de 50, com lucro médio, baseado em cinco anos, aumentando de US\$ 16,5 bilhões em 1950 para US\$ 22,3 bilhões em 1960. Tivesse o setor agrícola experimentado um rendimento suplementar proporcional às taxas de lucro desses componentes do setor não agrícola, tal retorno adicional teria aumentado a renda líquida dos agricultores, em 1960 de 1,5 a 2 bilhões de dólares.

Como é sabida, a questão da renda agrícola não significa baixa produtividade, tampouco atraso do setor, mas o fato de que os ganhos foram repassados para outros setores sociais; este mecanismo de preços que permite a permanente transferência de renda não se explica apenas pelas livre atividade do mercado, mas também por clara e notória intervenção do Estado. Segundo Abramovay (1992, p.226), (...) “mais do que proteger os agricultores, o sentido da intervenção estatal tem sido o de permitir a estabilização da oferta e dos preços agrícolas.(...) a renda agrícola é cada vez mais estabelecida institucionalmente.”

Essa ação do Estado somente será possível se houver uma renda mínima para manter a família do produtor do campo. Para Abramovay (1992, p. 227):

O importante é que a estrutura familiar e o caráter competitivo da agricultura fornecem a base social objetiva para que o Estado assuma a função simultânea de controle da renda agrícola e ao mesmo tempo dos preços alimentares. Os dois termos básicos de que se compõe a agricultura capitalista dos países centrais – dispersão na oferta e intervenção estatal generalizada – são na verdade inseparáveis: é exatamente por sua natureza social específica, por seu caráter familiar, que a agricultura é obrigada a tolerar o mecanismo de transferência de renda com o qual a sociedade se beneficia de sua atividade. Ao mesmo tempo, o Estado preserva esta estrutura familiar e competitiva – pois ela assegura a possibilidade de um controle institucional sobre a renda agrícola e os preços alimentares, que seria impossível caso o setor tivesse a mesma concentração econômica que a indústria automobilística, por exemplo.

A intervenção estatal na agricultura dos países avançados acaba por beneficiar toda a sociedade, e não apenas um segmento como a agroindústria, através de políticas que estabilizam e em alguns momentos até reduzem os preços dos alimentos; a teoria da regulação traduz a função atual da agricultura nestes países:

(...) além de o próprio consumo alimentar ter-se adaptado às normas do fordismo, a redução nos preços agrícolas foi uma das condições importantes para a mudança significativa nos padrões de consumo dos assalariados dos países capitalistas avançados, sobretudo após a crise de 1929.(ABRAMOVAY, 1992, p. 246).

Outro critério importante que explica a importância das unidades familiares na estrutura social da agricultura dos países desenvolvidos encontra-se nas particularidades naturais da agricultura.

Como reafirma Abramovay (1992, p. 246):

Operando com base em elementos vivos, a agricultura opõe obstáculos intransponíveis ao avanço da divisão do trabalho e por aí impede que o setor trilhe o rumo de outros segmentos econômicos no mundo contemporâneo. Enquanto depender de sua base biológica, a agricultura jamais será uma indústria. Esta limitação está na raiz da dificuldade que aí encontra a atuação de empreendimentos baseados no trabalho assalariado: o que é particular à agricultura não é a superioridade da produção familiar, mas, diferentemente dos outros setores da vida econômica, a inexistência nítida de vantagens decorrentes de tamanho das empresas repousando sobre o uso de assalariados. Isso não resulta de qualquer virtude da família enquanto agregado econômico e social, mas dos limites que a natureza impõe ao avanço da divisão do trabalho e, portanto, da inexistência de industrialização na agricultura.

No Brasil, ao contrário do que ocorre nos países mais dinâmicos, o importante para o desenvolvimento agrícola têm sido empreendimentos baseados no assalariamento.

A agricultura brasileira não tem rebaixado os preços dos alimentos, de forma preponderante, a respeito do que ocorre nos países mais avançados, na perspectiva de uma oferta abundante e sob o controle do Estado. O que impera são as leis do comércio internacional, imprimindo uma relação desproporcional de competição entre a produção familiar, os pequenos, e mega produtores. Até quando sobre a base da produção familiar, no Brasil, poderão ser criadas políticas semelhantes às dos países mais ricos?

O *modus operandi* da produção agrícola nestes países se apresenta muito diferente das práticas brasileiras. Partindo do princípio básico da divisão de terras e reforma agrária, se observa que nestes países-centro a divisão e a estrutura das terras produtivas e devolutas ocorreram precocemente, como por exemplo, na Alemanha<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> Ver comparação com a Alemanha, páginas 85-86.

Além dessas comparações, outro ponto relevante dos estudos de Abramovay (1992/2003) é que a produção agrícola funciona na maioria destes países sob a base da produção familiar. Por aqui, quem mais se beneficiou das políticas estatais para o campo foi muito mais a grande agricultura patronal do que a sociedade em si.

A produção familiar nestes países é mecanizada, tecnológica, com disposição em embasamento científico; não se trata de uma produção de subsistência (capesinato) ou assistida por programas paternalistas e localistas vislumbrados em muitos casos no Brasil; trata-se de um trabalho profissional, que mantém no núcleo familiar sua base de organização.

Estas famílias ocupam o território e o desenvolvem incluindo as cidades a própria sociedade, através de transferências de renda e de baixo valor dos alimentos (teoria da regulação).

O trabalhador é respeitado: possui condições e incentivos de produção que de fato geram sustentabilidade, embasados em políticas públicas sérias, exequíveis, aplicadas de caráter nacional e não apenas localista.

A classe média rural, nos países do centro tem acesso a terra; desta forma, sua subsistência não é necessariamente vinculada ao assalariamento; além disso, o campo quando desenvolvido, gera novas possibilidades de empregos, (não necessariamente vinculados com a agricultura) que atrativo, reúne em torno de si (nas cidades) toda a sorte de serviços; as cidades se desenvolvem de forma mais igualitária, minimizando o caos público e social advindo das grandes aglomerações; a renda per capita é distribuída de forma mais igualitária, a arrecadação do Estado é proporcional a esta maior renda que se reverte em mais incentivos e qualidade de vida e sustentabilidade para a população, além da própria transferência de renda advinda do campo.

De fato, é sabido que a questão agrária é intimamente ligada ao desenvolvimento econômico. Não há nação desenvolvida que não teve a reforma agrária, contemplada com eficácia, que não apresente um direito a terra e aos meios produtivos eficientes, que não tenha o seu setor primário planejado através de políticas públicas nacionais e/ou marcos regulatórios.

O Brasil, não apresenta problemas de produção agrícola. O país tem alcançado recordes de exportações e mecanização. Como pode então apresentar tamanhos problemas de ordem econômica e social? A resposta está no modo de produção e não na produção em si.

O primeiro ponto se refere à extensão das áreas. No Brasil em extensas regiões as propriedades são baseadas em pequenas glebas, entretanto a política agrícola canaliza grande quantidade de recursos para os grandes produtores, ou seja, os incentivos centram nos grandes produtores. A agroindústria arrebanha grande parte dos benefícios e programas de incentivos no campo; o produtor familiar se quer consegue acesso aos planos mais atrativos oferecidos pelo governo.

As políticas públicas são fragmentadas e desta forma, acabam por promover maior desigualdade social; os grandes possuem acesso aos incentivos, planos, financiamentos e programas do governo, enquanto os produtores familiares, muitas vezes, se tornam vítimas do sistema excludente. Presos à sua propriedade e às dívidas bancárias buscam na produção familiar quase que unicamente a subsistência.

A produção agrícola brasileira também se depara com outro grave problema: - a infra-estrutura de produção. Faltam rodovias, portos, aeroportos, hidrovias, eclusas, dutos. A agricultura depende da infra-estrutura de transportes e logística para se desenvolver e no Brasil, esta carência aumenta o custo logístico nacional e faz o país perder em produtividade para os mercados internos e externos. (BECKER, 2007).

O país produz, mas não consegue escoar e transportar a sua produção com eficiência. Problemas como a matriz energética, burocracia, corrupção, falta de políticas públicas nacionais emperram o setor de transporte de cargas no Brasil. O desenvolvimento nacional depende da agricultura que por sua vez depende em grande parte de fatores estruturais de produção<sup>27</sup>.

Concordando com Abramovay a produção agrícola é indiscutivelmente um dos entes mais importantes para o desenvolvimento econômico de um país; trata-se do setor primário, fornecedor maior das indústrias, para as cidades e para as pessoas – sem este setor, não há fomento.

Desenvolvimento significa crescimento conjunto do país e não apenas de uma parcela ou pessoas de uma região. No Brasil e em Goiás se percebe o enriquecimento de um setor da sociedade, de um pequeno grupo de empresários

---

<sup>27</sup> Nesse ínterim, o governo com necessidade latente de prosseguir com as obras previstas no PAC I e PAC II, essenciais para a produção agropecuária e para o próprio desenvolvimento econômico nacional, realizou investimentos volupiosos para a construção de estágios para a copa do mundo da FIFA (entidade particular desportiva) devido ao mundial de futebol disputado no país em junho de 2013. Enquanto isso, obras importantes como a transposição do Rio São Francisco, a Usina de Belmonte, a linha férrea Belém-Brasília, as eclusas e as hidrovias no Tietê-Paraná encontram-se em estado de espera. Pergunta-se, até quando?

rurais, latifundiários, geralmente pertencentes a famílias tradicionais, com posses hereditárias, com pensamento e práticas de monocultura, monopolizadores dos investimentos e planos de incentivos públicos, exploradores de mão de obra e com interesses de investimentos relacionados ao mercado exterior.

Segundo Abramovay (1992, p.259):

(...) a agricultura brasileira ainda não enfrentou o dilema em torno do qual se estruturou o desenvolvimento agrícola dos países capitalistas avançados desde o *New Deal* e sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial. (...). Que o rebaixamento durável dos preços agrícolas é uma das condições fundamentais para a própria mudança nos padrões de consumo de massa característico do regime intensivo de acumulação de capital, isso foi convincentemente demonstrado pela teoria da regulação. Resta saber se a atual estrutura produtiva do capitalismo agrário brasileiro será capaz de progredir no quadro deste rebaixamento ou se, para levar adiante uma política durável de redistribuição de renda, o próprio padrão de crescimento na agricultura terá que ser modificado.

Cabe às alternativas sociais e particulares, tentarem através da organização e integração com o setor público reverter esta realidade, como é o caso das cooperativas, que se apresentam quantitativamente como uma opção importante para lidar com a realidade política da agricultura no Brasil.

## 2.6 Agricultura, Ruralidade e Desenvolvimento

Para Abramovay (2003, p. 13), o desenvolvimento agrário, na nova ordem econômica, está embasado no conceito de ruralidade e não necessariamente na produção agrícola em si. Cada vez menos, no meio rural, as pessoas sobrevivem da atividade puramente agrícola.

A ruralidade se refere ao entendimento do meio rural como um espaço de atividades variadas, múltipla, heterogênea, que reúne diferentes entes sociais e não apenas como um terreno de produção de bens agropecuários.

Segundo Saraceno (1996/1999 e OCDE<sup>28</sup>, 1994) a ruralidade condiz a um conceito territorial, portanto não-setorial e o mesmo se aplica à noção de urbano: As cidades não são definidas pela indústria nem o meio rural pela agricultura.

---

<sup>28</sup> Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico.

Segundo a FAO (1998):

Ainda que em muitos casos a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de emprego e geração de renda em áreas rurais, é preferível não defini-las por seu caráter agrícola. Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas. Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez menos dominadas pela agricultura. Finalmente, existem empreendimentos agropecuários, em alguma medida, nas áreas urbanas. A implicação é que em vez de uma definição setorial de áreas rurais, é necessário uma definição espacial. Portanto, a unidade de análise não são os sistemas agrários nem os sistemas alimentares, mas as economias regionais e, mais especificamente, aquelas nas quais as pessoas vivem em áreas de povoamento menos denso que o restante do país. Em outras palavras, desenvolvimento rural é conceito espacial e multissetorial e a agricultura é parte dele.

Para Abramovay (2003, p.16):

Agricultura, indústria e comércio são setores econômicos. Já a ruralidade é um valor ao qual o mundo contemporâneo atribui crescente importância, por seu significado na preservação da biodiversidade, no fortalecimento de manifestações culturais variadas e por um estilo de vida que os habitantes dos grandes centros buscam cada vez mais.

Nesta perspectiva, as funções convencionais do meio rural de fornecimento de insumos, mão de obra e bens primários para o crescimento econômico (sobretudo dos meios urbanos) são cada vez, menos importantes, diante dos atributos territoriais que definem a ruralidade, que oferecem perspectivas promissoras ao desenvolvimento. A saber:

- i. a relação com a natureza - a biodiversidade e as paisagens naturais são fatores potenciais de desenvolvimento;
- ii. a relação com as cidades: origem de parte crescente das populações rurais e dificuldades crescentes das grandes regiões metropolitanas em criar novos postos de trabalho e integração; e
- iii. a relação com os habitantes entre si: a economia da proximidade em que a zona de consumo ocorre em proximidade com a zona de produção de produtos e serviços, além de laços sociais que valorizam relações diretas de interconhecimento.

Uma dialética se estabelece neste discurso: se o espaço rural for entendido unicamente como produtor de insumos agropecuários, seu esvaziamento significaria

sinal de avanço da produtividade e de expansão das possibilidades de exportação ou abertura de novos mercados internacionais. Contudo, se ao contrário, for percebido como meio para a expansão de múltiplas atividades, baseadas em laços sociais que os indivíduos e as organizações (atores sociais) construíram; daí vai decorrer, segundo Abramovay (2003, p. 13), “(...) uma visão do território brasileiro que recusa às metrópoles o lugar exclusivo de horizonte promissor para as novas gerações”.

Ainda de acordo com Abramovay (2003), como exemplo de organização destes atores sociais, existem no Brasil mais de 4000 conselhos municipais de desenvolvimento rural; destes, ao menos 1500 já elaboraram e aplicaram um plano municipal de desenvolvimento; mais de 70% dos municípios brasileiros possuem uma comissão de desenvolvimento rural.

Estes conselhos são a base do que poderá ser o planejamento territorial brasileiro. Apesar de apresentarem relevante abrangência e participação social que atinge muitos residentes mais pobres do interior, não são ainda organismos reais de planejamento territorial.

Segundo Abramovay, sua perspectiva setorial (agrícola) e seu alcance estritamente municipal, não são capazes de promover planos e metas que atinjam de forma setorial o ambiente.

Para Abramovay (2003, p.14):

O grande desafio do planejamento territorial consiste em passar de uma lógica de balcão – em que as localidades elaboram certas listas de reivindicações aos poderes federais – a uma racionalidade de projetos – com base nas quais uma região afirma sua identidade, suas ambições e suas capacidades de construir o futuro. Claro que isso supõe alterar o ambiente institucional – os valores, as expectativas, as normas de conduta dos atores sociais e dos poderes públicos – da esmagadora maioria das regiões rurais. Mas em que consiste a alteração deste ambiente? (...) Uma das mais importantes descobertas da economia, nos últimos anos, foi que, além do trabalho, dos recursos materiais e do conhecimento, a própria organização social é uma fonte decisiva de geração de riqueza. O segredo está no fortalecimento dos vínculos localizados que permitem a ampliação da confiança, e, portanto, do alargamento do próprio círculo de negócios dos atores sociais. (...)um ambiente de confiança entre os atores sociais oferece uma das bases mais sólidas para o desenvolvimento.

Estes vínculos localizados refletem a concepção de território: mais do que localização ou dimensionamento físico, o território consiste em relações (laços) sociais e identidade, um conjunto de significados, de experiências e vivências dos

indivíduos que sobrepõe ao conceito de lugar; permite a construção de um sentimento (modelo mental partilhado) de pertencer a um lugar comum.

Esse ponto de vista subjetivo-organizacional, referente à confiança da identidade social dos atores, faz mudar a perspectiva do planejamento. Para Abramovay (2003), a concepção de territorial do desenvolvimento deve ser a base para o planejamento e para as políticas públicas.

A questão rural na contemporaneidade carece de uma abordagem territorial que parte do entendimento que as trocas sociais, o aprendizado e das experiências geradas vão contribuir para o desenvolvimento .

Segundo Abramovay (2003, p.11) a revalorização das regiões interioranas é um dos mais importantes fenômenos demográficos, sociais e culturais do século XXI:

Depositários principais da biodiversidade, de um rico patrimônio paisagístico e de formas de vida crescentemente valorizadas nos dias de hoje, os espaços rurais ganham dimensões promissoras para o processo de desenvolvimento.

Em seus estudos Abramovay observou que o envelhecimento da população mundial imprime um novo dinamismo às regiões rurais. É comum que ao se aposentarem, as pessoas voltem aos lugares de onde partiram, nos quais possuem laços sociais, afetivos e familiares.

Estas pessoas, devido às suas necessidades, experiências, exigências e interesses, injetam renda nestas regiões na busca por melhor qualidade de vida, desenvolvendo lugares tidos como estagnados. Além disso, em relação à oferta e demanda de ocupação e renda, é perfeitamente possível, que o trabalho do agricultor possa se desconcentrar da agricultura e voltar-se a outros segmentos da sociedade em que seja mais útil.

Este fenômeno, percebido nos países desenvolvidos tem ocorrido com frequência no Brasil, onde pessoas que conquistaram a independência financeira voltam para o campo e chegam a atrair outros membros da família, em função da disponibilidade de renda da aposentadoria e da independência financeira, gerando dinamismo nas regiões rurais.

Segundo esta observação, Abramovay (2003) discute que a população rural no Brasil contemporâneo não é formada por um conjunto de remanescentes que tende ao desaparecimento. Mais de cinquenta milhões de pessoas que vivem no

Brasil em regiões rurais e não há estimativas que indiquem uma redução deste quantitativo de forma expressiva num horizonte de tempo previsível.

A segunda metade do século XX registrou o maior índice de crescimento e aglomeração urbana; notadamente, em todo o mundo, as áreas rurais concentram os piores indicadores de desenvolvimento. Em contrapartida, se percebe na contemporaneidade áreas não densamente povoadas, em países desenvolvidos e também no Brasil, que apresentam um dinamismo econômico que contradiz as previsões de que o meio rural no século XXI desempenharia um papel de menor importância para o desenvolvimento.

Benefícios sociais e programas do governo como transferências públicas de renda a populações pobres, aposentadoria rural, bolsa-escola, bolsa-renda, programas de erradicação da pobreza e do trabalho infantil, incentivaram atividades econômicas de pequeno porte no ambiente rural, como a abertura de micro e pequenos comércios, construção civil, transporte escolar, que causaram repercussão importante na vida social e econômica local.

Os programas sociais de geração de renda no campo promovem a expansão de atividades econômicas de proximidade à região rural: a zona de produção de produtos e serviços coincide com a zona de consumo. Geralmente, os gastos resultantes destes programas são destinados ao consumo de produtos e serviços em estabelecimentos locais, em grande parte isentos de concorrência (local), o que promove a promoção de postos de trabalho e atração de outros pequenos negócios.

Contudo, em sua pesquisa, Abramovay é enfático ao afirmar que em várias nações (e principalmente nos países mais desenvolvidos do mundo pertencentes a OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico<sup>29</sup>) a ocupação agrícola, mesmo nas regiões de predominância rural encontra-se em queda. Mas ainda é pouco conhecido o fato de que algumas regiões rurais fazem parte das áreas mais desenvolvidas de alguns países da OCDE.

(...) algumas regiões rurais fazem parte das zonas mais dinâmicas no interior dos países membros da OCDE. Elas criaram mais possibilidades de novos empregos que a economia tomada em seu conjunto. O dinamismo de certas regiões rurais demonstra que a ruralidade não é em si um obstáculo

---

<sup>29</sup> OCDE: Organização internacional e intergovernamental, com sede Paris, é composta por 34 países mais industrializados da economia de mercado. Os representantes dos países membros se reúnem ordinariamente para trocar informações e estabelecer políticas comuns, com o objetivo de maximizar o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países membros. (BRASIL, 2014). [www.desenvolvimento.gov.br](http://www.desenvolvimento.gov.br) acessado em 08/05/2014, 13h.

à criação de empregos. A fraca densidade de população e a distância são frequentemente consideradas obstáculos ao desenvolvimento rural. Nem sempre é o caso [...] e além disso, a experiência mostra que os obstáculos geográficos podem ser ultrapassados. Para as regiões rurais atrasadas, as regiões rurais dinâmicas representam um modelo de desenvolvimento mais realista que as regiões urbanizadas. (OCDE, 1996, p. 10).

De modo geral, nos países da OCDE um em cada quatro habitantes vivem em regiões rurais. Por exemplo, mais de 20% dos norte-americanos vivem em regiões rurais; na França este número corresponde a 27%. Contudo, as pessoas que atualmente vivem no meio rural não necessariamente estão ligadas economicamente à agricultura: são operários, funcionários, enfermeiros, professores, artesãos, guias turísticos, aposentados, profissionais liberais; no ambiente rural não há apenas agricultura e agricultores; menos de 10% dos americanos residentes em zonas rurais que dependem diretamente da agricultura. Na França, mesmo em localidades inferiores a 2000 habitantes menos de 13% vivem da atividade agropecuária. (ABRAMOVAY, 2003, p. 12).

Nos Estados Unidos e na França, segundo a OCDE, a agricultura representa uma parcela cada vez menor da ocupação e da geração de renda, bem como o emprego agrícola que está em declínio.

Segundo Castle (1998, p. 621) nos Estados Unidos apenas 10% do pessoal ocupado vive da agricultura. Em 1991 nos EUA havia 1,6 milhão de domicílios agrícolas e 23 milhões de domicílios rurais não agrícolas, ou seja, 93% dos domicílios rurais norte americanos não são produtores agropecuários.

Na França, os dados são semelhantes. Aproximadamente 90% dos domicílios rurais não se mantêm com o trabalho agrícola propriamente.

Na OCDE o emprego agrícola corresponde de forma geral a uma fração reduzida do total de atividades, mesmo em regiões notadamente rurais. É nítido, de acordo com o relatório da FAO (1998) e dos dados da OCDE o crescimento de atividades não-agrícolas no meio rural, estabelecendo-se, portanto, no Brasil e em todo mundo um setor rural não agrícola.

No Brasil, as áreas rurais<sup>30</sup> são consideradas como sinônimos de atraso, de baixo dinamismo econômico, de carência de serviços e cidadania. No país, o meio

---

<sup>30</sup> O IBGE (1996) entende como área rural aquelas que se encontram fora dos limites das cidades, cujo estabelecimento é prerrogativa das prefeituras municipais: “a situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos”. O acesso a infra-estruturas e serviços básicos e um mínimo adensamento são suficientes para que a população se torne urbana. (SARACENO, apud ABRAMOVAY, 2003, p. 19).

rural corresponde aos remanescentes ainda não atingidos pelas cidades e sua emancipação social passa a ser vista – de maneira distorcida – como “urbanização do campo”. (ABRAMOVAY, 2003, p. 19).

O meio rural no país é entendido, na maioria das vezes, como área exclusivamente produtora agrícola, caracterizada pelos processos de migração (êxodo rural), diminuição do quantitativo populacional, limitado por fatores físicos e geográficos e pela manutenção do atraso e pobreza.

Enquanto se entender o meio rural através desta concepção, e o seu estudo se limitar às medidas do esvaziamento e carência de programas e medidas governamentais, não será possível compreender as áreas rurais dinâmicas o que, de acordo como os trabalhos da divisão de desenvolvimento territorial da OCDE (1994 e 1996) e Von Mayer (1998), se torna um empecilho à elaboração de políticas públicas para as áreas menos dinâmicas.

O meio rural deve ser entendido como uma região capaz de satisfazer as necessidades de seus habitantes e também das cidades (principalmente em termos daquilo que ela não pode produzir). Apenas desta forma, o termo desenvolvimento poderá ser de fato aplicado ao meio rural no país.

Segundo Castilhos *et al.*(1998) e Medeiros e Leite (1999), por mais graves que sejam os problemas de centenas de famílias assentadas hoje no Brasil, são expressivas as experiências em que o acesso à terra, de fato propiciou melhoria em suas condições de vida. Boa parte dos municípios brasileiros com maior índice de desenvolvimento humano é rural somado às experiências dos países desenvolvidos provam que no meio rural não apenas permaneceram os que não migraram (ainda) para o centro urbano e que seu declínio é uma questão de tempo.

Estes estudos são importantes para se perceber que a questão do desenvolvimento do meio rural na contemporaneidade abrange muito mais que os aspectos vinculados à agricultura em si e servem se base para reflexões para a elaboração de um planejamento territorial brasileiro e políticas públicas de alcance nacional.

Para Randy Stringer, Vice-Diretor do Centro de Estudos Internacionais da Faculdade de Economia e Centro de Estudos Econômicos Internacionais da Universidade de Adelaide na Austrália, escreveu em 2001 texto intitulado “*How important are the 'non-traditional' economic roles of agriculture in development?*” -

Em português: “Qual a importância dos papéis econômicos ‘não tradicionais’ da agricultura no desenvolvimento” (Tradução nossa).

Em seu artigo, Stringer (2001) discute que muito além das contribuições tradicionais da agricultura para o desenvolvimento, como fornecedora de alimentos e insumos para os grandes centros, fonte de mão de obra, exportação, transferência de capital e mercado de consumo, os papéis não tradicionais da agricultura como as contribuições econômicas da agricultura para o agronegócio, como infra-estrutura social, rápido crescimento e aumento da produtividade do trabalho através da educação, produção de bens, serviços e empregos agroindustriais, a disponibilização de terras para expansão urbana, a produção de alimentos seguros, melhoria da saúde e o turismo, tem se tornado fatores fundamentais para o desenvolvimento sócio econômico.

Johnston e Mellor (1961) *apud* Stringer (2001) identificaram anteriormente o que nos dias atuais pode-se considerar como as tradicionais contribuições econômicas da agricultura para o desenvolvimento.

Analistas e economistas focados em demonstrar a maneira pela qual a agricultura poderia contribuir para o crescimento global e a modernização, destacaram a agricultura por suas reconhecidas farturas de recursos, além de sua capacidade de transferir os excedentes para o mais importante, o setor industrial. (STRINGER, 2001).

Ao servir como fornecedora do setor industrial o papel principal da agricultura na transformação de uma economia em desenvolvimento foi visto como secundário na estratégia principal de acentuar o ritmo da industrialização.

De acordo com Stringer (2001) os papéis econômicos centrais da agricultura que formaram a abordagem tradicional são:

- I. fornecer mão de obra para uma força de trabalho industrial urbanizada;
- II. produção de alimentos para populações em expansão, com maiores rendas;
- III. poupança de abastecimento para investimentos industriais;
- IV. ampliar mercados para produção industrial;
- V. ganhar receitas de exportação para pagar por bens de capital importados; e
- VI. produzir matérias-primas para as indústrias de processamento de produtos agrícolas

Contudo, Stringer (2001) aponta que alguns economistas do desenvolvimento demonstraram, em meados dos anos 1990, que mesmo a atividade da agricultura tendo recuado proporcionalmente em relação à indústria e serviços, ela tem crescido em termos absolutos, suscitando vínculos cada vez mais complexos para os setores não-agrícolas.

Este grupo de economistas destacou entre os anos de 1960 e 1980 a interdependência entre desenvolvimento agrícola e industrial e o potencial da agricultura para estimular a industrialização. Segundo eles, era necessário um caminho de mão dupla. Recursos ainda devem se mover para os centros industriais e urbanos, mas com atenção voltada para o capital, tecnologia, recursos humanos e necessidades de renda da agricultura. Isto exigiu formuladores de políticas para mudar as estratégias.

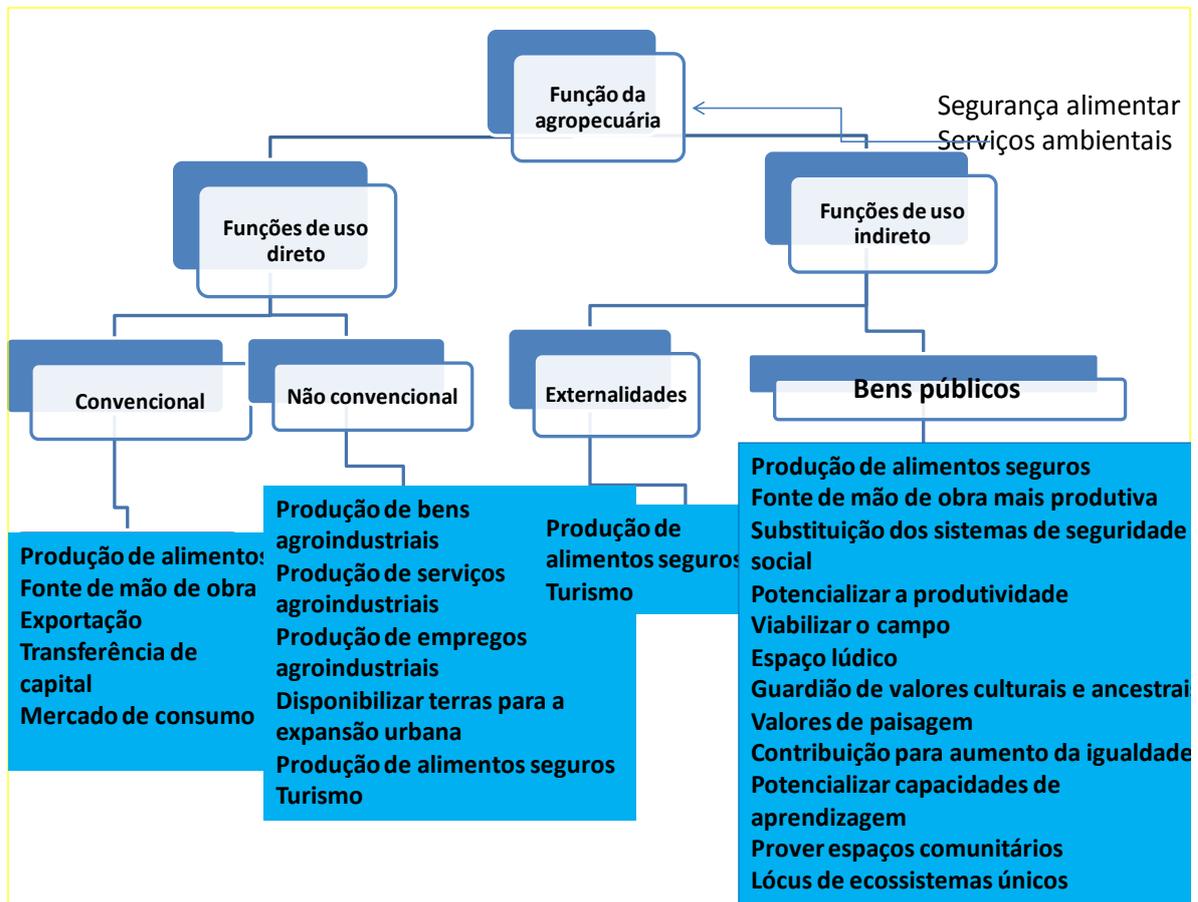
De acordo com Stringer (2001), políticas macroeconômicas tradicionais que bloquearam o crescimento do setor rural por meio da tributação direta e indireta dos produtores de alimentos, comerciantes e exportadores deveriam ser substituídas por políticas não discriminatórias. A figura 1 a seguir demonstra os papéis não tradicionais da agricultura para o desenvolvimento econômico-social dos países, podendo variar o grau de importância de cada atividade por país e ao longo do tempo.

Além das funções de uso direto da agricultura, envolvendo os importantes papéis convencionais e não convencionais para o desenvolvimento sócio-econômico, existe ainda, segundo Stringer (2001), as funções de uso indireto da agricultura, que são as externalidades (como a produção de alimentos seguros, contribuindo para maior saúde da população) e os bens públicos, ou seja, a importância da agricultura para o bem estar social, se tornando uma fonte de mão de obra mais produtiva, através da substituição dos sistemas de seguridade social, da potencialização da produtividade e de aprendizagem, viabilização do campo, como espaço lúdico e guardião de valores culturais e históricos, valores de paisagem, contribuição para aumento da igualdade, provedor de espaços comunitários e lócus de ecossistemas únicos.

Stringer (2001) é, portanto, claro ao afirmar que o desenvolvimento sócio econômico é intimamente atrelado ao desenvolvimento do campo e da agricultura, que contribuem para tal de forma muito mais ampla do que com as funções de uso

direto, de forma convencional, carecendo de políticas públicas fornecedoras de sustentabilidade para a atividade.

Figura 1: Os papéis não tradicionais da agricultura para o desenvolvimento econômico-social dos países



Fonte: (RANDY STRINGER, 2001).

Em suma, entende-se que com o advento do *agribusiness* e sua expansão em 1990, o complexo rural se transformou. As fazendas podem mais se manter com a produção diversificada para subsistência, não sendo mais auto-suficientes. O homem do campo não pode agora sobreviver das atividades tipicamente agrícolas de forma isolada e desprotegida do Estado. Não pode concorrer em igualdade com o *agribusiness* tampouco investir em novas possibilidades não-agrícolas sem organização e apoio público.

Nesse ínterim, sendo a agricultura elemento fundamental para o desenvolvimento também no Brasil, defende-se neste trabalho que mediante a realidade dos fatos, a organização social de produtores agrícolas em cooperativas é sem dúvida uma alternativa e oportunidade para melhoria de suas remunerações e

relacionamento com os entes de mercado. As cooperativas trabalham como entidades de articulação entre o público e o privado, fortalecendo o trabalho familiar, através da união, para melhorar as condições de competitividade, sobrevivência e manutenção da atividade agrícola familiar no campo. São um mecanismo paliativo para a questão agrícola *versus* o desenvolvimento, que carece de fato, de participação, articulação, organização e presença do Estado, através de políticas públicas eficazes para o setor nacional de produção agrícola de alimentos.

A fim de se retratar tais levantamentos através de exemplos práticos e concretos, decidiu-se destacar a pecuária leiteira, através de um estudo de caso no município goiano de Piracanjuba. Para tanto, o próximo capítulo discute sobre a agricultura e o desenvolvimento em Goiás, tratando da formação do território goiano, de modo a entender as raízes do atraso na região.

## **CAPÍTULO III AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO EM GOIÁS: AS RAÍZES DO ATRASO**

A compreensão da dinâmica das relações econômicas, sociais, políticas e agrárias do estado de Goiás exigem o estudo sobre as origens históricas da formação do território goiano. Segue a análise da forma de domínio e exploração do capital e da distribuição de terras e riquezas em Goiás a partir do estudo de alguns fenômenos marcantes da história recente, que são a promulgação da Lei de Terras de 1850 e a engrenagem coronelística.

### **3.1 A Lei de terras de 1850 *versus* o *Homestead Act***

Segundo Fausto (2006), a ocupação da terra no Brasil por parte de Portugal ocorreu a partir de 1532, quando Dom João III mandou Martim Afonso de Souza dividir a colônia entre algumas pessoas que requeriam capitâneas no território brasileiro.

Desta forma, a coroa portuguesa concedeu as chamadas sesmarias, lotes de terra menor, que eram doadas a um sesmeiro a partir do capitão-donatário de uma capitania, com o intuito de principalmente tornar a terra produtiva. Cada sesmeiro tinha cinco anos para ocupar e cultivar a sua sesmaria. Era dono da posse, mas não da propriedade, que continuava vinculada à coroa. (FAUSTO, 2006).

Em 1759 o Marquês de Pombal, Primeiro Ministro da Coroa, determinou a extinção da hereditariedade das capitâneas, foi o início do Governo Geral. Esta atitude gerou um grande número de posses e ocupações ilegais de terras, desencadeando uma pressão por parte da Coroa para a criação de uma Lei de Terras.

O período compreendido entre 1822 e 1850 foi a fase áurea da ocupação por meio de posses, quando houve a suspensão de concessão de sesmarias.

Em meio à discussão sobre a extensão das posses, faz-se necessário discutir sobre a organização do trabalho da época.

Uma vez que as terras foram herdadas, ocupadas ou tomadas por grandes fazendeiros, a questão da mão de obra passou a ser um aspecto crítico. Percebeu-se que havia carência de força de trabalho humana para que as terras se tornassem produtivas e lucrativas.

Segundo Costa (1972, p. 169), “a política de terras e a de mão-de-obra estão sempre relacionadas e ambas dependem, por sua vez, das fases do desenvolvimento econômico”.

A força de trabalho nestas terras era composta principalmente por meio de escravos vindouros do continente africano.

Ocorre que, no ano de 1850, foi sancionada a Lei Eusébio de Queiroz, que suspendia o tráfico de escravos, mesmo ano em que foi aprovada a Lei de Terras.

De acordo com Fausto (2006), a Lei Eusébio de Queiroz foi produto principalmente, de forte pressão por parte da Inglaterra. A inspiração desta lei decorria do fato que a manutenção dos escravos já estava se tornando economicamente inviável.

A compra e manutenção de escravos era mais dispendiosa do que a remuneração de trabalhadores livres. Ademais, a criação de um mercado de consumo a partir da existência de um contingente de trabalhadores assalariados era do interesse da potência imperialista Inglaterra.

Mesmo assim, segundo Costa (1977), houve tráfico interno de escravos e interesse dos grandes proprietários de terras de escravizarem os imigrantes, por exemplo.

No contexto do surgimento da Lei de Terras de 1850 no Brasil, vale lembrar a Teoria de Wakefield<sup>31</sup>, que segundo Marx (1971), afirmava que numa região onde o acesso a terra era fácil, seria impossível obter pessoas para trabalhar nas fazendas, a não ser que fossem compelidas pela escravidão. A única maneira de obter trabalho livre, nessas circunstâncias, seria criar obstáculos à propriedade rural, de modo que o trabalhador livre, incapaz de adquirir terras, fosse forçado a trabalhar nas fazendas.

Segundo Marx (1971, p. 216):

Wakefield é tremendamente importante para a compreensão correta da moderna propriedade da terra. O capital, enquanto criador da renda do solo reduz-se à produção do trabalho assalariado como seu fundamento criador universal. O capital surge da circulação e põe o trabalho como trabalho assalariado; constitui-se dessa maneira e desenvolve-se como um todo e põe a propriedade da terra como sua condição e ao mesmo tempo como sua antítese.

---

<sup>31</sup>Marx se refere ao livro do empresário Edward Gibbon Wakefield que relatando a sociedade colonial critica a que denomina de colonização espontânea e desordenada e defende uma colonização sistemática. O livro de Wakefield conta a história do Sr. Peel, que perpassa pela tragédia e pela comédia (PRADO, 2008).

Em 1850 surge então no Brasil a Lei de Terras (Lei 601/1850). Segundo esta lei, a aquisição de terras, que até então pertenciam legalmente à Coroa, somente poderia ser realizada por meio do ato de compra, e “a única maneira de se adquirir terra era comprando-a do governo, o qual atuaria como mediador entre o domínio público e o provável proprietário” (COSTA, 1972, p.172).

Aqueles que já possuíam propriedade poderiam conseguir um título de posse junto às autoridades, entretanto, esta concessão era extremamente seletiva, privilegiando apenas rica e poderosa.

A lei também tratou da questão das terras devolutas (ou improdutivas), que eram as sesmarias não ocupadas ou não cultivadas dentro do prazo.

Segundo a Lei 601 de 18 de setembro de 1850:

Art. 3º São terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem aplicadas a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no domínio particular por qualquer titulo legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em commisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em commisso, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em titulo legal, forem legitimadas por esta Lei.

A Lei de Terras buscava uma continuidade do sistema de *plantation* (monocultura de grandes extensões), para fins de exportação, base da economia colonial brasileira, ao mesmo tempo, visava a manutenção do sistema de poder das oligarquias rurais. (FAUSTO, 2006).

Ao se realizar um paralelo entre a Lei de Terras no Brasil e a *Homestead Act* ou Lei da Propriedade Rural nos Estados Unidos da América do Norte, percebe-se a diferença estrutural da questão agrária nos dois países e entende-se melhor seus efeitos nos dias atuais.

A *Homestead Act (1862)* foi proposta por Abraham Lincoln em 30 de maio de 1862. Esta lei defendia a pequena propriedade como o meio mais eficiente de exploração da terra, e doava terras a todos que desejassem nela se instalar, desta forma, abriu caminho para que pessoas sem posses tivessem a oportunidade de ter a sua propriedade. Com isso, percebe-se que o acesso a terra não se constituiu em

um problema político nos EUA. O *yeoman*<sup>32</sup>(pequeno camponês) era um símbolo de moralidade e independência.

Ainda, de acordo com Costa (1972, p.181):

Tanto nos Estados Unidos como no Brasil, a política rural estava ligada a certa concepção de trabalho. Mas, enquanto a Lei brasileira de 1850 dificultava a obtenção de terra pelo trabalhador livre, o Homestead Act de 1862, nos Estados Unidos, doava terra a todos os que desejassem nela se instalar.

Na Lei de Terras de 1850 no Brasil o Estado dava continuidade ao modelo de propriedade que privilegiava a elite de grandes proprietários e o sistema de *plantation*.

A ideia de dignidade do trabalho era ligada à pequena propriedade como forma de exploração da terra. Os americanos pró Homestead Act defendiam que o trabalho é uma fonte de riqueza e a propriedade da terra seria “a fonte fundamental de todas as virtudes” (COSTA, 1972, p. 186).

No Brasil, na época da Independência, o sistema colonial foi mantido, por ser mais eficaz financeiramente devido às exportações de produtos tropicais para o mercado internacional.

Nos Estados Unidos, até mesmo antes da Independência, a *plantation* não era o único setor de destaque da economia. Após a Independência, surgiram outros grupos igualmente importantes e poderosos economicamente como os grandes proprietários rurais em outras áreas de negócios, como por exemplo, na indústria, motivada pela disponibilidade de capital e por um crescente mercado interno.

De acordo com Costa (1972, p. 189):

Em 1848, havia nos Estados Unidos 123.025 manufaturas; vinte anos depois, o número tinha aumentado para 353.863. No Brasil, na década de 1870, o número de manufaturas ainda estava por volta apenas de duzentos. Nos Estados Unidos, em 1851, havia 8.886 milhas de ferrovias e, em 1861, 31.286 milhas. No Brasil, por volta desse período, a primeira ferrovia estava sendo construída [...]. Mais significativa era a diferença no número de imigrantes que entraram em cada país: de 1820 a 1861, mais de cinco milhões de pessoas, provenientes principalmente da Europa, dirigiram-se para os Estados Unidos; até 1850, menos de cinquenta mil imigrantes entraram no Brasil.

---

<sup>32</sup> Segundo Costa (1972, p. 186), o *yeoman* era invocado como um símbolo de frugalidade, moralidade, diligência e independência. Assim, a pequena propriedade era considerada uma garantia da moralidade pública, da riqueza, da igualdade e da estabilidade política.

Na busca do entendimento das configurações da questão agrária no Brasil, mais particularmente em Goiás, percebe-se que a Lei de Terras foi a base para a consolidação do sistema do coronelismo, sistema de poder que se assenta na apropriação violenta, na grilagem, na apropriação ilegal de terras públicas, no estabelecimento de latifúndios e monoculturas.

Para Holloway (1984) a Lei de Terras de 1850 e sua regulamentação no ano de 1854 foram um fracasso. Segundo este autor, poucas sesmarias foram de fato revalidadas ou posses foram legitimadas, conforme o previsto na lei.

De acordo com Cavalvante (2005), o resultado da Lei de Terras em momento algum teve o objetivo de interferir nos interesses da elite política e econômica, formada em grande parte por fazendeiros.

A aquisição da terra continuou ocorrendo sem o controle do Estado e através de documentos forjados. Somente após a proclamação da República a Lei de Terras foi revista.

Sabe-se que grande parte da produção agrícola do estado de Goiás (e do país) na atualidade é realizada através da produção familiar, entretanto, é escassa e rarefeita ainda a representação política desse segmento no Estado.

Segue, portanto, uma investigação sobre o sistema de poder das oligarquias rurais no estado de Goiás, através, principalmente, da obra de Itami Francisco Campos (1983/2003) intitulada “O coronelismo em Goiás”.

### **3.2 O Coronelismo no Brasil e no Estado de Goiás**

Segundo Campos (1983), o Coronelismo no Estado de Goiás diferenciou-se de outras regiões pela situação de isolamento geográfico, político, social, econômico e de comunicação do estado com o centro hegemônico do poder nacional.

Não havia interesse federal na intervenção e/ou interação com esta região, a qual se mantinha baseada unicamente na pecuária de corte após a fase aurífera.

Devido a este isolamento o Estado de Goiás se tornou ambiente propício à formação de uma engrenagem política, comum no Brasil na “República Velha”, chamada de Política dos Coronéis.

Os coronéis eram fazendeiros, grandes proprietários de terras, que detinham o poder econômico, social, político e militar da região. Eram apoiados e envolvidos na política estadual e até federal, em contrapartida, garantiam apoio eleitoral aos

candidatos indicados pelos governantes por força do voto de cabresto, estes por sua vez, davam “carta branca” (total liberdade) a estes fazendeiros em seus domínios.

A manutenção do poder baseava-se na adequada manipulação do orçamento e pela reprodução do atraso, assim, mantinha-se a população em situação de dependência frente os chefes políticos, além de evitar-se fiscalizações e intervenções federais que pusessem em risco o poder local.

Alguns dos mais importantes coronéis do período serão apresentados a seguir, bem como a engrenagem política e a situação de periferismo do Estado de Goiás até a crise do sistema em 1930.

### 3.2.1 Autonomia Estadual e Periferismo

No período entre o Império e a chamada Primeira República ocorreu um marco diferencial na história do Estado de Goiás, foi quando o estado-membro passou a ser unidade básica da política brasileira.

Considera-se este fato como um marco porque foi possibilitada ao estado-membro a apropriação da receita de exportação, a contração de empréstimo, a organização das tropas policiais e a autonomia política.

Contudo, Goiás era um estado periférico, considerado como insignificante para o governo federal. Portanto, esta autonomia estabelecida neste período ocorreu não por importância ou autossuficiência política, por poder econômico ou militar; esta autonomia se estabeleceu por indiferença dos estados do Sudeste e do Sul do país, chamada de “autonomia negativa” (CAMPOS, 1983).

A formação da chamada política coronelística é trabalhada por Campos (2003) sob dois aspectos:

- 1º. A situação periférica do Estado de Goiás, distante dos centros hegemônicos de poder;
- 2º. A dominação de um setor da economia sobre os demais, o que favorece o controle interno, além de maior estabilidade política.

A economia do estado de Goiás girava basicamente em torno da produção de gado. Desde o fim do período aurífero, a pecuária tornara-se a atividade econômica principal de Goiás.

O ouro explorado no estado nos séculos XVIII e XIX é chamado ouro de aluvião, que é um tipo de ouro fino, encontrado em pequenos córregos. A forma mais comum de sua extração é através da “batida de peneira”, atividade muito rudimentar. Assim que esse ouro de superfície era retirado, a população se deslocava para outras regiões.

Contudo, a mineração, diferentemente de outras formas de produção, gera atração e maior necessidade de agregação de contingente operacional, o que de certa forma, ocorreu (contudo não expressivamente) na região, uma vez que esta população em constante migração à procura do ouro, não se estabelecia em uma área específica.

A pecuária surge inicialmente como apoio e insumo alimentício para o garimpo e posteriormente, como atividade de exportação de carne e couro para as regiões do Sudeste, notadamente para São Paulo.

Outro e principal fator que explica a prevalência econômica da pecuária no estado neste período histórico é a questão geográfica. Goiás se localiza no interior do Brasil, longe dos maiores mercados consumidores e apresentava carência de estradas; o gado era a única alternativa econômica possível para a região nesta fase, pois podia se locomover por conta própria. A agricultura era de subsistência para as famílias alojadas na região.

O Estado de Goiás é afastado das regiões de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul não apenas por sua condição geográfica, mas também pela dificuldade de acesso e transporte e por sua condição demográfica, econômica de comunicação, social e política. Esta região era então vista pelo centro (governo federal) como de pouca importância econômica, pobre, atrasada, com baixa densidade demográfica (população dispersa e isolada pela região) e com pouca representatividade federal, o que confirma também a sua situação periférica em âmbito político. Formou-se assim um ambiente propício para o modelo coronelístico, comum em outras regiões do Brasil nesta mesma época.

Percebe-se no Estado de Goiás a presença de famílias ou grupos tradicionais com grandes propriedades de terras (latifúndios), formação de oligarquias locais, poder político, econômico e militar concentrado, situação de afastamento e indiferença do Governo Federal, e, como supracitado, a possibilidade de apropriação da receita de exportação, a contração de empréstimos, a organização das tropas policiais e a autonomia política.

O arranjo coronelístico vai ser estabelecido pelo pacto ou compromisso entre grupos políticos municipais sob o controle do executivo estadual, sendo designada total autonomia aos coronéis nos seus domínios.

Segundo Campos (1983, p. 19):

Estes três elementos – chefia política municipal, situacionismo estadual e Governo Federal – habilmente coordenados pela política dos governadores, vão formar o tripé de estabilização do sistema político brasileiro, conhecido também como arranjo coronelístico. Cada um destes parceiros vai ser co-responsável pelo funcionamento do sistema e a cada um deles cabe as vantagens que o compromisso oferece.

O poder dos coronéis envolvia o âmbito político, econômico, social e militar; desta forma, pode-se dizer que os coronéis controlavam o executivo, o legislativo e o judiciário em suas regiões.

### 3.2.2 As bases do Arranjo Político: A Política Coronelística

A República Velha, ou Primeira República, foi conhecida como a “República dos Coronéis”. A política coronelística era baseada em poder e alianças políticas. Um fato comum em todos os movimentos coronelísticos no país: em todas as regiões percebeu-se a presença de um tipo de compromisso ou de pacto, ou ainda de troca de favores.

Havia um incondicional apoio aos candidatos nas eleições estaduais e federais em contrapartida era designado poder absoluto aos coronéis nos estados. Segundo Leal (1975), era designada “carta-branca” ao chefe local governista, isto pra todos os assuntos relativos ao município, incluindo a nomeação de funcionários estaduais do lugar.

Neste período, no âmbito federal, foi instituída a política “Café com Leite”, na qual, os candidatos de São Paulo (grandes produtores de café) e de Minas Gerais (produtores de carne) se revezavam no poder, mediante o apoio dos coronéis.

O Governo Federal exigia apoio dos coronéis em suas regiões, que por sua vez, elegiam através do voto de cabresto o candidato indicado; desta forma, o candidato eleito não intervinha negativamente no poder local dos coronéis, dando total autonomia aos líderes locais. De acordo com Campos (1983, p. 51) “o sistema eleitoral era o selo do pacto”.

### 3.3 O Estado de Goiás e a Manutenção do Atraso

De acordo com esta retomada histórica pôde-se perceber que a herança do Estado de Goiás é baseada no atraso.

Primeiramente o regime foi escravista. Posteriormente, com as capitânicas hereditárias e as sesmarias houve a formação de latifúndios, de fortes oligarquias regionais e a política coronelística.

Conjuntamente, há a formação de grupos políticos baseados na dominação e no controle direto e explícito do Estado; a república brasileira não emerge da ação da burguesia como ocorreu nos Estados Unidos da América do Norte, mas de oligarquias rurais, minorias absolutas, que mantêm a concentração de terras, de renda e de oportunidades, reproduzindo, portanto, uma situação permanente de exclusão e desigualdade.

Percebe-se que o movimento coronelístico não se encerrou em 1930. Ele permanece atual, apoiando-se em engrenagens políticas baseadas nos conchavos, na indicação de parentes e amigos para os cargos chaves, na instrumentalização explícita do Estado para fins privados, e ainda, em muitas situações, sobretudo em nível municipal, na política do atraso.

A história de atraso, de manipulação e de isolamento fez o Estado de Goiás refém de políticas tendenciosas e segmentadas, que visam interesses de grupos fechados. Em consequência, até os dias atuais, a economia do estado é baseada ainda predominantemente na agropecuária e a base da indústria formada pelo beneficiamento primário de bens agrícolas, sendo dependente do que se chama de “agroindústria externa”, não sustentável.

Uma ruptura consequente com o passado coronelístico implica na adoção de novas práticas políticas que coloquem o interesse público acima de interesses privados, legislando de frente e para o povo.

De acordo com os levantamentos realizados percebe-se que a concentração de terras no Brasil e em Goiás é herança do sistema colonial.

De acordo com o Censo Agropecuário (2006) e a Eurostat (2005), ao se comparar a questão de posse de terras entre o Brasil e a Alemanha, por exemplo, ficam evidentes as discrepâncias distributivas e produtivas.

Na Alemanha, a maior parte das terras cultiváveis é distribuída entre pequenos produtores, ou seja, 12,5% dos estabelecimentos ocupam 50% da área

total cultivável, em propriedades de 127 ha em média. No Brasil, apenas 0,91% dos estabelecimentos agrícolas ocupam uma área de 44,48%, com média de 3124 ha/propriedade. Estes dados demonstram a disparidade da distribuição das terras e explica grande parte da desigualdade social do estado.(EUROSTAT, 2005 e CENSO, 2006).

No Brasil a distância entre as menores e maiores propriedades chega a 208 vezes, enquanto na Alemanha essa distância não passa de 12 vezes.

Vale ainda ressaltar que, de acordo com dados do Censo Agropecuário, comparando o ano de 1950 com 2006 não houve grandes mudanças estruturais na distribuição de terras no Brasil. A tendência continua sendo a concentração de terras, a formação de latifúndios e ausência de pequenas propriedades rurais auto-sustentáveis (classe média burguesa) capazes de prover seu próprio sustento continua a mesma.

Em 1950, 0,97% dos estabelecimentos ocupavam 44,15% da área total cultivável do país, com propriedades de 3396 ha em média.

Em 2006, 0,91% dos estabelecimentos ocupavam 44,48% da área agrícola do país, com propriedades de 3124 ha em média.

Em Goiás esta proporção não é diferente. Apenas 3,65% dos estabelecimentos rurais ocupam 46,88% das áreas cultiváveis, com propriedades de 2434 ha em média.

A questão agrária no Brasil é presente e urgente. Para Guimarães (1982), o latifúndio é um entrave à adequada expansão da produção de alimentos, além do fato de que, não houve até os dias atuais uma política de reforma agrária resolutiva e definitiva, o que agrava os problemas econômicos e sociais das regiões, principalmente, das áreas de periferia produtiva, como o norte, nordeste e centro-oeste. Guimarães (1982) trabalha portanto com a tese do feudalismo colonial.

Em contrapartida, Prado Júnior, em “Formação do Brasil Contemporâneo” (2008)<sup>33</sup>, contradita a tese do feudalismo colonial e afirma a tese do capitalismo agrário.

Em sua obra História econômica do Brasil, Prado Júnior (2006) afirma que de forma geral, a colonização tomou a forma de uma grande empresa comercial, orientada a explorar os recursos naturais de um território inexplorado, em favor do

---

<sup>33</sup> Reedição em 2011.

comércio europeu. Este seria para o autor, o real sentido da colonização tropical, que o Brasil é um dos resultantes.

O entrave para o desenvolvimento do país seria, para Prado Júnior, o caráter capitalista da formação socioeconômica e não as estruturas atrasadas, feudais, ou semi-feudais.

Prado Junior enfatiza caráter capitalista da produção agropecuária e a inserção do país na divisão internacional do trabalho como entrave para o desenvolvimento, o que gera, para estes autores, uma necessidade da revolução socialista.

Todavia, na discussão da questão agrária forma-se outra corrente constituída por Guimarães (1982), Pinto (1968) e Furtado (1959) que enfatizam o atraso das estruturas agrárias e o entrave que representam para o desenvolvimento. Para estes autores, há necessidade de transformações democráticas burguesas.

As duas correntes possuem fundamento lógico. A integração dependente e subordinada ao mercado mundial tem como consequência a reprodução de estruturas atrasadas, cujo eixo é o latifúndio socialmente e ambientalmente predatório.

Para Cardoso (2008)<sup>34</sup> a ideologia das oligarquias rurais está pautada na questão cultural nacional. Existe uma percepção de que o trabalho manual é uma atividade degradada, cabível somente a seres degradados, além do encastelamento da elite econômica em suas posições de poder.

Esta elite agrícola, oligárquica, trata as maiorias despossuídas com violência quando emergem na cena política, além de desqualificar o negro e os nativos nacionais como trabalhadores aptos ao labor capitalista.

O que houve, na visão deste autor foi a permanência de uma estrutura de dominação que rebaixa a mínimos vitais as expectativas de recompensa dos mais pobres. Formou-se no território um ambiente em que a pobreza generalizada é o parâmetro de toda recompensa.

A elite oligárquica pratica relações de trabalho predatórias que desrespeitam as leis vigentes no país. A política do atraso resulta em bloqueio da generalização

---

<sup>34</sup>“Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social” em Novos Estudos CEBRAP N° 80, São Paulo, Março de 2008.

de direitos sociais fundamentais como:saúde, educação, segurança alimentar, renda digna e trabalho decente.

A ideologia oligárquica modernizada (agroindustrial) combina quatro elementos: o patrimonialismo (instrumentalização, captura direta e pessoal do Estado), o clientelismo (política de troca de favores), o corporativismo (defesa do interesse de grupos e não de toda a sociedade) e a mercantilização de todas as esferas da produção de reprodução. Todos os produtos do trabalho se transformam em *commodities*.

Em meio a este íterim se encontra o pequeno, médio produtor e o produtor familiar que tenta sobreviver em uma concorrência desleal através da produção agrícola sem apoio do governo e sem o aparato de políticas públicas eficientes tanto no âmbito regional quanto em esfera nacional. A cooperativa de produção tem se mostrado uma alternativa plausível para sobrevivência destes produtores, mas não configuram a solução do problema.

## CAPÍTULO IV A PECUÁRIA LEITEIRA NO MUNICÍPIO DE PIRACANJUBA GOIÁS: O CASO DA COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE LEITE DE PIRACANJUBA – CPLP

O intuito deste capítulo é ilustrar através de um exemplo prático a questão agrária e o desenvolvimento nacional através de um estudo de caso da pecuária leiteira do município goiano de Piracanjuba.

Foi escolhida como exemplo a cadeia do leite por se tratar de um alimento fundamental da dieta e da cesta básica brasileira. Por ser uma fonte de vitaminas, proteínas e minerais, o leite é considerado pela Organização Mundial de Saúde - OMS como um alimento essencial em todas as fases da vida, que recomenda três porções diárias do produto *in natura* ou de seus derivados, como queijos ou iogurtes. Além disso, estudos recentes como o publicado pela pesquisadora Marta Van Loan, PhD. da *Universidade da Califórnia* (EUA) no *Journal of the American College of Nutrition*, mostrou que o consumo leite pode contribuir no processo de emagrecimento, e com isso prevenir doenças.

Além disso, de acordo com a PPM – Produção Pecuária Municipal do IBGE (2012, p. 17-18):

A produção de leite representou o maior valor de produção dentre os produtos de origem animal apurados pela PPM 2012. Para este ano foi registrada a produção de 32,304 bilhões de litros do produto, gerando R\$ 26 797 bilhões em valor. Mundialmente o Brasil ocupa a sexta posição na produção de leite segundo dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (*United States Department of Agriculture- USDA*), ficando atrás da União Europeia, Índia, Estados Unidos, China e Rússia (DAIRY, 2013 *apud* PPM, 2012)<sup>35</sup>.

O município de Piracanjuba, produtor de leite e grãos, foi eleito para ilustrar a questão agrária e o desenvolvimento, pois, de acordo com os estudos de Silva e Estevam (2012), vem sendo considerado desde 2003 como a maior bacia leiteira do Brasil, tendo em 2012 recuado para a 6ª posição nacional. (PPM, 2012). Contudo, apresentou no mesmo período, de forma contraditória, elevado índice de emigração, inclusive para o exterior.

De acordo com a pesquisa de Silva e Estevam (2012), o desenvolvimento da produção rural baseada na produção de leite e grãos<sup>36</sup> que contribuiu para o

---

<sup>35</sup> A PPM 2012 foi publicada no ano de 2013, sendo até os dias atuais a publicação mais recente da PPM.

<sup>36</sup> Segundo levantamento de Silva (2008), em 2000 havia no município de Piracanjuba um número menor de domicílios rurais do que em 1990.

aumento do Produto Interno Bruto PIB *per capita* em 100% não evitou a redução da população rural na ordem de 0,13% e a reduzida expansão da população urbana no município na ordem de apenas 8% (Goiás, 25%). A população do município como um todo cresceu apenas 2% (Goiás, 20%).

Os resultados do estudo citado indicam que os ganhos, tanto do produtor, quanto do trabalhador da pecuária leiteira, são inferiores aos ganhos de empresários urbanos com o mesmo capital investido, ou, no caso do trabalhador, dos ganhos de categorias urbanas de igual nível de qualificação. Esta seria a causa central da evasão do município.

De acordo com Silva (2008), segundo levantamento realizado nos cartórios eleitorais ao longo da década de 2000, 12,5% da população adulta emigrou;

A produtividade da pecuária leiteira se expandiu com a modernização agrícola, evidenciando no município um clássico exemplo de crescimento econômico que não beneficiou a população local. A produção se expande acompanhada de maior intensidade de trabalho, que é percebido como sendo uma atividade de baixo prestígio social pela população local; que requer uma carga horária de dez ou doze horas diárias e que não oferece perspectivas de garantias e melhorias. (SILVA, 2008).

Os produtores familiares não podem mais contar com a presença da família na atividade, pois os mais jovens estão emigrando para os centros urbanos ou para o exterior, dependendo de mão de obra contratada escassa, o que lhe aumenta ainda mais o custo da operação. Restam nas fazendas produtores envelhecidos, a maioria com idade superior a 50 anos, que muitas vezes, possuem apenas a própria terra como patrimônio e vêm na pecuária leiteira sua única fonte sustento, uma vez que não se sentem aptos a desenvolver outras atividades laborais, contando com uma remuneração cada vez menor em relação a outras atividades de mercado. (SILVA, 2008).

Estes produtores têm procurado se organizar em cooperativas como uma alternativa plausível para, em conjunto, negociarem melhores margens de preços com as indústrias e obterem vantagens competitivas na aquisição de insumos através de compras em escala.

Esta opção, apesar de positiva e necessária, ameniza sintomas, mas não cura o problema instaurado na agricultura brasileira, responsável pela geração de entraves ao desenvolvimento nacional: ações isoladas e particulares não garantem

preços, não geram fomento de crédito, não podem promover pesquisas científicas de grande escala e não podem garantir a remuneração mínima consistente para o trabalhador que produz os alimentos no Brasil: a isso se deve o responsável por essa situação é o Estado.

A política econômica brasileira sempre foi dependente do mercado internacional. Segundo Silva (2008) a grande mudança ocorre com a Revolução de 1930, por intermédio de Getúlio Vargas. Pela primeira vez o mercado interno passa a ser o centro da política econômica. Este período foi marcado pela intervenção do Estado na política agrícola, que em 1991 é abandonada. O Estado já não mais protege a economia local como ocorrera entre os anos 1930 e 1990, como ocorrera em 1994 com o tabelamento da cesta básica<sup>37</sup>, abrindo-se então indiscriminadamente as fronteiras nacionais para as entradas de bens, serviços e capitais.

Esta mudança na política econômica chamada de globalização da economia brasileira repercute segundo Martins (2004) apud Silva (2008) de quatro formas principais:

- A partir de 1991 o Estado não fixa mais o preço do leite.
- São eliminados impostos e o país se abre às importações de produtos lácteos, vindos especialmente dos países do Mercosul.
- A abertura às importações é acentuada a partir de 1995 com a política cambial do Plano Real Empresas transacionais entram no mercado de lácteos comprando pequenos laticínios, aumentando a concentração do mercado

Os resultados destas políticas achatam os preços pagos aos produtores (BARROS, 2000 apud SILVA, 2008). Segundo Meireles (1996) apud Silva (2008), o Estado abandonou de forma abrupta a regulamentação da cadeia produtiva do leite, sem nenhuma preparação para os produtores, deixando-os em desvantagem para negociar preços com o mercado.

Espera-se que o exemplo de Piracanjuba represente os milhões de pequenos e médios proprietários rurais, familiares ou não, que vivem problemas semelhantes em suas regiões em todo o território nacional.

---

<sup>37</sup> Dados do DIEESE. Disponível em <<http://turandot.dieese.org.br/bdcesta/cesta.html>>. Acesso em 27/10/2014.

#### 4.1 O Município de Piracanjuba

Piracanjuba é um [município](#) da [Microrregião do Meia Ponte](#), na [Mesorregião do Sul Goiano](#), no [estado](#) de [Goiás](#), no [Brasil](#).

Segundo a prefeitura municipal, a história de Piracanjuba tem seu início com as expedições bandeirantes, a partir no século XVI; até então, a região onde hoje se encontra o município era habitada pelos [índios macro-jê](#). A partir desta época, a região começou então a ser percorrida pelos [bandeirantes](#) provenientes de [São Paulo](#) em busca de ouro, pedras preciosas e [mão de obra escrava](#).<sup>38</sup>

O início do povoamento ocorreu em 1831, com a construção de uma capela com o orago de Nossa Senhora D'Abadia, pelo Guarda – Mor Francisco José Pinheiro, que para isso, pediu autorização ao Prelado, D. Francisco Castória. O Guarda – Mor, era português, natural da cidade do Porto e residia em Oliveira, Minas Gerais. Vindo para a cidade de Santa Cruz de Goiás, atraído pelo ouro existente naquela região, adquiriu por sesmarias, terras neste município e iniciou o povoamento do local, com o nome de Pouso Alto<sup>39</sup>.

Em 22 de novembro de 1855 foi elevada à categoria de distrito. Em 1907, a vila voltou a denominar-se Pouso Alto e em 1943, retomou o nome de origem lendária, Piracanjuba, como dito, peixe e rio da região.

Desde 1890 até 1940, o solo foi sendo ocupado e se transformado em pastagens e em lavouras familiares.

Piracanjuba está localizada em uma posição estratégica e privilegiada, atraindo a atenção de indústrias como o Laticínio Piracanjuba, a Itambé e Nestlé, que se beneficiam com sua bem desenvolvida pecuária leiteira para abastecer a capital e o Estado com produtos laticínios. A sua população através do censo do IBGE (2010) era de 24 026 habitantes e a população estimada em 2014 é de 24 768 habitantes.

---

<sup>38</sup> A história do município possui estreita ligação com a bandeira de Bartolomeu Bueno, o “Anhanguera”, a quem se deve o nome do principal rio que corta o município – o Meia Ponte. No ano de 1732, ao cruzar o rio, no local onde se acha hoje, a Usina do Rochedo, Anhanguera utilizou duas toras de madeira como ponte. Ao voltar, só encontrou uma, a outra, tinha sido levada pela enchente – chamou o rio de Meia Ponte, nome que o identifica até os dias atuais.

<sup>39</sup> A origem de Piracanjuba também se relaciona com a figura do Padre Marinho, desbravador dos sertões, que em suas expedições traçou um caminho para o porto de Santa Rita do Paranaíba, hoje Itumbiara. Temendo as enchentes, Padre Marinho procurava pernoitar em lugares altos, daí a escolha de um ponto de certa elevação, na cabeceira de um córrego, um “pouso alto”, nome inicial do município.

Quanto à geografia física, o relevo do município é relativamente plano estando as terras em 2 planaltos: o Central no Norte e o Meridional no Sul. O município apresenta alguns morros isolados, principalmente no extremo sul, quase na divisa com Morrinhos. O ponto culminante é o Morro Agudo no sul do município e bem próximo da fronteira com [Morrinhos](#). Este morro tem 840 metros acima do nível do mar.

Localiza-se na Bacia do Rio Paraná. Os principais rios do município são o Meia Ponte, Piratinga e o Piracanjuba. No primeiro, está localizada a hidrelétrica do Rochedo, onde existe um belo lago e um potencial turístico. O último batiza as terras e, em suas águas, é realizado o evento do Rally Boia. Prevalece o bioma cerrado, contudo também apresenta áreas de florestas tropicais em algumas áreas como Morro Alto-Morro Agudo-Bocaina e vale do Meia Ponte, essas matas faziam parte da Mata Atlântica.<sup>40</sup>

Quanto ao clima, Piracanjuba tem um [clima tropical de altitude](#). O regime de chuvas é de  $\pm 1\ 600$  milímetros por ano, sendo elas escassas no período de maio a setembro, mas abundantes entre Outubro e Março. Nos meses de maio, junho e julho, são comuns temperaturas baixas, em torno dos 5°C. Durante o dia, a temperatura máxima é de aproximadamente 25°C, média observada durante quase todo o ano. Entre julho a setembro, os habitantes sentem a falta de umidade, muito baixa neste período, o que está relacionada às escassas chuvas neste período.

Em relação à economia, a partir da década de 1970 o leite se tornou a principal atividade produtiva do município. Hoje, a pecuária leiteira, as agroindústrias e a agricultura são as principais atividades econômicas.

O município apresenta marcas de crescimento populacional das décadas de 1970 e 1980, resultando, hoje, num pico populacional de faixa etária variando entre 15 e 24 anos; estes residentes buscam novas oportunidades educacionais, profissionais e de lazer, que têm se apresentado escassas, gerando um movimento de emigração populacional importante.

A cidade apresentou notório crescimento econômico nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Contudo, a partir de meados dos anos 1990, o município apresentou problemas relativos à estagnação econômica: o baixo índice de empregos e

---

<sup>40</sup>Atualmente, existem apenas fragmentos dessas florestas e dos cerrados. A pecuária e a agricultura contribuem para esse fato negativo. As principais árvores típicas do município são o pequi, lobeira, pau-terra, jequitibá, aroeira e o ipê-roxo.

oportunidades de desenvolvimento incentivaram o processo de emigração. De acordo com os Censos (2000) e (2010) *apud* Silva e Estevam (2012, p. 14):

Enquanto o PIB *per capita* expande em 83%, o quantitativo de pessoas ocupadas aumenta apenas 20% (Goiás 41%); o valor do rendimento nominal mensal de todos os trabalhos expande em 4%, (Goiás 7%) e os empregos com carteira assinada em apenas 21%, contrastando com o forte avanço no Estado na ordem de 89%.

Piracanjuba é nos dias atuais, segundo o PPM (2012) a terceira maior bacia leiteira de Goiás e a sexta do Brasil, tendo produzido em 2012 a quantia de 123 280 mil litros de leite, ou seja, mais de 342. 400 litros por dia, atuando também pecuária de corte. O município ainda produz soja, milho, algodão, sorgo e fumo, assim como, o cultivo de árvores tais como o Eucalipto e a Teca, para madeira e lenha. Piracanjuba é hoje uma das mais importantes referências da orquidofilia brasileira. O círculo Orquidófilo de Piracanjuba promove salões que contam com a participação de expositores brasileiros e estrangeiros, somando entre três e quatro mil plantas a cada ano.

Historicamente, Piracanjuba é marcada pela pecuária, passando por diversas gerações de produtores de leite, carne e derivados. Atualmente a produção que mais cresce no município é o cultivo da soja, produzindo em 2007 a ordem de 136.350 toneladas IBGE (2014)<sup>41</sup>, já se tornando um dos principais produtores do Estado de Goiás. A produção, depois de colhida é transportada pelo porto de Paranaguá, localizado no Estado do Paraná, à cerca de 950 km de distância, por modal rodoviário. As exportações levam a soja piracanjubense para todo mundo, notadamente para a União Europeia e China. Outro destaque diz respeito às atividades irrigadas, nas quais, por meio de pivôs, são plantadas culturas de tomate e milho e, desta forma, contribuindo para a economia do município.

Nos últimos anos, verificou-se um crescimento no plantio de árvores para se obter madeira e lenha. O Eucalipto e a Teca foram as espécies mais procuradas pelos produtores rurais. Estima-se para a próxima década um crescimento exponencial que colocará o Município como um dos destaques econômicos do Estado de Goiás.

---

<sup>41</sup> O dado de 2007, referente à produção anual de soja, é o mais recente para o município de Piracanjuba divulgado pelo IBGE.

Ainda pouco desenvolvida, a fruticultura vem experimentando um crescimento importante. Os produtores rurais tem notado a localização favorável, próxima de grandes centros consumidores: [Goiânia](#), [Brasília](#) e [Uberlândia](#), motivo que permite o investimento nas culturas de laranja, melancia, melão, limão, manga e até mesmo a uva.

Estima-se também que Piracanjuba se torne um grande centro de produção de cana de açúcar, insumo essencial para a produção de álcool carburante. Há considerável quantidade de usinas de álcool interessadas em se instalar no município. Outro fator determinante é a construção de um alcoolduto, a cargo da Petrobrás, que passando pelas terras de Piracanjuba levará o álcool até o [porto de Santos](#).

Como visto, o solo e o relevo do município são favoráveis para o cultivo destas cultivares que sustentarão o progresso e desenvolvimento de toda a região.

#### **4.2 A Produção de Leite no Município de Piracanjuba-Goiás**

Os dados apresentados a seguir foram baseados nas pesquisas de Silva (2008) “Pecuária Leiteira: Piracanjuba/Goiás 2000-2006, Avançar Para Sistemas Sustentáveis de Produção”; Silva e Rezende (2010) “Intensificação da Produção Leiteira em Região do Centro Oeste: Impactos Sociais e Ambientais”; Silva e Estevam (2012) Modernização e Expansão da Produção Agropecuária e Desenvolvimento Regional: Reflexões a Partir do Estudo da Bacia Leiteira de Piracanjuba em Goiás, 2000-2010; censo IBGE (2010), censo agropecuário IBGE (2006) e na Produção Pecuária Municipal - PPM (2012).<sup>42</sup>

Segundo Silva e Rezende (2010), Piracanjuba originou-se como região de criação de gado de corte. A partir de 1900, com a chegada da estrada de ferro no Triângulo Mineiro, passa a existir também um importante comércio de manteiga, que era vendida para São Paulo, contudo ainda não havia se instalado na região um comércio de leite. Não havia valor comercial para as vacas leiteiras de alta produção, pois não também não existia mercado para o leite que produziam, sendo este produto desnatado descartado ou fornecido aos porcos.

---

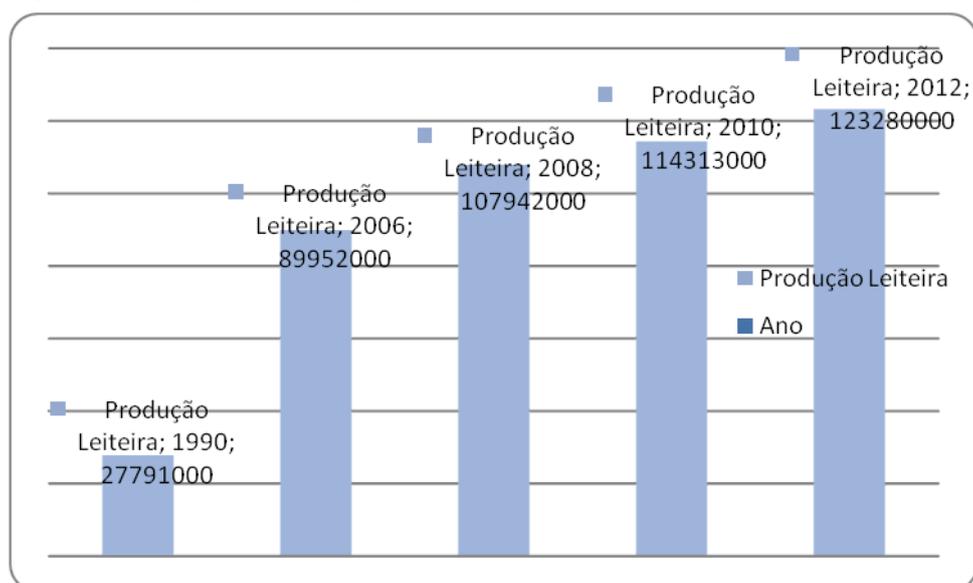
<sup>42</sup> Publicação mais recente da PPM (Pesquisa Pecuária Municipal). A versão 2013 tem previsão de publicação em novembro de 2014).

A partir de 1972 a produção leiteira no município avança em grande proporção, com a instalação de moderno laticínio pertencente ao grupo Moreira Salles, a Companhia Leco de Produtos Alimentícios. Esta empresa, com expressiva capacidade de captação de leite, gera um fluxo importante de recursos estatais, subsidiados e repassados pelo Banco do Brasil para o município. Sua finalidade era financiar a formação de pastos, adubação, calcareamento, aquisição de matrizes e touros leiteiros, entre outros. Em 1968 é criada a Cooperativa Agropecuária Mista de Piracanjuba – COAPIL - que a partir de 1996 inicia a comercialização de leite. Vários outros laticínios, no mesmo período, passam a captar leite na região.

Piracanjuba então, a partir deste período se destaca como bacia leiteira, superando centros como Inhumas, Anápolis e Santa Helena, que até então constituíam importantes centros de produção de leite.

A produção do município salta de 27.791.000 litros em 1990, para 123.280.000 litros em 2012, um crescimento de 443,6%, segundo a Produção Pecuária Municipal- PPM (2012). Considerando apenas o período de 1990 a 2008 o crescimento foi de 388%, muito superior ao crescimento da produção de leite no estado de Goiás, que foi da ordem de 268%, e no Brasil, que foi de 170% no mesmo período.

Figura 2. Evolução da Produção de Leite no Município de Piracanjuba.



Fonte: O autor (2014).

De acordo com o censo agropecuário do IBGE (2006), Piracanjuba apresentava 1947 propriedades rurais, nas quais 1904 ou 98% são produtoras de leite. Segundo Silva (2013), estas fazendas de leite empregam em média um trabalhador permanente por estabelecimento.

A grande maioria dos produtores do município são organizados em cooperativas que entregam todo leite ordenhado para as indústrias. De acordo com o PPM (2012) Piracanjuba é a terceira maior bacia leiteira do estado de Goiás e a sexta do Brasil, vide tabela a seguir.

Quadro 2. Os 20 municípios com as maiores produção de leite no período de 01.01 a 31.12. (Ano 2012).

<i>Município</i>	<i>Volume de produção (mil litros)/2012</i>
Castro – PR	226 800
Patos de Minas – MG	150 089
Morrinhos – GO	144 150
Jataí – GO	141 723
Carambeí – PR	129 600
<b>Piracanjuba – GO</b>	<b>123 280</b>
Ibiá – MG	117 584
Unai – MG	115 000
Patrocínio – MG	111 892
Coromandel – MG	111 207
Concórdia – SC	97 318
Catalão – GO	93 500
Marechal Cândido Rondon – PR	93 398
Passos – MG,	91 038
Prata – MG	90 590
Uberlândia – MG	90 270
Paracatu – MG	85 840
Curvelo – MG	85 208
Pompéu – MG	84 235
Toledo – PR	83 295

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa da Pecuária Municipal 2012.

#### **4.3 O Perfil do Produtor, do Trabalhador e da Rentabilidade da Produção de Leite em Piracanjuba**

Os dados a seguir são fundamentados nas pesquisas desenvolvidas por Silva (2008) e atualizadas por Silva e Estevam (2010) no município de Piracanjuba-Goiás. A pesquisa divulgada em 2008 ocorreu entre em duas etapas. A primeira, entre os anos de 2001 (49 entrevistados) e 2002 (86 entrevistas) em 23 regiões diferentes do

município e a segunda nos anos de 2005 (36 entrevistas) e 2006 (29 entrevistas), com 65 produtores de leite em 18 regiões diferentes, escolhidas de forma aleatória no município.

A atualização da pesquisa foi enunciada por Silva e Estevam (2012), compreendendo o período entre 2001 e 2010.

Alguns dados apresentados a seguir também foram baseados nos Censos do IBGE (2006) e (2010), bem como nos censos agropecuários (2006), PPM (2012), do INCRA e da FAO.

Segundo o Censo do IBGE em 2010, a população rural no Brasil era de 16%. Em Goiás, este índice é ainda menor. Apenas 9,71% da população, ou seja, 582.976 mil são habitantes da zona rural. No município de Piracanjuba, 27%, ou seja, 6.480 habitantes residem em zona rural.

No Brasil, a população de forma geral cresceu 12,50% no período de 2000 a 2010. Neste mesmo período a população do estado de Goiás cresceu 20%, mas a população do município de Piracanjuba apresentou crescimento de apenas 1,95%, passando de 23.557 habitantes em 2000, para 24.026 habitantes em 2010. A expectativa para 2013 é de crescimento de 2,76%, passando a contar com 24708 habitantes.

De acordo com Silva (2010, p. 1):

A região de Piracanjuba/Goiás (...) ilustra exemplarmente as contradições que acompanham o processo de reorganização produtiva no campo. Enquanto o PIB per capita salta de R\$ 3.386,00 (1999) para R\$ 11.709,00 (2008) a população rural diminui na razão de 0,27% e a população total na razão de 0,15%. A produção agropecuária representa 35% do PIB do município. Aparentemente a intensificação da produção não resultou em benefícios para a população local.

A produção e a produtividade do leite é condicionada às pastagens plantadas, pelos silos para forragens, padrão genético do rebanho e sua alimentação, manejo higiênico-sanitário, instalações dos estabelecimentos, mecanização da ordenha, utilização de inseminação artificial.

Segundo o Censo Agropecuário 2006, em Piracanjuba, prevalecem as propriedades menores que 100 ha (76%). O grau de utilização de tecnologias como trator, ordenha mecânica e tanque de expansão é superior às médias encontradas, por exemplo, por Gomes (2006) apud Silva (2010) em Minas Gerais.

Tabela 1: Tecnologia e mecanização

Equipamentos	Piracanjuba	Minas Gerais
Tanque de expansão	75,38%	22,6%
Trator	49,23%	22,7%
Ordenha mecânica	29,23%	17,2%
Poço artesiano	20,00%	Não consta
Inseminação artificial	12,31%	13,0%
Irrigação	6,15%	5,8%

Fonte: (SILVA, Pesquisa de campo, 2006; GOMES, 2006 apud Silva, 2010).

#### 4.3.1 Perfil do Produtor de Leite em Piracanjuba

De acordo com Silva (2008), 55% dos produtores de leite de Piracanjuba se enquadram na categoria de agricultura familiar<sup>43</sup>. (2008). Há nos estabelecimentos produtores de leite uma importante diversificação da atividade. Um percentual de 90,77% produz aves; 41,23%, gado de corte e 10,77%, lavouras temporárias (milho, soja e sorgo). Entretanto, apenas 1,5% dos produtores, comercializam esta produção. Eles afirmam que não existem canais de comercialização eficientes, não usufruindo assim de uma possível renda complementar para as fazendas.

Ainda de acordo com Silva (2010), o produtor de leite de Piracanjuba é predominantemente casado, com idade média de 51 anos e têm em média dois filhos.<sup>44</sup> A escolaridade é baixa, apenas 40% concluíram a quarta série<sup>45</sup>, outros 22% concluíram apenas o ensino fundamental. A maioria, 78,46%, reside na fazenda. Para 67,69% a atividade leiteira constitui sua única fonte de renda. Daqueles entrevistados que informaram possuir outros rendimentos (27,69% do total), 78,46% afirmaram que a pecuária leiteira traduz a sua atividade econômica principal.

O lazer dos produtores de leite de Piracanjuba é baseado em festas familiares e comunitárias, além da pescaria e prática de jogos. O uso do rádio e da TV predomina sobre os demais meios de comunicação. A pesquisa concluiu que os

<sup>43</sup> Segundo a FAO, de acordo com Guanzirolli (2000) apud Silva (2008) a agricultura familiar deve ser definida a partir de três características centrais: i. A direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor; ii. O trabalho familiar é superior ao trabalho contratado; iii. A propriedade dos meios de produção é da família. De acordo com estas perspectivas pode-se afirmar que a maior parte dos estabelecimentos produtores de leite de Piracanjuba se enquadra como agricultura familiar.

<sup>44</sup> Segundo Paula (2002), a idade média dos produtores de leite da mesorregião sul do estado de Goiás era em 2002 de 48 anos, com elevado percentual deste tempo dedicado á atividade leiteira. Este dado aponta que esta atividade é baseada em tradição, sobretudo familiar.

<sup>45</sup> Correspondente ao atual quinto ano do ensino fundamental.

padrões de lazer são coerentes com a idade dos entrevistados e com seu nível de escolaridade. Quanto à questão da rentabilidade<sup>46</sup>, todas as pesquisas têm sido unânimes na constatação de que a pecuária leiteira não é lucrativa para o produtor rural.

#### 4.3.2 Perfil dos Trabalhadores da Pecuária Leiteira no Município de Piracanjuba

Em relação ao perfil do trabalhador da pecuária leiteira em Piracanjuba, pôde-se perceber que:

- Trata-se de um trabalhador jovem: 75,38% têm menos de 40 anos e 45,38% têm menos de 30 anos;
- Apresenta grande rotatividade (*turn over*) em seu trabalho: 50% dos trabalhadores permanecem menos de seis meses no mesmo emprego;
- Possuem baixa escolaridade: 14,62% são analfabetos e 41,54% estudaram até a segunda série do ensino fundamental;
- 71,54% dos trabalhadores são casados e 82,31% possuem dependentes. 76,54% são naturais de Goiás e entre os imigrantes, 50% são nordestinos.
- Segundo a pesquisa de Silva (2008), 90% recebem mensalmente até dois salários mínimos. Nas fazendas mecanizadas, geralmente o salário é maior que nas fazendas sem ordenha mecânica.<sup>47</sup>
- A renda per capita familiar deste trabalhador é de 0,84 salários mínimos.
- A jornada de trabalho é longa e sem descanso semanal remunerado: 84,62% trabalham 10 horas ou mais diariamente; desses, 31% afirmaram trabalhar mais de 12 horas/dia.
- Grande parte dos trabalhadores das fazendas mecanizadas possui registro em carteira. Em média, 50% dos trabalhadores da pecuária leiteira em Piracanjuba possuem carteira assinada.
- A produtividade das fazendas mecanizadas é obviamente muito maior que nas fazendas tradicionais, de ordenha manual, A produtividade média por trabalhador sem ordenha é de 171,66 litros por dia; enquanto a produtividade média com ordenha mecânica é de 400 litros por dia. Contudo, os salários

---

<sup>46</sup> Este item será tratado em detalhes a seguir.

<sup>47</sup> Segundo Silva (2008), esse acréscimo de salário nas fazendas mecanizadas, na verdade, está bastante aquém do ganho em produtividade que a mecanização proporciona.

dos trabalhadores das fazendas mecanizadas é de apenas 0,38 salários mínimos maior. (Recebem em média 2 salários mínimos enquanto os trabalhadores sem ordenha mecânica recebem, em média, 1,62 salários mínimos).

#### 4.3.3 Rentabilidade do produtor de leite de Piracanjuba

De acordo com os estudos de Silva e Estevam (2012), o Censo agropecuário em 2006 apontava que Piracanjuba possuía 1947 propriedades rurais, das quais, 1052 produziam leite, empregando em média um funcionário fixo. Além disso, o CENSO (2010) aponta que ou 25% das 8255 famílias (portanto mais de 2000 famílias) do município devem a sua subsistência à pecuária leiteira.

Silva e Estevam (2012) realizaram uma pesquisa de levantamento de custos e receitas em fazendas leiteiras iniciada em agosto de 2009 e encerrada em julho de 2010, da qual se pode extrair dados importantes sobre a rentabilidade do produtor de leite em Piracanjuba.

Ao se comparar a produtividade das propriedades leiteiras de Piracanjuba e de 500 propriedades pesquisadas entre 2008 e 2009 no estado de Goiás por Gomes (2009) *apud* Silva e Estevam (2012), há melhor desempenho em vários aspectos, como média diária de produção, produção por vaca, produtividade litro/hectare/ano, produtividade por litro/dias/homem.

Tabela 2: Comparativo: desempenho produtivo das propriedades da amostra da pesquisa Goiás (2008/2009) e Piracanjuba (2009/2010).

Indicadores de desempenho	Unidade	Goiás (2008/2009)	Piracanjuba (2009/2010)
Produção total de leite/ano	litros	89.443	212.208
Produção diária	litros	245	581
Produtividade	l/dia	8,17	11,85
Produção /total das vacas	litros	4,95	9,2
Produtividade l/ha/ano	l/ano	2.102,84	3.538.79
Produção por mão de obra	l/d/h	257	168

Fonte: Gomes (2009) *apud* Silva e Estevam (2012).

Quanto à rentabilidade da produção leiteira no estado de Goiás, Gomes (2009) *apud* Silva e Estevam (2012) fornece os seguintes dados:

Quadro 3: Rentabilidade da produção leiteira no estado de Goiás - 2009.

Rentabilidade	As propriedades leiteiras têm em média rentabilidade negativa de 0,01% ao ano considerados a depreciação dos equipamentos e o pró-labore familiar.
Margem Bruta	A atividade ainda não entrou em colapso porque a Margem Bruta é positiva para todos os extratos de produção, contabilizando em média R\$ 10.491,60 anuais, ou seja, cerca de R\$ 875,00/mês.
Lucro Líquido	(Receita Total – Custo Operacional Total) é negativo em 0,08%.

Fonte: (GOMES, 2009, p. 45-50 *apud* SILVA e ESTEVAM, 2012, p. 8).

Contudo, a pesquisa na bacia leiteira de Piracanjuba (2009/2010) de Silva e Estevam (2012) apresentou os seguintes resultados:

Quadro 4: Rentabilidade da produção leiteira em Piracanjuba - 2009/2010.

Rentabilidade	A rentabilidade sobre o capital investido é superior à média de Goiás, mas ainda assim baixa, apenas 3,17% ao ano.
Margem Bruta	Na média a Margem Bruta é de R\$ 44.621,07/ano, representando R\$ 3.718,41/mês.
Margem Líquida	Contabilizando a depreciação dos equipamentos e o pró-labore familiar a Margem Líquida é de 20.442,02, ou R\$ 1.703,5/mês.
Lucro Líquido	O Lucro Líquido é de 12,66 % em média sobre a receita total.

Fonte: (SILVA e ESTEVAM, 2012, p.9).

Silva e Estevam compararam a rentabilidade dos estabelecimentos leiteiros de Goiás (2008/2009) e Piracanjuba (2009/2010) através de médias anuais. Os resultados estão dispostos no quadro 4 a seguir.

Quadro 5: Comparativo da rentabilidade das fazendas leiteiras de Goiás (2008/2009) e Piracanjuba (2009/2010)

	Unidade	Goiás	Piracanjuba
1. Total Receita Bruta	R\$	65.501,05	161.454,22
2. Custos de Produção:			
2.1 Custo Operacional Efetivo – COE	R\$	55.009,45	116.833,16
2.2 Custo Operacional Total – COT	R\$	65.555,84	141.012,20
3. Terra (área)	Hectares	87,83	56,44
4. Estoque de capital*	R\$	529.759,80	643.495,89
5. Resultado bruto (COE – receita bruta)	R\$	10.491,60	44.621,07
6. Resultado líquido (COT – receita bruta)	R\$	-54,79	20.442,02
7. Lucro líquido	%	-0,08	12,66
8. Taxa de retorno sobre capital investido	%	-0,01	3,17

Fonte: (SILVA e ESTEVAM, 2012, p. 9).

Constatou-se através desta pesquisa uma oscilação de preços de 25% durante o ano, circunstância que vem ocorrendo no Brasil desde 2001.

A remuneração desproporcional dos produtores de leite, em relação ao aumento de produtividade do setor, percebidos no município de Piracanjuba e no estado de Goiás também são notados em âmbito nacional.

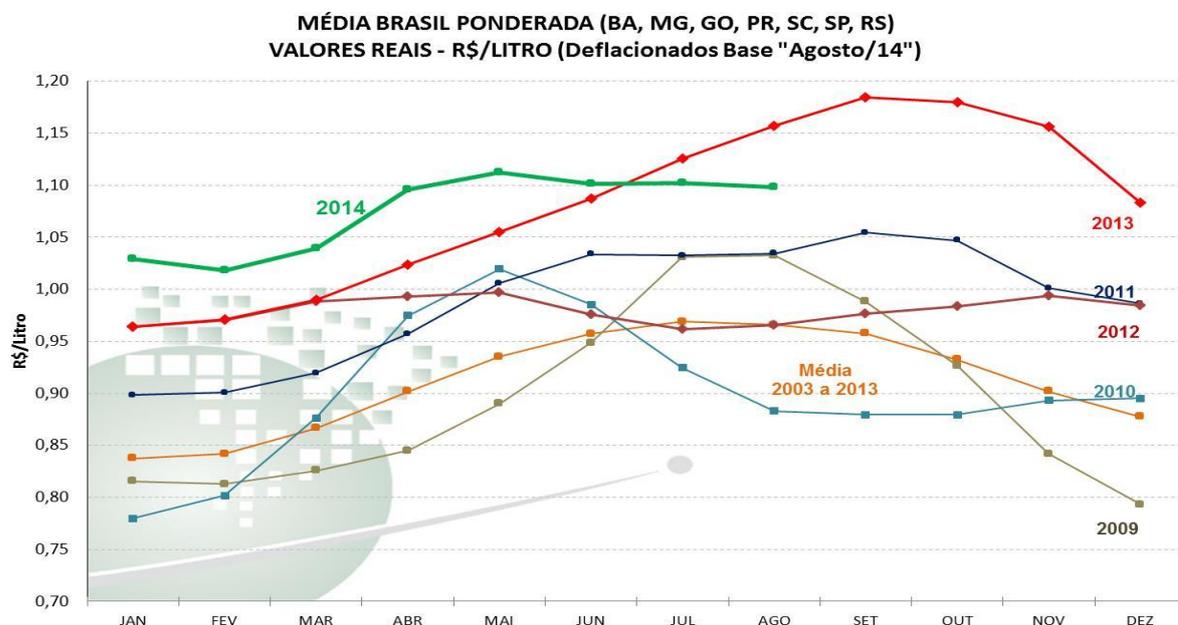
Segundo projeção do IBGE (2014), a produção de leite no Brasil deve chegar a 36,75 bilhões de litros em 2014, contra 21,64 bilhões de litros em 2001. (IBGE, 2014 e PPM, 2002), representando um crescimento de 59%. Observa-se no mesmo período que não ocorreu a recuperação dos preços pagos ao produtor. Entre janeiro de 2001 e setembro de 2014, o preço real avançou de R\$ 0,67 para R\$ 1,10 um ganho de apenas R\$ 0,43 em um período de treze anos.

De acordo com Silva e Estevam (2012, p. 5-6):

(...) como se vê, a despeito do aumento da produtividade, não ocorre recuperação dos preços ao produtor, tampouco aumento das margens de lucro, pois a crescente utilização de insumos onera os custos de produção. Ao mesmo tempo, as relações de troca entre os principais insumos (ração e fertilizantes) somados ao custo da mão de obra e os preços pagos ao produtor evoluem de forma desfavorável para o produtor.

A figura 3 ilustra a situação dos preços pagos ao produtor em sete regiões brasileiras.

Figura 3: Série de preços médios pagos ao produtor – deflacionada pelo IPCA (média de RS, SC, PR, SP, MG, GO e BA).



Fonte: Centro de Pesquisas e Estudos Avançados em Economia Aplicada, CEPEA/Escola Superior de Estudos Luís de Queiroz, ESALQ, da Universidade de São Paulo, USP.30/0//2014

No caso específico de Piracanjuba, a pesquisa de Silva e Estevam (2012) apontou que mesmo apresentando desempenho superior no comparativo com o estado de Goiás, as margens de lucro são reduzidas. A Taxa de Retorno sobre o

Capital Investido de 3,17%/ano é inferior as das cadernetas de poupança, aplicação considerada de baixo retorno e risco. A margem de Lucro Líquido de 12%/ano é muito inferior aos juros do mercado disponível para pessoa jurídica, em média de 30%/ano (BANCO CENTRAL DO BRASIL, apud SILVA e ESTEVAM, 2012, p. 9).

Silva e Estevam constataram ainda que as propriedades leiteiras estudadas na amostra produzem mais leite em menor área (na média 56,44 ha em Piracanjuba, contra 87,83 ha, média de Goiás), apresentando maior grau de mecanização. Contudo, a intensificação da produção leiteira gera elevada sobrecarga de trabalho, que aliada às baixas remunerações desestimulam o trabalho no campo, principalmente dos mais jovens, contribuindo para o êxodo rural. Silva e Estevam (2012, p. 9) explicam que:

Na pecuária leiteira tradicional ordenhavam-se as vacas uma vez ao dia, não se trabalhava nos dias santos, o gado colhia seu alimento no pasto e era suplementado no período seco apenas com espigas de milho. Na pecuária moderna as vacas são ordenhadas pelo menos duas vezes ao dia, estendendo a jornada para além de doze horas; movimentam-se diariamente toneladas de alimentos volumosos e concentrados sem auxílio de maquinário; trabalha-se debaixo de chuva e de sol, de domingo a domingo, de forma ininterrupta. Não se guardam mais os dias santos, sequer a Sexta Feira da Paixão. (...) A modernização da produção gerou um ritmo de trabalho acelerado e intenso, semelhante a uma indústria. Fato que, combinado com a baixa rentabilidade, desestimula os jovens a permanecerem na atividade rural. Caminha-se para uma situação de produtor familiar trabalhando já em idade avançada de forma solitária, sem a presença da família.

Os pesquisadores Silva e Estevam concluíram que a lucratividade da pecuária leiteira em Piracanjuba se apresenta acima da média do estado de Goiás, entretanto, em contrapartida, a margem de lucro é em média inferior àquelas geradas por atividades urbanas, não cobrindo o custo do capital de giro disponível no mercado, oferecido por 30% ao ano.

A total inexistência de marcos reguladores ou garantias contratuais no relacionamento dos produtores com a indústria mantém o pecuarista em uma situação de competição desleal e fortemente vulnerável às oscilações e demandas do mercado. Esta situação foi comprovada pela variação média de 25% dos preços pagos ao produtor ao longo do exercício fiscal, entre 2001 a 2011.

Outro fator de vulnerabilidade decorre da dependência maior de insumos e da tendência monopolista do mercado. Segundo Silva e Estevam (2012, p. 10), “as

relações que se estabelecem entre o produtor e os segmentos a montante e a jusante assumem, respectivamente, características de oligopólio e oligopsônio”.

Além disso, o produtor ainda se torna vulnerável à competição de mercado quanto à introdução de matrizes não adaptadas ao cerrado, mais susceptíveis a doenças (como o gado holandês), a inexistência de um seguro rural e não precificação dos riscos provenientes de casos fortuitos, além do fato que maior mecanização intensifica as cargas de trabalho, que aliadas às baixas remunerações, gera o abandono dos mais jovens pela atividade leiteira.

Quem estaria se apropriando da renda dos produtores de leite? O relatório do grupo de pesquisa Pensa (FEA-USP) – Mapeamento e Qualificação da Cadeia do Leite, 2005, *apud* Silva (2008) indica:

- A indústria de produtos veterinários: O rebanho leiteiro concentra apenas 18% do rebanho bovino nacional, respondendo, entretanto, por 29% dos negócios no mercado de bovinos. Trinta e seis e meio por cento do faturamento é concentrado apenas quatro empresas.
- A indústria de rações: O Brasil é o terceiro maior produtor de rações do mundo, concentrando na pecuária leiteira 73% do consumo do rebanho bovino.
- A indústria de embalagens, principalmente as do tipo cartonadas. Esta indústria tem experimentado altos lucros devido a grande proporção do Leite UHT (89%) no total do leite fluido. Segundo Martins (2004) *apud* Silva (2008) “a embalagem cartonada custa mais que a matéria prima no custo final do leite UHT”.
- A indústria de melhoramento genético: apresentou entre 2000 e 2005 o dobro do crescimento do PIB brasileiro.
- A indústria de ordenha e refrigeração;
- A indústria de sementes, de adubos e defensivos.

Segundo esta pesquisa do Pensa, o faturamento de todas estas indústrias cresce a cada ano. Destaca-se a grande oligopolização e marcante presença das empresas transacionais.

Em suma, a atividade leiteira vem enfrentando graves problemas sociais como o avanço da emigração, o aumento dos índices de pobreza, o êxodo dos jovens, o envelhecimento dos produtores locais, além de problemas ambientais como a degradação das pastagens, assoreamentos, escassez de água, avanço das monoculturas do agronegócio, dificuldade de manutenção das áreas de preservação ambiental previstas em Lei, domínio do capital estrangeiro de insumos e preços de mercado, falta de marco regulatório e ação efetiva do Estado no setor, ou seja, segundo Silva (2008), pode-se concluir que a atividade apresenta problemas de sustentabilidade.

Entre as propostas enunciadas por Silva (2008, p. 75) para a questão da sustentabilidade do setor, destaca-se:

Quadro 6: Propostas para o Problema da Sustentabilidade da Pecuária Leiteira do município de Piracanjuba

“Buscar formas de representação política dentro de associações já existentes ou formar novas associações que verdadeiramente espelhem os interesses do pequeno e médio produtor de leite e do produtor familiar.”
“Buscar desenvolver sistemas de produção com sustentabilidade utilizando metodologias como a Eco-Certificação proposta pela Embrapa Meio Ambiente.”
“Buscar garantir e estabilizar ao longo do ano níveis melhores de remuneração do leite.”
“Buscar a efetivação de contratos que garantam o pagamento de preços mínimos, ao mesmo tempo em que confirmem transparência e previsibilidade à política de preços.”
“Buscar o desenvolvimento de políticas sociais que atendam às necessidades do pequeno e médio produtor e do produtor familiar”.
“No campo da educação: rede de escolas que permitam às crianças irem à escola sem longos deslocamentos; conteúdos de ensino adequados para a realidade local que não afastem as crianças do seu cotidiano; qualificação dos jovens para atividades relacionadas ao trabalho no campo.”
“Fazer com que a renda do leite beneficie o produtor e as pessoas envolvidas na produção”.
“Fazer com que a renda do leite se reverta em desenvolvimento local e regional, e circule na região.”
“Buscar formas de comercialização simples e eficazes, tanto no varejo como também no atacado, para a diversidade de produtos encontrada nas fazendas: galinhas, suínos, frutas, verduras, ovos, mandioca, milho verde.”
“Fazer chegar ao produtor opções de produção e comercialização de produtos diversificados, que não tenham necessariamente tradição em nossa região”.
“Em suma, buscar políticas que viabilizem, com sustentabilidade, o pequeno produtor. Afastar-se das políticas que viabilizam apenas o grande produtor, o elo industrial e o elo da comercialização.

Fonte: SILVA (2008, p. 76-77).

Mediante a situação de falta de Políticas Públicas, apoio do Estado, competição desleal com a agroindústria, baixa remuneração e estímulo para a pecuária leiteira os produtores de Piracanjuba tem procurado se organizar em cooperativas de produção, como alternativa para sustentação da atividade. Apesar de fundamental, a organização em cooperativas não resolve os problemas estruturais do setor, mantendo o homem do campo em uma situação financeira desfavorável. O detalhamento sobre as cooperativas no município será apresentado a seguir.

#### **4.4 As relações entre a produção familiar de leite no Estado de Goiás e as cooperativas**

Segundo Maraschin (2004), o Sistema Agroindustrial (SAG) do leite foi afetado pelas mudanças sociopolíticas e econômicas do país nos últimos anos, particularmente após os anos 1990.

Para este autor a desregulamentação dos preços pelo governo, a abertura do mercado nacional para produtos importados, a entrada no mercado por empresas multinacionais, o crescimento da demanda pelo leite longa vida (UHT) e a criação de novas exigências sanitárias tiveram forte influência sobre a produção de leite nos últimos vinte anos.

Várias cooperativas foram fechadas ou adquiridas por empresas multinacionais. Estima-se que em dez anos, muitos produtores deixem o mercado por não conseguirem ser competitivos no mercado. A tendência é de aumento da produção e da informalidade desta produção, o que reduz a qualidade do produto e as condições de competição com as multinacionais.

A questão dos trabalhadores familiares que não possuem escala de produção será cada vez mais prejudicada devido às condições macroeconômicas do SAG do leite.

As cooperativas se posicionam como uma alternativa viável de melhorar a competitividade, a renda e a manutenção da sustentabilidade do trabalhador, principalmente para as famílias de baixa renda. No caso do leite especificamente, a renda gerada pela produção ocorre durante todo o ano. Muitas vezes, esta renda gerada pelo trabalhador mediante as atividades das cooperativas não saí da própria

instituição, pois o produtor vai comprar no supermercado e nas lojas vinculadas à empresa.

As cooperativas organizadas terão maior poder de compra, barganha por descontos, acesso ao crédito, tecnologia e máquinas, facilidade de escoamento e vendas e escala na produção, maior poder de negociação de preços, o que pode levar a maior rentabilidade da atividade de produção familiar de leite.

Além destes fatores, segundo Maraschin (2004), as cooperativas levam a uma maior sustentabilidade do pequeno produtor no longo prazo.

#### **4.5 O Cooperativismo no Município de Piracanjuba-Goiás**

O município de Piracanjuba conta com quatro cooperativas de produtores e uma cooperativa de crédito. A saber:

- COAPIL – Cooperativa Agropecuária Mista de Piracanjuba.
- CPLP - Cooperativa dos Produtores de Leite de Piracanjuba.
- [CIP -Cooperativa dos Irrigantes de Piracanjuba](#)
- [Cooperativa de Crédito Rural de Piracanjuba](#)

#### **4.6 Breve Histórico da Cooperativa dos Produtores de Leite de Piracanjuba – CPLP**

A Cooperativa Agroindustrial dos Produtores de Leite de Piracanjuba (CPLP) foi fundada em 2010 por 41 produtores de leite locais. Produz atualmente cerca de 60 mil litros de leite por dia (a maior parte sendo negociada com o laticínio Bela Vista), respondendo por 20% da renda municipal de revenda de produtos lácteos.

Apesar de sua inauguração recente, a CPLP adquire matéria-prima, através das linhas de crédito disponíveis no mercado, conseguindo através de sua credibilidade, descontos para seus associados.

Para melhorar continuamente a qualidade da sua produção, a CPLP investe em assistência técnica. A cooperativa contratou dois veterinários para cuidar do gado leiteiro e acompanhar a certificação da qualidade da matéria-prima.

#### 4.6.1 Caracterização da CPLP

Quadro 7: Dados da Cooperativa dos Produtores de Leite de Piracanjuba – CPLP

Nome empresarial: Cooperativa Agroindustrial Dos Produtores de Leite de Piracanjuba - CPLP
Título do estabelecimento (nome fantasia): CPLP
Data de Abertura: 17/2/2010
Endereço: Rua Professor Percival Rabelo, SN – Quadra C Lote 1-A Jardim Country Club - Cep: 75.640-000Piracanjuba, GO, Brasil
Natureza Jurídica: Cooperativa (2143)
Situação Cadastral: Ativa desde 17/02/2010
Atividade Econômica: Comércio varejista de medicamentos veterinários (4771704)
Atividade Econômica Secundária: Fabricação de alimentos para animais (1066000), Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente (4789099), Atividades de apoio à pecuária não especificadas anteriormente (0162899), e Atividades associativas não especificadas anteriormente (9499500).

Fonte: INFOPLEX (2014). ([www.infoplex.com.br/perfil/11564810000197](http://www.infoplex.com.br/perfil/11564810000197)). Acesso em 20/06/2014.).

#### 4.6.2 Entrevista e Pesquisa de campo à CPLP

Foram realizadas cinco entrevistas semi estruturadas na Cooperativa dos Produtores de Leite de Piracanjuba- CPLP. A primeira, realizada em 15 de março de 2013, foi com o Sr. Ruy Rodrigues de Souza, responsável administrativo pela CPLP. Posteriormente, no dia 15 de outubro de 2014, foram entrevistados, separadamente três fundadores da cooperativa, Senhores Fernando Cereza Neto, José Coelho Rios e Carlos Lourenço, além de nova entrevista com o Sr. Ruy Rodrigues.

As entrevistas estão organizadas em tópicos, com as seguintes temáticas:

##### 4.6.2.1 O início das atividades, objetivos e metas da CPLP

Segundo a narrativa do Sr. Ruy Rodrigues, a CPLP começou através de uma associação de cinco pessoas. A ideia da cooperativa surgiu da necessidade de se tornar um ponto de apoio para os cooperados com intuito de facilitar o trabalho do

pecuarista do leite. As ações da cooperativa se concentram na oferta de insumos subsidiados promovida através do maior poder de compra de insumos (proporcionado pela associação dos cooperados), ou economias de escala de compras, da negociação diferenciada de preços com as indústrias e na prestação do serviço de assistência técnica veterinária, com o interesse de tornar a atividade dos produtores viável e mais competitiva. A cooperativa possui um presidente, um diretor financeiro e um diretor administrativo e dois médicos veterinários exclusivos para realizar a assistência técnica aos associados. A CPLP em 2013 possuía 40 cooperados, produzindo uma média de 1,5 milhão de litros de leite por mês tendo como meta em 2013 aumentar esta produção para no mínimo 1,6 milhão de litros mensais.

Ainda segundo o Sr. Ruy o trabalho da cooperativa é através do maior poder de compra, adquirir insumos necessários à produção de leite como vacinas, medicamentos, rações, suplementos, carrapaticidas, fungicidas, mosquicidas, materiais diversos como seringas, luvas, botas, entre outros, a baixíssimo custo e repassar o preço aos cooperados com a menor margem de lucro possível.

Além disso, presta assistência técnica personalizada, acompanhamento e intermediação na venda para as indústrias, afim de garantir melhores preços. Os produtores não vendem o leite para CPLP que por sua vez repassa para as indústrias: a venda é negociada na CPLP, em conjunto, mediada pela comissão do leite (formada por cinco produtores membros). Uma vez negociado o preço, cabe aos laticínios a busca do leite nas propriedades. Praticamente todas as propriedades associadas à CPLP têm condição de armazenar o leite ordenhado por dois dias. Algumas, porém, necessitam que se busque o leite diariamente; neste caso ocorre com os laticínios uma negociação distinta.

*Perfil dos cooperados; os clientes; pontos fortes da cooperativa na perspectiva dos cooperados.*

Segundo o Sr. Ruy, na fase de constituição da CPLP os critérios determinantes para se buscar a adesão de um produtor não era a capacidade produtiva, e sim, o espírito empreendedor, a capacidade de organização e o desejo de expandir e melhorar a produção juntamente com a expansão da cooperativa. A maioria dos associados são produtores familiares, com pequenas propriedades,

(adequadas à produção leiteira). Se a produção de leite exigisse grandes áreas como na lavoura, muitos produtores já teriam abandonado a atividade por ser muito pesada, instável, carente de incentivos, e principalmente por inviabilidade financeira.

O Sr. Ruy explicou que na fase inicial, devido à sua necessidade de expansão, a cooperativa precisava aumentar o volume e a qualidade do leite. Grande parte dos cooperados são produtores familiares, que estão na propriedade tirando o leite. Importante parcela dos cooperados possui ordenha mecânica e tanques para conservação do leite ordenhado por até dois dias. A média de produção individual dos cooperados é de 1300 litros/dia. Atualmente a CPLP prima por produtores maiores, (geralmente acima de 1500 litros/dia) com melhor qualidade do produto oferecido.

Os laticínios com as quais a CPLP negocia são: Nestlé, Itambé, Laticínios Piracanjuba, Italac, Marajoara, Coapil e Tirol.

A negociação do preço do litro de leite ocorre na própria CPLP, mediada pela comissão do leite (grupo formado por cinco proprietários associados, escolhidos em assembleia). O preço final do litro de leite depende das cotações do dia. Na data de hoje, 15 de março de 2013, por exemplo, está sendo negociado com a Nestlé (preço final) em média por R\$ 70 centavos. O diferencial na negociação de preços é a qualidade do produto. Há produtores que em 2013 estavam vendendo seu produto em torno de um real por litro, devido à qualidade da mesma.

A Nestlé, por exemplo, remunera proporcionalmente em relação à qualidade, incentivando, inclusive, a aplicação de técnicas do BPF (Boas Práticas de Fabricação), pagando um adicional de três centavos por litro para os produtores que aderirem a este programa; contudo, também penaliza o produtor (com pagamento abaixo do preço de cotação média) que entregar o produto abaixo da qualidade esperada. O curioso é que, produtores em 2013 estavam produzindo em média 1500 litros por dia, recebendo em torno de R\$ 0,90/litro, praticamente estão empatando a receita com os custos de produção.

Ainda segundo o Sr. Ruy, o ponto forte é o espírito de cooperativismo dos associados; todos buscam se ajudar e crescer. Não há, privilégios para os grandes produtores em detrimento dos pequenos; na CPLP todos são tratados da mesma forma. A cooperativa prima por sua transparência nas relações interpessoais. Prova disso é a grande procura para integração de antigos cooperados da COAPIL, cooperativa mais antiga na cidade. Os cooperados se encontram uma vez por mês,

na própria sede da CPLP ou no sindicato, para discutir os interesses da cooperativa. Através dos seus parceiros e fornecedores promovem também outras reuniões mensais em propriedades dos cooperados onde ocorrem palestras, cursos e discussão de casos.

Estas reuniões são elogiadas pelos produtores por gerarem *benchmarks* de boas práticas de fabricação, com o intuito de resolver gargalos e aumentar a produtividade do grupo. Atualmente a CPLP trabalha com compras parceladas em 30, 60, 90 e 120 dias. A ideia é simples: com maior volume de compras e pagamento á vista, a CPLP pode obter maiores descontos (de 6% ou até superiores) e assim repassar preços bem melhores aos seus associados, reduzindo os custos produtivos do mesmo. Tudo na cooperativa é decidido em assembléia.

Ainda como pontos fortes, Sr. Ruy cita o fato de existir assistência técnica veterinária exclusiva; existir um ponto de apoio para compras subsidiadas (loja de produtos veterinários) que garante o menor preço da praça para os insumos produtivos; maior poder de negociação com as indústrias na venda do leite, e assim, fixar melhor preço; conviver e comunicar mais diretamente com outros proprietários, e através das reuniões e dos cursos, realizar benchmarking de melhores práticas de produção; possibilidade de, através da fábrica de rações e da sede própria (que possibilite compras maiores), ter estes custos produtivos ainda mais reduzidos. Na sua opinião não existem prejuízos em ser cooperado, apenas vantagens. Cita um exemplo: um grande proprietário produz em média 4000 litros/dia na sua fazenda. Isso significa uma produção mensal de 120.000 litros de leite por mês. Ao comprar os insumos no mercado, mesmo sendo um grande produtor, não possuirá representativas vantagens na compra, estando fadado à preços com maiores margens de mercado, mesmo se comprar diretamente da indústria, seu montante não garante descontos em escala.

Ao produzir, deve contar com assistência técnica veterinária própria, o que, geralmente aumenta os custos produtivos. Além disso, ao negociar os preços com as indústrias, terá o poder de negociação proporcional à sua produção: 120.000 litros mensais. Ora, a CPLP negocia mensalmente a compra de insumos para 40 produtores, possui veterinários exclusivos e negocia com as indústrias mais de 1 500 000 litros de leite por mês. As chances de melhoria do preço são exponencialmente melhores, uma vez que ambos, produtor isolado e CPLP não possuem no governo um forte aliado para o fomento da produção. É mais que uma

questão de vantagem, porque o fato de ser vantajoso ou não, mesmo dentro da cooperativa, depende da quantidade e da qualidade do leite produzido. É na verdade uma questão (quase única em nossa região) de sobrevivência e manutenção na atividade. Se não fosse pela cooperativa, muitos produtores já teriam abandonado as suas atividades. Comprando os produtos subsidiados, possuindo assistência técnica e apoio para a negociação (em escala dos preços) muitos empatam as receitas com os lucros ou até ficam negativos; imagine se fossem produzir de forma isolada?

Este problema se agrava com os produtores menores e com os familiares, sobretudo os que ainda não mecanizaram a sua produção e que não conseguem grande volume ou qualidade. Estes produtores trabalham diretamente na lida do leite e a grande maioria já são idosos. Eles precisam contratar funcionários para o trabalho, porque seus filhos e outros membros da família foram para as cidades em busca de melhores oportunidades financeiras, além de trabalharem, em sua maioria, com matrizes mestiças (de menor capacidade de produção).

O que seria desta população rural sem as cooperativas? A solução seria abandonar a atividade. E como sobreviveriam se não há apoio do governo? As cooperativas não são mais fortes por falta de consciência dos produtores da necessidade de se unir. Porque hoje o pessoal da lavoura está forte? Porque souberam se unir, mesmo informalmente. Na cadeia do leite, ainda predomina a competição em lugar da cooperação.

O Sr. Fernando Cerezo explicita as vantagens da cooperativa:

A cooperativa é o caminho que todos os produtores devem procurar, porque sozinhos não somos nada. Eu já tive muita experiência trabalhando sozinho e eu vi a dificuldade que a gente tinha em negociar com o laticínio, que muitas vezes nem nos ouve. Foi com base nessa dificuldade que eu e outros quatro produtores fundamos inicialmente a associação dos produtores de leite de Piracanjuba. À medida que aumentamos o volume do leite produzido, nossa capacidade de negociação foi também ampliada, agregando novos produtores ao grupo; transformamos então a associação em uma cooperativa, a CPLP- Cooperativa dos Produtores de Leite de Piracanjuba. Eu acredito que a cooperativa é o único caminho viável para o produtor, principalmente para os pequenos e médios pecuaristas. Os fazendeiros que produzem acima de 15 ou 20 mil litros recebem um tratamento especial da indústria, mas para o produtor de 500 até 5000 ou 6000 litros o caminho é a cooperativa.

Para o Sr. José Coelho produzir leite fora da cooperativa está se tornando inviável:

É muito difícil, porque na cooperativa temos um preço melhor, a gente compra as coisas (insumos) mais baratas e temos assistência técnica. Também são importantes as reuniões grupais, nas quais há palestras técnicas de interesse do cooperado.

Opinião compartilhada pelo Sr. Carlos Lourenço:

A cooperativa ajuda muito o produtor cooperado, porque juntos os produtores têm mais força na hora de negociar tanto o leite quanto às compras; então eu penso que o cooperativismo é muito importante nessa hora, sozinho você fica muito a mercê das indústrias, porque hoje tem poucos compradores e muitos vendedores e na cooperativa você possui um pouco mais de força, no meu entendimento a viabilidade vem daí.

Os pontos fracos segundo Sr. Ruy, eram em 2013, sobretudo, a falta estrutura física para a cooperativa. A CPLP não possuía uma sede urbana própria (o prédio da loja é alugado), uma fazenda para a assistência e monitoramento de bezerras recém-nascidas e de até seis meses de idade (para diminuir as perdas destes animais), granel ou silo e uma fábrica de rações (a ração forma o maior custo operacional para o produtor, daí a importância de uma fábrica própria; este projeto já se encontra em fase de estudo). O espaço físico da loja de materiais veterinários era insuficiente até para compras de maior volume (que remeteriam em melhores preços e maior competitividade do produtor). Tendo a obrigação de oferecer produtos quase a preço de custo para os nossos associados; não podem existir na loja produtos mais caros do que em uma farmácia ou loja veterinária da cidade, senão, desfaz-se a vantagem da cooperativa? Existe, portanto, a obrigação de oferecer os melhores preços (que são de fato subsidiados) na medida em que o interesse da cooperativa é de repassar os insumos a preço de custo para os associados e prestar assistência técnica especializada. Para tanto, entende que aumentar a quantidade de compra e construção da fábrica de rações são atividades que poderão contribuir ainda mais com a sua missão.

Resumindo as vantagens da cooperativa:

- Assistência técnica veterinária exclusiva;
- Ponto de apoio para compras subsidiadas (loja de produtos veterinários) que garante o menor preço da praça para os insumos produtivos;

- Maior poder de negociação com as indústrias na venda do leite, e assim, fixar melhor preço;
- Convivência e comunicação com outros proprietários, e a possibilidade de realizar através das reuniões e dos cursos *benchmarking* de melhores práticas de produção;
- Possibilidade de redução de custos através da fábrica de rações e da sede própria (que possibilite compras maiores).

Quanto às maiores dificuldades, Sr. Ruy enumera:

- A falta de apoio do governo;
- A reduzida estrutura física,
- A necessidade de aumentar o volume de produção de leite para obter maiores vantagens na hora da negociação de preços
- A necessidade de aumentar o volume de produção de leite e reduzir custos
- Imprimir nos produtores, de forma geral, o verdadeiro sentido e espírito empreendedor.

#### 4.6.2.2 A questão das políticas públicas para o setor

Segundo o Sr. Ruy, falta política pública, principalmente por parte do poder municipal, de apoio às cooperativas “se torna, aos poucos inviável a manutenção de uma loja como essa, Hoje os políticos de Piracanjuba deixam muito a desejar em relação ao apoio às cooperativas”.

Para o Sr. Fernando Cerezo:

Não há nenhum tipo de apoio político para a produção de leite na região. Nós trabalhamos como verdadeiros heróis. Não se tem sequer estrada para escoar a produção; não existe apoio da prefeitura em adquirir produtos (insumos produtivos) confiáveis com um preço razoável, porque tudo é altamente tributado. O leite, que é um alimento rico, é altamente tributado, assim como os medicamentos veterinários obrigatórios e os demais insumos, o que eleva e muito o custo da produção. Mesmo neste ano (2014), em que o preço do litro do leite está em torno de R\$ 1,24 (chegando a ser cotado por R\$ 1,27), a produção não aumenta proporcionalmente sua rentabilidade, devido aos custos produtivos, que também são proporcionais ao crescimento dos preços. No ano passado (2013), o mercado nacional e internacional estava favorável. Neste ano (2014) as indústrias afirmam que o Brasil não está exportando a contento e que o mercado interno não tem consumido toda a produção. Em função disso, baixou o preço de compra do

leite, que foi percebido no mercado local; para quem está fora da cooperativa o valor pago pelo litro de leite pelas indústrias é ainda bem menor, chegando a pagar R\$ 0,10/litro. Contudo, temos uma expectativa de que em 2015 o cenário melhore. O mercado exterior, pelo que eu tenho acompanhado, está necessitando do produto. Devido a nossa briga com a indústria o preço está se mantendo neste ano (2014). A cooperativa tem sido bastante ativa nisso, mas quem está fora da cooperativa vem sofrendo com os preços baixos oferecidos pelos laticínios.

Esta avaliação é compartilhada pelo Sr. Carlos Lourenço:

O apoio que temos é através do sindicato rural ou da federação dos produtores, mas apoio político não temos. Evitamos políticas partidárias dentro da cooperativa. Queremos a defesa da melhoria de condições de produção para o pecuarista. Temos a consciência que precisamos de políticas para isso, não interessa o partido, pois em todos existem pessoas que apóiam os produtores, então vamos procurar escolher essas pessoas que apóiam o produtor independente da sigla partidária.

Os cooperados apontam diversas ações a serem executadas por parte do Estado. Segundo o Sr. Cerezo são necessárias

- Políticas de desenvolvimento de infra-estrutura logística para escoamento do produto como a melhoria e reforma de estradas. Para se manter um compromisso de entrega com o laticínio deve haver estradas no mínimo trafegáveis. Hoje, são meus tratores que arrumam as estradas. Há um descaso deste ponto por parte da prefeitura.
- Política Pública de Assistência Técnica, para tornar a atividade de produção de leite, do ponto de vista de custo, suportável. Hoje se você chamar um veterinário tem que pagar um salário mínimo por dia. Nós temos a facilidade de ter assistência técnica porque estamos na cooperativa; quem não está, enfrenta severas dificuldades.
- Políticas Públicas de desoneração fiscal do leite e de seus insumos produtivos.

O Sr. José Coelho Rios reforça as mesmas reivindicações

- Políticas de acesso à assistência técnica;
- Políticas de manutenção das estradas;
- Políticas para a construção de represas para melhorar o acesso à água;
- Política de Regulação de preços pagos ao produtor pela indústria.

Posicionamento endossado pelo Sr. Carlos Lourenço

São necessárias:

- políticas públicas de fomento à educação no campo. Cursos direcionados para os produtores, não apenas para de formação técnica, mas também de capacitação para o trabalho, direcionada para os

trabalhadores da pecuária leiteira, para que tenham consciência que precisam retribuir o trabalho em função daquilo que eles ganham. Hoje a nossa maior dificuldade é de pessoal; trabalhamos como uma mão de obra sem cultura nenhuma, pessoas que não sabem ler, nem escrever; esse pessoal acha que por estar ganhando pouco não precisa ter comprometimento com o serviço que estão desempenhando. A rotatividade do setor é muito alta;

- Políticas Públicas de apoio logístico de conservação das estradas para escoar a produção;
- Políticas Públicas de infra-estrutura como melhoramento da qualidade da energia nas propriedades;
- Políticas Públicas de fomento a empresas que agregam valor ao leite, ou seja, incentivar que outros empresários possam beneficiar o leite, através de fábricas de queijos, iogurtes e de derivados do leite que aumentem o seu consumo.

#### O Sr. Ruy Rodrigues de Souza reforça e resume as questões levantadas

- As principais políticas públicas necessárias para atividade, na minha opinião, são:

- Políticas Públicas de fomento e acesso à Assistência Técnica;
- Políticas Públicas de fomento e acesso a especializações e cursos de capacitação nas áreas de pecuária leiteira e também de economia;
- Políticas Públicas de fomento à industrialização regional do leite a fim de gerar mais empregos para o município;
- Políticas Públicas de incentivos fiscais;
- Políticas públicas para o melhoramento de Infra-Estrutura Logística;
- Políticas Públicas de regulação e marcação de preços mínimos de venda em relação às indústrias, que garantam uma remuneração básica ao produtor e reduza as acentuadas variações anuais de preços.

#### 4.6.2.3 Avaliação do momento atual

Em 2014 foi efetuada nova entrevista com o Senhor Ruy que incluiu questionamentos quanto à evolução da cooperativa no intervalo entre o início da pesquisa de campo e o final, período que somou um ano e sete meses.

Fazendo um balanço do ano de 2013 (período em que os preços modificaram o patamar histórico de preços) avaliou-se como positivo, neutralizado, porém, por um resquício do ano de 2012, que foi muito ruim. Os cooperados iniciaram 2013 com dificuldades financeiras advindas de 2012. Em 2013 comprou-se farelo de soja a R\$ 1400,00 a tonelada, e milho por volta de R\$ 30,00 a saca de 60 kg, ou seja, foi um ano de recuperação em relação ao ano de 2012.

A CPLP mudou de endereço, conseguindo ampliar a sede apresentando hoje uma condição de melhora em relação ao ano de 2013, devido a uma parceria de vendas com a Nestlé, que fortaleceu a cooperativa e também os produtores.

Quanto à fábrica de rações, que foi apontada como uma das prioridades em 2013, foi realizado um estudo de viabilidade e chegou-se a conclusão de que, nas condições atuais, montar a fábrica seria inviável. Para vender ração para os cooperados, a CPLP teria que concorrer com o mercado (praticando os mesmos preços destes, o que não se enquadra nos princípios da cooperativa), devido ao alto custo da operação, concluindo que seria melhor que os produtores fabricassem a ração em suas fazendas, cabendo à cooperativa dar o suporte que já vem oferecendo aos cooperados, como o trabalho de cotação e às vezes negociar alguma linha de crédito ou intermediar a compra de matéria prima para que os produtores fabriquem a ração em suas propriedades. A cooperativa estuda também se irá construir a sede própria devido ao custo da construção em contraponto com a utilização do fundo de reserva para giro, ou para aumentar o volume de compras de insumos, beneficiando os cooperados.

Como balanço geral Sr. Ruy aponta novamente para a necessidade de apoio para o setor

Quando eu era funcionário da Itambé, que é a cooperativa de Minas Gerais, a gente já ouvia falar de cooperativas em Minas Gerais e dizíamos que chegaria um tempo que se o pessoal não estivesse voltado para associações ou cooperativas, formando um grupo de produtores que reúnem um volume maior de leite, a atividade se tornaria inviável. Problemas como inflação, variação do Dólar, variação da bolsa de Chicago, dificuldade em fazer o funcionário da propriedade entender que pelo seu grau de ensino, e até mesmo pelo salário que vem recebendo na propriedade, sem custo nenhum, como de energia, de água, mediante sua garantia alimentícia e de moradia em relação a quem está na cidade, a atividade é importante e se traduz em um meio de sustentação, que deve ser expandida e mantida no meio rural. Contudo, a atividade necessita de políticas públicas de sustentação, porque as cooperativas não podem garantir todas as necessidades dos produtores.

A pecuária leiteira é uma atividade árdua. As primeiras ordenhas se iniciam antes do nascer do sol, são retomadas no período vespertino e terminam após o pôr do sol. A lida ocorre todos os dias do ano. Não há feriados, recessos ou exceções. A produção ocorre, como narra Silva e Estevam (2012) debaixo de forte chuva ou no sol escaldante. Na pecuária leiteira o turno é único.

Por se tratar de uma atividade que depende da natureza, as dificuldades são muitas: prolongamento do período de chuva ou de seca, pragas nas lavouras, doenças no rebanho. No entanto, a maior intempérie se chama mercado. Os preços oscilam mais de 25% ao ano e quando sobem, como ocorreu no ano de 2013,

sobem também os preços dos insumos industriais da agricultura, como adubos, sementes, defensivos, vacinas e medicamentos veterinários. (SILVA e ESTEVAM, 2012).

As cooperativas tem se mostrado, de fato, como percebido nas entrevistas, uma alternativa fundamental para a manutenção da atividade de pecuária leiteira, não apenas em Piracanjuba, como em outras partes do país, como em Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Contudo, não resolvem os problemas estruturais do setor do leite, tampouco, de forma geral, as cooperativas não são a solução da questão agrária. Representam uma organização social, uma iniciativa que minimiza mas não elimina os problemas de falta de apoio e fomento à produção de alimentos, de proteção de preços, de criação de marco regulatório, de seguro contra intempéries naturais, de garantias ao trabalhador, de melhoria de remuneração, de proteção no mercado. A isto, entende-se, precisa-se do Estado e de Políticas Públicas. Estas são as reivindicações dos produtores.

## CONCLUSÃO

Este trabalho discutiu sobre a questão agrária e o desenvolvimento nacional. A agricultura, principalmente a familiar, é a maior responsável pela produção de alimentos que abastecem o mercado interno. Além disso, em vários períodos históricos e em várias partes do mundo, a agricultura é o elemento fundamental de geração de desenvolvimento.

Principalmente após a década de 1990, com o fortalecimento do *agribusiness*, a agricultura se modernizou e a produtividade tem demonstrado resultados crescentes. Contudo, a rentabilidade e as condições de sobrevivência do homem do campo não têm acompanhado esta modernização. O pequeno e médio produtor, principalmente os familiares, não desfruta das mesmas condições, ou oportunidades de fomento à produção que os grandes empresários rurais, mas acabam concorrendo com eles, em uma disputa desleal de mercado.

Suas condições de custo são desfavoráveis, bem como o acesso a terra, mão-de-obra, insumos produtivos, assistência técnica, canais de financiamento público e programas de fomento à produção. Esta condição tem mantido o produtor rural em uma condição de atraso, conservadora no campo.

Se por um lado a agricultura se desenvolveu, por outro, os produtores familiares se vêem em uma condição disparate, com uma remuneração abaixo de outras atividades de mercado, o que levou a expansão de eventos migratórios rumo às metrópoles, causando uma série de deseconomias de escala nestas regiões.

A produção rural e principalmente a familiar se transformou. O complexo rural deixou de ser um *lócus* autônomo, no qual se produz quase de tudo que se necessita para a sobrevivência, abrindo espaço para monoculturas, visando a comercialização. A produção familiar especificamente, deixou de ser praticada pela família propriamente. Filhos, sobrinhos e netos dos produtores estão nas cidades em busca de melhores remunerações e condições de vida, deixando no meio rural, produtores envelhecidos, confinados a uma atividade árdua, de exaustivo turno de trabalho, que não proporciona descanso semanal, feriados ou férias.

Esses produtores, então acabam contratando no mínimo um funcionário para auxiliar no trabalho, o que onera ainda mais os custos produtivos, juntamente com a

necessidade de investimentos em mecanização, o que eleva a produção e proporcionalmente seus custos operacionais.

De forma geral, os produtores tem se organizado em cooperativas como forma única de através da união se manterem na atividade e na região mediante suas determinadas cadeias produtivas.

A organização em cooperativas é importante pois aumenta o poder de compra de insumos, gera assistência técnica especializada para os produtores, além de negociar de forma diferenciada o valor dos produtos junto às indústrias.

Apesar de apresentar papel fundamental, as cooperativas de produção não resolvem o problema da questão agrária. A isso deve-se o papel do Estado e de políticas públicas, não apenas localistas, mas de cunho territorial, de apoio e fomento à atividade, fundamental para o desenvolvimento.

Neste trabalho, tal discussão foi ilustrada pela pecuária leiteira, importante atividade geradora de alimento, em uma das principais bacias brasileiras, o município de Piracanjuba, em Goiás.

Nesta região percebe-se nitidamente o fenômeno da modernização conservadora. A produção de leite alcançou índices crescentes na última década, mas o valor do litro de leite, e conseqüentemente, da remuneração do produtor, não têm acompanhado tal avanço.

O êxodo rural na região é presente e os produtores familiares, a maioria com mais de cinquenta anos, tem contratado no mínimo um funcionário para a lida. Sua renda tem se demonstrado abaixo de outras atividades de mercado e a atividade não oferece nenhum tipo de garantia ou de seguro de saúde, por exemplo.

Em relato, estes produtores têm dito que a única forma de manutenção da atividade é através da organização em cooperativas de produção, para lhes aumentar o poder de negociação na indústria, a jusante e montante da fazenda. Tanto assim que têm até criado novas cooperativas, como o caso da CPLP – Cooperativa dos Produtores de Leite de Piracanjuba, para se fortalecer.

Contudo, estes produtores têm a clareza de perceber que as cooperativas não podem sozinhas fazer frente à questão agrária. Dependem de políticas públicas de variadas naturezas, como maior investimento em logística, em sistemas de represamento de água, em marco regulatório de preços, em incentivos à produção agregadas (fábricas de derivados do leite, como iogurtes e queijos, por exemplo),

facilidade de acesso ao crédito na região e programas públicos de assistência técnica.

Para tanto, este trabalho trouxe um eixo teórico organizado da seguinte forma em quatro capítulos. No primeiro, se abordou o conceito de desenvolvimento em uma perspectiva territorial. Observou-se que de acordo com o pensamento de Brandão (2007), Santos (1978), Tavares (1997), Furtado (1959) entre outros autores clássicos do desenvolvimento o localismo não deve se sobrepor ao território.

Políticas públicas locais são importantes, necessárias e desenvolvimentistas da região, mas se isoladas do contexto, do território, fragmentam a nação, isolam regiões, e acabam por aumentar as desigualdades. Políticas regionais devem ser preservadas e planejadas em um contexto nacional, fortalecedor do Estado.

Além disso, se discutiu nesse capítulo sobre o desenvolvimento do território brasileiro, e a questão da produção agrária e o desenvolvimento. Nesta perspectiva, segundo Koning (2013) a agricultura é o elemento fundamental para o desenvolvimento. Para esses autores não há nação no mundo que não tenha seu desenvolvimento nacional ligado à questão agrária, em várias etapas da história e em variadas regiões, não obstante no Brasil, foi visto que a questão agrária é diretamente ligada ao desenvolvimento nacional.

Sobretudo a agricultura familiar tem-se destacado nas nações mais dinâmicas como atividade capaz de gerar riqueza, manter o homem na atividade e no campo, reduzindo assim o êxodo rural e o caos social gerado por deseconomias de escala ocasionados por processos imigratórios. Interessante perceber por comparação que em várias destas regiões o desenvolvimento ocasionado pela agricultura teve interferência de políticas públicas, sobretudo territoriais, portanto sustentáveis.

O segundo capítulo deste texto abordou sobre as características da agricultura e desenvolvimento no Brasil buscando visualizar na retrospectiva histórica as transformações percebidas no campo, desde o complexo rural, passando pelo complexo agroindustrial até o *agribusiness*. Além disso, foi retratada também neste texto a temática da modernização conservadora e das raízes para a manutenção do atraso.

O Brasil teve a sua herança baseada em exploração, escravismo, coronelismo e políticas elitistas. Não obstante, no Estado de Goiás se percebe bases políticas patrimonialistas, oligopsônios e a manutenção do atraso, mediante a modernização do campo.

A agricultura moderna se depara com uma dialética: de um lado o *agribusiness* bate recorde de produtividade e por outro, o êxodo rural se expande. O agronegócio, altamente rentável não repassa seu crescimento para o trabalhador rural, que trabalha em turno único, todos os dias do ano, no sol ou debaixo de chuva. Sua remuneração é menor em comparação com outras atividades de mercado ou industrial e inexistem garantias trabalhistas, principalmente no molde familiar.

Se a agricultura está mais produtiva e fatura mais e em contrapartida esse crescimento não é repassado para o trabalhador, para onde vai este capital? Os estudos indicam que esses valores se dispersam na cadeia produtiva, pelas indústrias de transporte, de rações, farmacêuticas, químicas, de melhoramento genético, de ordenha e refrigeração, de embalagens, de sementes, adubos e defensivos e pelos prestadores de serviços (como veterinários, zootecnistas e agrônomos), como aponta Silva (2008).

Como a agricultura familiar poderia conviver com o *agribusiness* se não desfruta das mesmas condições de acesso à terra, às linhas de financiamento, de fomento à produção, assistência técnica, pesquisa científica, e apoio estatal? Entende-se que poderia ocorrer através da organização em cooperativas, e com o apoio de políticas públicas contundentes.

Na continuação do segundo capítulo são discutidas as idéias de Abramovay (1992) reafirmando, na perspectiva nacional, a perspectiva de Koning (2013), da importância da agricultura para o desenvolvimento, e a necessidade de políticas públicas para a manutenção da atividade. Abramovay (2003) chega a afirmar que a sustentabilidade da atividade rural pode estar nos dias atuais vinculadas à atividades não tipicamente rurais, como o ecoturismo, devido à escassez de fomento à produção agrícola e a dificuldade da agricultura familiar se posicionar frente ao *agribusiness*. Este texto se encerra com os estudos de Stringer (2001) concordando as idéias de Abramovay, no qual demonstra as novas funções de uso indireto da agropecuária. Neste ponto, se levanta a discussão? Como fica a realidade do produtor familiar que tem na produção rural sua única forma de sustento? Se entende que este tipo de trabalho é a única atividade que poderá desenvolver? Se este não for mais viável financeira e economicamente, como poderá sobreviver e sustentar a sua família?

Aprofundando nesta análise, o terceiro capítulo aborda esta problemática no estado de Goiás, explicando a formação do território goiano, desde a Lei de Terras em 1850, passando pelo coronelismo e explicando que a questão da terra no estado sempre esteve vinculada à elite agrícola, como modelos políticos que privilegia as grandes plantações e produtores, com a formação de oligarquias bem posicionadas e oligopsônios. Esta herança cultural explica a questão da terra vista nos dias atuais no estado de Goiás e a dificuldade estrutural dos pequenos, médios e produtores familiares para permanecerem no mercado ou receberem algum tipo de política de beneficiamento desta classe, não elitizada. Esta discussão reforça a necessidade de políticas públicas territoriais, de aplicação regionalizada, mas fundadas e controladas pelo Estado.

Por fim, o último capítulo traz o caso da Cooperativa dos Produtores de Leite de Piracanjuba – CPLP para ilustrar através de um exemplo prático a questão agrária e o desenvolvimento nesta região que tem se destacado nacionalmente em termos produção de leite.

Os produtores de leite da região, a maioria familiares, convivem com a questão do êxodo rural. Os mais jovens deixaram a zona rural em busca de melhores oportunidades nas cidades. Os produtores, em sua maioria com mais de cinquenta anos, tiveram então que contratar funcionários e mecanizar a produção para sobreviver no mercado perante às imposições da indústria de qualidade e quantidade de litros de leite/dia.

Grande parte desses produtores têm na pecuária leiteira sua única fonte de renda e a terra como única garantia financeira. Não possuem nenhum tipo de benefício trabalhista, tampouco de possibilidades de melhorias da qualidade de vida.

Em relato, percebem no cooperativismo uma forma de organização social eficaz, de fortalecimento e representatividade política, tornando-se a única forma de se manterem na região e de sustento de sua atividade. As cooperativas possibilitam melhores condições de compra dos insumos, assistência técnica especializada, intermediação com bancos ou entidades de fomento, e principalmente maior capacidade de negociação de preços com as indústrias, que varia muito durante o ano. Como exemplo, narrou o Sr.Ruy, administrador da CPLP durante a entrevista realizada *in loco* na CPLP: - “Um grande produtor que produz cerca de 4000 litros de leite por mês não pode se comparar com a união de vários produtores familiares,

que juntos vendem 1,9 milhão de litros de leite por mês.”. A união dos produtores fortalece seu poder de barganha com a indústria.

Contudo, apesar de relevante, as cooperativas não podem resolver o problema da questão agrária, que se enquadra na formulação de políticas públicas, principalmente para os pequenos e médios produtores familiares.

Portanto, a conclusão final deste trabalho é o desenvolvimento de Políticas Públicas que apoiem os pequenos, médios e os produtores familiares, que não podem concorrer em igualdade com a agroindústria e que em contrapartida, são essenciais para a produção nacional de alimentos.

Na pesquisa percebeu-se que as demandas dos produtores vão além da obtenção de crédito, oferecido com sucesso pelo PRONAF.

Os objetivos do trabalho foram cumpridos e as hipóteses confirmadas. Sugere-se, portanto, algumas propostas de temas para políticas públicas estabelecidas a partir das demandas dos produtores da pecuária leiteira no município de Piracanjuba-Goiás. Os produtores sugerem que as políticas públicas contemplem:

- Melhorias na infra-estrutura energética, de captação e retenção de água e logística;
- Programas de educação e formação técnica para o produtor familiar;
- Programa de assistência técnica pública, destina principalmente ao pequeno, médio e produtor familiar;
- Programa de assistência de saúde e previdência especial para o trabalhador rural;
- Marco regulatório que garanta o pagamento do preço mínimo (o que promoveria uma remuneração mínima para o trabalhador);
- Programa e fomento de beneficição da produção, para agregar valor ao produto rural e fazer a renda circular na região, gerando novos empregos, como o incentivo de indústrias locais de derivados do leite, como fábricas de iogurtes e queijos, com selos de inspeção local.

Além destas propostas, deve-se salientar as propostas enunciadas por Silva (2008, p. 76-77) em sua pesquisa de campo no município de Piracanjuba. Entre suas propostas, destacam-se:

- “Buscar o desenvolvimento de políticas sociais que atendam às necessidades do pequeno e médio produtor e do produtor familiar”;
- “No campo da educação: rede de escolas que permitam às crianças irem à escola sem longos deslocamentos; conteúdos de ensino adequados para a realidade local que não afastem as crianças do seu cotidiano; qualificação dos jovens para atividades relacionadas ao trabalho no campo”;
- “Fazer com que a renda do leite beneficie o produtor e as pessoas envolvidas na região e se reverta em desenvolvimento local e regional, e circule na região”;
- “Buscar políticas que viabilizem, com sustentabilidade, o pequeno produtor. Afastar-se das políticas que viabilizam apenas o grande produtor, o elo industrial e da comercialização”;
- “Buscar formas de representação política dentro de associações já existentes ou formar novas associações que verdadeiramente espelhem os interesses do pequeno e médio produtor de leite e do produtor familiar”;

Essas políticas de aplicação local mas de caráter territorial poderiam reduzir o êxodo rural e o caos urbano causado pelas deseconomias de escala causadas pela imigração, gerando desenvolvimento local e regional.

A conclusão final deste trabalho consiste em defender que a respeito da experiência cooperativista realizada na cidade de Piracanjuba-Goiás com o advento da CPLP, o cooperativismo representa nos dias atuais a alternativa mais contundente, prática e sólida de organização dos produtores familiares, principalmente da cadeia do leite, para manutenção de sua atividade e em sua região, para coexistência com a agroindústria e com o agronegócio, para o desenvolvimento não apenas local, mas sustentável em caráter territorial. Contudo, a organização e articulação social em cooperativas não é a única alternativa viável para a problemática da agricultura familiar *versus* o *agribusiness*: a produção agropecuária, essencial para o desenvolvimento territorial econômico, social e sustentável depende de políticas públicas competentes, eficientes e eficazes, com o apoio e participação do Estado. Este é o passo necessário, que juntamente com as

cooperativas, pode gerar o desenvolvimento territorial sustentável, necessidade de todos os cidadãos.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo - Rio de Janeiro - Campinas: UNICAMP, 1992.

\_\_\_\_\_. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

ARAÚJO, N. B.; WEDEKIN, I.; PINAZZA, L. A. **Complexo agroindustrial: o “agribusiness” brasileiro**. São Paulo: Agrocere, 1990.

ARAÚJO, T. B. de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: REVAM/FASE, 2000.

AFFONSO, R. de B. Á.; SILVA, P. L. B.. **Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: UNESP, 1995.

AMIM, A.; ROBINS, K. Regresso das economias regionais? A geografia mítica da acumulação flexível. In George Benko e Alain Lipietz (orgs), 1992. **As regiões ganhadoras – distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica**. Oeiras: Celta Editora, 1994.

BATALHA, M. O. et al. **Gestão agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 1997.

\_\_\_\_\_. **Gestão agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 2001.

BECKER, B. K. **Logística e a nova configuração do território brasileiro: que geopolítica será possível?** Brasília: UNB, 2007.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: UNICAMP, 2007.

BURREL, A.; HILL, B.; MEDLAND, J. **Statistical handbook of U.K. agriculture**. Londres: Macmillan, 1984.

CAMPOS, F. I. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia: UFG, 1983.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)**. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

CARDOSO, A. Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre a inércia social. São Paulo: nº 80, **Novos Estudos CEBRAP**, março de 2008.

CASTILHOS, D.S.B.; BITTENCOURT, G.A.; SILVA, H.; BIANCHINI, V. **Principais Fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Curitiba – Brasília: FAO - INCRA, 1998.

CARLEIAL, L. M. da F. A questão regional no Brasil contemporâneo. In LAVINAS, L. et al. (orgs.). **Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1993.

CASTLE, E.N. *A conceptual framework for the study of rural places*. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 80, n.3, p. 621-631, 1998.

CASTRO, I. E. de. Visibilidade da região e do regionalismo: a escala brasileira em questão. In LAVINAS, L. et al. (orgs.). **Integração, Região e Regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COSTA, E. V. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

\_\_\_\_\_. **The Brazilian land law of 1850 and the Homestead Act of 1862**. Trabalho apresentado na reunião anual da LASA, Wisconsin, 1972. Traduzido do inglês por Marco Aurélio Nogueira e Regina Maura N. B. Bruno.

COUTINHO, L. O desafio urbano-regional na construção de um projeto de nação. In GONÇALVES, M. F. et al. (orgs.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: UNESP/ANPUR, 2003.

DELGADO, G.C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 1985.

DINIZ, M. H. **Código Civil anotado**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

DUARTE, S. de C. **Notas e apostila de aula**. Mestrado em desenvolvimento e planejamento territorial. Goiânia: PUC, 2012.

ELLIS, F. **Peasant economics – farm households and agrarian development**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

ESTEVAM, L. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. Goiânia: 1998.

FAO. **El estado mundial de la agricultura y la alimentación: los ingresos rurales no agrícolas em los países em desarrollo**. Roma: 1998.

FAO/SDA. **Program on rural indicators**: 1998.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2006.

FÉLIX, L. **O ciclo virtuoso do desenvolvimento responsável**. São Paulo: Instituto Ethos, 2003.

FRIEDMANN, H. *Simple commodity production and wage labour in the american plains. The Journal of peasant studies*, vol. 6, nº 1: 71 – 100p. 1978.

\_\_\_\_\_. *The family farm in advanced capitalism: outline of a theory of simple commodity production in agriculture*, 1985.

FURTADO, C. [Formação Econômica do Brasil](#). Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GALINDO, O.; SANTOS, V. M. dos. Centro-Oeste: evolução recente da economia regional. In AFFONSO, R. de B. Á. e S.; Barros, P. L. **Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: UNESP, 1995.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, M. da G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

GUILHOTO, J. J. M. et al. A importância do Agronegócio Familiar no Brasil. São Paulo: **Revista de economia e sociologia rural**, v.44, p.355-382, 2006.

GUIMARÃES, A.P. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades regionais e federalismo. In PACHECO, C. A. **Fragmentação da Nação**. Campinas: UNICAMP, 1998.

HARVEY, D. **Os limites do capital** (Título original: *The Limits to Capital*. Chicago [1980]. [Verso, 2007]) Tradução Magda Lopes, São Paulo: Boitempo, 2013.

HOBSDBAWM, E. J. E. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

HOLLOWAY, T. H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JOHNSON, G.L. *The modern family farm and its problems: with particular reference to the United States of America: In Papi, U. et al. (org). **Economic problems of agriculture in industrial societies***. Londres: Macmillan, 1969.

KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In Guilherme Costa Delgado (org.). **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, v.1, p.113-223, 1990.

KONING, Niek. **Integration through subordination; the politics of agricultural modernisation in industrial europe**. Belgium: Brepols, 2013. Traduzido do inglês por Margot Riemann Costa e Silva, 2014.

KRUGMAN, P. **Increasing returns and economic geography**. *Journal of political economy*, 1991.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LEAL, V.N. **Coronelismo, enxada e voto**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

MARASCHIN, A. de F. **As relações entre produtores de leite e cooperativas**: um estudo de caso na bacia leiteira de Santa Rosa – RS. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, 2004.

MARTINS, G. de A. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARX, K. *El capítulo del Capital, ítem 2. El valor de cambio surgido de la circulación presupone a esta y se perpetua y reproduce en ella por medio del trabajo, subitem, Capital y moderna propiedad de la tierra – Wakefield. In MARX, K. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundnsse) 1857- 1858.* Traduzido por José Flávio Bertero e Ana Maria de O. Rosa e Silva. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores. v. 1, pp. 216-224, 1971.

MEDEIROS, L.; LEITE, S. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre - Rio de Janeiro: Ed. UFRGS/CPDA,1999.

MEGIDO, J. L. T. XAVIER, C. **Marketing & agribusiness**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

\_\_\_\_\_. **Marketing & agribusiness**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEIRELLES, H. L. et al. **Direito Administrativo Brasileiro**. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MELGAÇO, Y.. **Notas de Aula**. Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial. Goiânia: PUC, 2012.

MICHELLON, E. **Cadeia produtiva & desenvolvimento regional**: uma análise a partir do setor têxtil do algodão no nordeste do Paraná. Maringá: Clichetec, 1999.

OCDE – Organização para cooperação e desenvolvimento econômico. **Créer dès indicateurs ruraux pour étayer la politique territoriale**. Paris, 1994.

OWEN, W.F. **A dupla pressão do processo de desenvolvimento sobre a agricultura.** In Araújo e Schuh (orgs.), 1966/1975.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação.** Campinas: UNICAMP, 1998.

PAULA, M. C. de. **Atuação da cooperativa mista dos produtores de leite de morrinhos (COMPLEM) e sua Influência no comportamento do produtor de leite do município de Morrinhos, no Estado de Goiás.** Florianópolis: UFSC, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2002.

PINTO, A. **Política e desarrollo.** Santiago: Editorial Univeritária, 1968.

PRADO, C. B. O capítulo XXV de O Capital: A teoria moderna da colonização como analogia à possibilidade de libertação da classe trabalhadora. Toledo: **Revista Espaço Acadêmico**, n. 86, jul. 2008.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense: 2006.

\_\_\_\_\_. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia.** São Paulo: Companhia das letras, 2011.

PORTER, M. **Vantagem competitiva na indústria.** São Paulo: Campus, 1986.

REIMER, I. R. **Trabalhos Acadêmicos: modelos, normas e conteúdos.** São Leopoldo: Oikos, 2012.

RUIZ, J. A. **Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTANA, Márcia de Alencar. **Notas de Aula.** Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial. Goiânia: PUC, 2012.

SANTOS, M. **Notas introdutórias ao Planejamento no Brasil.** Trabalho elaborado para a disciplina Estado, Território e Planejamento do Curso de Doutorado do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova.** São Paulo: HUCITEC, 1978.

\_\_\_\_\_. **Economia espacial: críticas e alternativas.** HUCITEC. São Paulo, 1978.

\_\_\_\_\_. **Espaço e sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Record, 2000.

SARACENO, E. **O Conceito de ruralidade**: problemas de definição em escala europeia. Programa de seminários INEA sobre desenvolvimento nas áreas rurais – métodos de análise e políticas de intervenção. Roma, 1996-1999.

SERVOLIN, C. **L'Agriculture moderne**. Paris: Seuil, 1989.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, G.S. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

\_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

SILVA, M. R. C. e S. **Pecuária leiteira Piracanjuba Goiás 2000-2006**: avançar para sistemas sustentáveis de produção. Goiânia: Editora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2008.

\_\_\_\_\_. (Sub) desenvolvimento, (des)igualdade e o papel do Estado. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**. Blumenau: 2013.

SILVA, M. R. C. e S.; ESTEVAM, L. **Modernização e expansão da produção agropecuária e desenvolvimento regional**: reflexões a partir do estudo da bacia leiteira de Piracanjuba em Goiás, 2000-2010. I Seminário de desenvolvimento regional, Estado e sociedade. Rio de Janeiro: 2012.

\_\_\_\_\_. O esvaziamento das regiões rurais: o caso da bacia leiteira de Piracanjuba – GO – Brasil (2000-2010). **REDES – Revista Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul:, v.18, n. 3, p. 62-81, set/dez 2013.

SILVA, M. R. C. e REZENDE, V. L. A. **Intensificação da produção leiteira em região do Centro Oeste**: impactos sociais e ambientais. Florianópolis: V Encontro Nacional da Anppas, 2010.

STEINBERGER, M. O significado da região Centro-Oeste na espacialidade do desenvolvimento brasileiro: uma análise geopolítica. In GONÇALVES, M. F. et al. (orgs.). **Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões**: o desafio urbano-regional. São Paulo: UNESP/ANPUR, 2003. pp. 609-620.

STORPER, M.; HARRISON, B. *Flexibility, hierarchy and regional developments: the changing structure of industrial production systems and their forms of governance in the 1990s*. **Research Policy**. North-Holland: v.20, n.5, 1991.

STRINGER, R. **How important are the 'non-traditional' economic roles of agriculture in development?** Austrália: Adelaide University, 2001.

TAVARES, H. M. **Origens da planificação capitalista, economia “concertada” e participação**. Manaus: FGV, 1992.

TAVARES, M. da C. **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Império, território e dinheiro. Estado e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000

VON MAYER, H. *Les Enseignements des Indicateurs Territoriaux*. **L'observateur de L' OCDE**, n. 210, p. 5-8, 1998.

WEBER, M. **Economy and Society: an outline of interpretive sociology**. Berkley: U. California, 1978.

- Pesquisa Digital:

ANBT NBR 6023 (2002). Associação brasileira de normas técnicas. Disponível em: <[www.habitus.ifcs.ufrj.br/pdf/abntnabr6023.pdf](http://www.habitus.ifcs.ufrj.br/pdf/abntnabr6023.pdf)>. Acesso em: 3 nov. 2014.

ACADEMIA GOIANA DE LETRAS. Disponível em: <[www.academiagoianadeletras.org/membro/jose-xavier-de-almeida/](http://www.academiagoianadeletras.org/membro/jose-xavier-de-almeida/)>. Acesso em: 12 ago. 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE LEITE. Leite Brasil. In Jorge Rubez. Disponível em: <<http://www.leitebrasil.org.br/>>. Acesso em: 15 jun. 2013

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/apoio/pronaf.html>>. Acesso em: 16 out. 2014.

CAVALCANTE, J. L. A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. Revista Histórica n. 2; junho de 2005. Disponível em: <[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/historica/edicoes\\_anteriores/pdfs/historica02.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/historica/edicoes_anteriores/pdfs/historica02.pdf)> Acesso em: 19 set. 2013.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. Disponível em <http://turandot.dieese.org.br/bdcesta/cesta.html>. Acesso em: 27 out. 2014.

EUROSTAT. European Commision. Disponível em: <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home>>. Acesso em: 27 out. 2014.

FAMÍLIA PIONEIRA. Disponível em: <[www.familiapioneira.blogspot.com.br/2010\\_01\\_01\\_archive.html](http://www.familiapioneira.blogspot.com.br/2010_01_01_archive.html)>. Acesso em: 12 ago. 2013.

FIPE - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. Disponível em <[www.fipe.com.br](http://www.fipe.com.br)>. Acesso em:

FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u49080.shtml>>. Acesso em: 28 mar. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Disponível em: <[www.icra.gov.br](http://www.icra.gov.br)>. Acesso em: 19 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Cadastro nacional rural. Disponível em: <[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)>. Acesso em: 1 set. 2014

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/default.shtm>>. Acesso em: 19 mar.2014.

\_\_\_\_\_. Censo 2001. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 10 set. 2014

\_\_\_\_\_. Censo 2010. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 10 set. 2014.

*JOURNAL OF THE AMERICAN COLLEGE OF NUTRITION*. Disponível em: <<http://americancollegeofnutrition.org/content/the-journal>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

LEI 601 de 18 de setembro de 1850. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm)>. Acesso em: 23 set. 2013

O VILABOENSE. Disponível em: <[www.ovilaboense.blogspot.com.br/2009/04/antonio-ramos-caiado-toto-caiado-1909.html](http://www.ovilaboense.blogspot.com.br/2009/04/antonio-ramos-caiado-toto-caiado-1909.html)>. Acesso em: 12 ago. 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Disponível em: <<http://www.who.int/en/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

PAIM, Antonio; PROTA, Leonardo; RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. O Estado Patrimonial. Instituto de Humanidades. Disponível em: <<http://www.institutodehumanidades.com.br/arquivos/o%20estado%20patrimonial.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2013.

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO: PLANO SAFRA. Disponível em: <[www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/Ministerio/Plano%20Agr%C3%ADcola%20e%20Pecu%C3%A1rio/Plano\\_agricola\\_e\\_pecuario2011-12.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/Plano%20Agr%C3%ADcola%20e%20Pecu%C3%A1rio/Plano_agricola_e_pecuario2011-12.pdf)>. Acesso em 14 ago. 2014.

WIKIPEDIA. Disponível em:

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina\\_principal](http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_principal)>. Acesso em: 12 ago. 2013

- Textos:

- Arranjos Produtivos Locais. Uma Alternativa Para o Desenvolvimento. Experiências de Política. Volume 2 de CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, H.M.M.; STALLIVIERI, F.

- Fundamentos do Pensamento Econômico Regional, de Leonardo Monasterio e Luiz Ricardo Cavalcante.

- Nota sobre o patrimonialismo e a dimensão pública na formação da América Latina contemporânea de Simon Schwartzman (12/10/2006).

- O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira de Rubens Goyatá Campante.

- O Estado Patrimonial de Antonio Paim, Leonardo Prota, Ricardo Vélez Rodriguez.

- Informação Verbal:

LABAIG, Henrique Carlos. Informação verbal. Pontifícia Universidade Católica de Goiás: Goiânia, 2014.

## ANEXOS

**Anexo 1. Cidade de Goiás, 1920.**

**Fonte: Wikipedia.**



## Anexo 2. Principais Coroneis do Estado de Goias.

Fonte: Wikipedia.



De pé (da esquerda para a direita): Francisco Ayres, Antônio Ramos Caiado, ?.  
Sentados: Luiz Gonzaga Jayme, Eugênio Rodrigues Jardim, Hermenegildo Lopes de Moraes, Olegário Pinto.

**Anexo 3. Principais Coroneis do Estado de Goiás. Parte II.****Fonte: Wikipedia.****José Leopoldo de Bulhões****José Xavier de Almeida****Antônio Ramos Caiado****Eugênio |Rodrigues Jardim**

### **Anexo 3. As Perspectivas Internacionais de Niek Konning (2013).**

#### 1. As regiões centrais (Europa Ocidental, Sul e Leste da Ásia) e a Revolução Industrial

##### *i. Europa Ocidental e a Revolução Industrial*

Segundo Koning (2013) a agricultura chegou à Europa Ocidental cerca de 7.000 anos atrás, onde encontrou um clima adequado e solos bem drenados. Uma revolução agrícola baseada na costumeira divisão entre pastagens e terras aráveis e a transferência de nutrientes do solo a partir da primeira para a segunda, estabulando o gado e prendendo-o em pastagens, foi o apoio para o crescimento dos Impérios Grego e Romano.

A decadência de Roma foi atrelada a exaustão desta revolução tradicional agrícola e arrastou uma diminuição importante da população.

Segundo Mazoyer & Roudart *apud* Koning (2013, p. 8):

(...) uma revolução medieval agrícola, com base no arado de aiveca, novos tipos de arreios e a substituição de bois por cavalos, permitiu a expansão do sistema agrícola clássico baseada em solos férteis para regiões de solos mais pesados. Isso permitiu o crescimento da população e a ascensão das cidades italianas, flamengas e hanseáticas na Alta Idade Média. Após nova crise no século 14, a retomada de um novo ciclo de expansão agrícola tornou-se a base da revolução comercial que levou ao sistema europeu de comércio mundial no século 16.

Ainda de acordo com Koning (2013), as cidades, comércio e indústrias produziram novas oportunidades para os agricultores. No entorno das cidades comerciais do norte da Itália e Flandres ampliaram sistemas agrícolas altamente desenvolvidos e intensivos, baseados em abstrusas rotações de cultura e a utilização de resíduos e sub-produtos urbanos como fertilizantes e rações.

A evolução destes sistemas de produção apresentava-se muito avançada em relação a áreas mais afastadas, nas quais os altos custos de transporte e problemas de escoamento forçaram os agricultores a sustentar modelos mais extensivos por muito maior período de tempo.

Assim, as revoluções comerciais influenciaram fortemente as revoluções agrícolas, inclusive a sua geografia, não determinando, porém, o eixo das revoluções agrícolas que seguia sendo a relação entre demografia e preços agrícolas.

A revolução industrial moderna modificou este panorama. Uma nova revolução agrícola, ocorrida em meados do século XVIII que envolveu a supressão do sistema de pousio por sistemas de rotações foi decisiva para promover a II Revolução Industrial em 1875. Um novo tempo de crescimento agrícola aumentou a demanda por produtos não-agrícolas e gerou um moderno ritmo industrial, iniciando com a ampliação dos distritos rurais "proto-industriais", onde fiandeiros e tecelões trabalhavam para comerciantes, como empregados.

Esses distritos eram alocados em áreas nas quais as condições ecológicas eram menos propícias para a agricultura, de modo que a expansão da população acarretava no aumento do quantitativo de agricultores e trabalhadores pobres, disponíveis para trabalho não agrícola, além de potencializar a demanda por produtos manufaturados. Em sequência ocorreu o sistema de fábrica, que segundo Landes (1969) *apud* Koning (2013), "os trabalhadores foram concentrados e passaram a ser supervisionados pelos empregadores, ao mesmo tempo, máquinas ajudavam a superar os estrangulamentos na oferta de mão de obra".

A influência da Revolução Industrial sobre o desenvolvimento agrícola, até em meados de 1875, copiava o exemplo das revoluções comerciais anteriores. A industrialização aumentava a demanda por produtos agrícolas o que avigorava a clássica influência do crescimento populacional sobre os preços agrícolas, que se mantiveram elevados enquanto os salários permaneceram baixos. Desta forma, o desenvolvimento agrícola era liderado pelo empreendedorismo dos grandes agricultores, fato que estimulava políticas agrícolas liberais.

Após 1875, ocorre uma nova etapa da Revolução Industrial, conhecida como "Segunda Revolução Industrial" que gerou uma grande modificação nos mercados agrícolas.

De acordo com Koning (2013, p. 10):

(...) custos baixos de transporte internacional e de fertilizantes industriais impulsionaram a produção agrícola em todo o mundo. O surgimento da eletricidade, da indústria química e a introdução de novas tecnologias de combustão levaram à substituição de produtos agrícolas por minerais

produzidos em grande escala. Quebrou-se a conexão ricardiana entre crescimento da população e aumento dos preços dos alimentos. Pela primeira vez na história, os preços agrícolas internacionais caíram em consequência do excesso de oferta gerado pelo progresso econômico, a causa não era como em períodos anteriores o declínio da população em função de uma crise malthusiana. A queda dos preços começou pela queda nos preços dos grãos, o que levou muitos agricultores europeus a expandirem a pecuária. Devido a este fato e em função de novas importações de produtos de origem animal que foram facilitados pela tecnologia do transporte refrigerado, após alguns anos, os mercados de produtos de origem animal também apresentaram excesso, de modo que seus preços também caíram. Enquanto isso, nos mercados de trabalho a competição entre indústria e agricultura aumentava, de modo que os salários aumentavam apesar da queda nos preços de produtos agrícolas.(...) Na ausência de uma significativa economia de escala esta evolução afeta as estruturas agrícolas.

O aumento dos salários aumenta a vantagem das pequenas propriedades, baseadas principalmente na utilização da mão de obra familiar, enquanto a redução das margens de lucro agrícolas reduz os investimentos das grandes propriedades, rompendo a sua liderança técnica. A quantidade de grandes fazendas diminuía, enquanto aumentava a agricultura familiar - primeiramente na pecuária intensiva e na horticultura, onde as grandes fazendas sempre apresentaram menores vantagens. Muitos trabalhadores abandonaram o campo, mas não em quantidade para acabar com a superprodução. Muitos agricultores intensificaram o trabalho e adotaram novas técnicas para aumentar a produção. No viés da mudança tecnológica gerava-se a superprodução. Um equilíbrio entre o crescimento da oferta e demanda só foi alcançado quando ocorreu um achatamento importante das margens de lucro que reduziu o investimento. KONING (1994); SCHULTZ (1945) *apud* KONING (2013).

Esta conjuntura provocou a necessidade de apoio tanto dos grandes quanto dos pequenos agricultores, além dos industriais que temiam que a o atraso rural se tornasse uma ameaça aos seus produtos. Nessas condições, políticas agrícolas liberais foram substituídas por intervenções do governo, como por exemplo através do apoio do estado para a pesquisa e extensão agrícola e subsídios aos rendimentos agrícolas.

Segundo Koning (2013, p. 12):

(...) desde o final do século 19, a maioria dos países da Europa Ocidental têm protegido seus agricultores. Quando os preços caíram novamente em 1930, todos os países ocidentais passaram a proteger seus agricultores. As políticas de apoio pavimentaram o caminho para um novo modelo de desenvolvimento agrícola baseado na modernização das explorações

agrícolas familiares, e não mais nas grandes propriedades. Em quase toda a Europa Ocidental, a agricultura familiar se tornou o tipo de exploração agrícola dominante.(...). Este desenvolvimento foi acoplado a uma revolução nos sistemas de criação de gado.

A industrialização moderna aumentou a renda dos trabalhadores, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, o que acresceu a procura por produtos de origem animal. Além disso, os novos métodos de produção (incluindo a criação intensiva de gado) reduziram os preços de muitos produtos de origem animal, estimulando também a demanda destes produtos. Conseqüentemente, a produção pecuária dos países desenvolvidos cresceu de forma importante. A ampliação do consumo de alimentos de origem animal apresentou conseqüências relevantes para a saúde das populações. Estes alimentos possuem proteínas e micronutrientes essenciais para a alimentação e nutrição da população que não são encontrados com facilidade nos alimentos de origem vegetal.

Neste contexto, afirma Koning (2013, p. 13) que:

(...) a industrialização moderna provocou uma desindustrialização do campo. Até o final do século XIX, a Revolução Industrial ocorreu principalmente em áreas rurais. Mesmo quando as fábricas passaram a substituir as indústrias domésticas proto-industriais elas subsistiam em pequenas cidades de economia rural, onde a mão de obra era mais barata e não existiam controles institucionais muito restritivos. A Segunda Revolução Industrial, no entanto, implicou na concentração de indústrias nas grandes cidades metropolitanas, e muitas áreas rurais voltaram a ser exclusivamente agrícolas. Enquanto isso, a modernização das explorações agrícolas familiares provocava o êxodo de trabalhadores rurais de fazendas demasiadamente pequenas para serem viáveis. Onde atividades não-agrícolas eram escassas, as pessoas passaram a migrar para os centros industriais. O resultado foi um êxodo rural que, por vezes, levou a um esvaziamento de grandes extensões de zonas menos favorecidas.

## *ii. Sul e Leste da Ásia*

Segundo Koning (2013), na ocasião em que os europeus colonizaram a Indonésia, Índia e partes do sudeste da Ásia (mas não a China, Japão e Tailândia) assumiram a autoridade do Estado, contudo, na base, a organização social pré-existente continuou praticamente intacta.

As estruturas sociais asiáticas promoveram movimentos de classes de agricultores que pediam apoio do governo<sup>48</sup>. Contudo, os governos coloniais não forneceram aos agricultores asiáticos a proteção provida nas metrópoles coloniais.

---

<sup>48</sup> Assim como ocorreu com os agricultores dos países ocidentais.

Desta forma, os baixos preços desanimaram investimentos por parte dos agricultores na gestão sustentável da terra, que segundo Koning (2013) é prerrogativa necessária para garantir o crescimento sustentável da população.

Neste contexto, afirma Koning (2013, p.15) que:

(...) culturas asiáticas ascético-comerciais produziram governos pós-coloniais que eram sensíveis a projetos de desenvolvimento nacional de longo prazo. Além disso, esses governos estavam mais abertos para as demandas dos movimentos de agricultores que os governantes coloniais tinham sido. Vários governos conscientemente apoiaram e protegeram seus agricultores. Isso permitiu um desenvolvimento acelerado da agricultura que, juntamente com a utilização de variedades de trigo, arroz e milho de alto rendimento desenvolvidos por instituições de pesquisa internacionais, levou à Revolução Verde, passando a ser um motor de crescimento econômico e industrialização bem sucedida.

Este fato gerou a elevação da renda e da demanda por produtos de origem animal, expandindo a produção de suínos e aves, e o desenvolvimento de sistemas integrados de peixe-pecuária-grãos em bacias de rios. EDWARDS (2002) *apud* KONING (2013). Em decorrência, desde os anos 1960, a incidência da fome e a insegurança alimentar foram intensamente reduzidas.

## 2. Regiões periféricas (Europa Oriental, América, Oceania, África do Sul)

Próximo às regiões centrais existem locais que foram tomadas por imigrantes dos países centrais. Estas regiões, em sua maioria, apresentavam menor densidade populacional e menores níveis de desenvolvimento.

De forma geral, as invasões de imigrantes nessas regiões envolviam dois modelos de ocupação: um com grandes fazendas ou plantações, e outro, com assentamentos de colonos. O modelo a ser escolhido dependia da situação na terra natal dos imigrantes e do caminho escolhido pelo poder colonial nos novos territórios. Também a lógica de mercado apresentou clara relevância: - as culturas de exportação rentáveis promoveram o incremento de grandes propriedades ou plantações, à medida que, sua falta incitava fazendas de colonos de tamanho moderado.

Nas colônias de povoamento fora da Europa, o clima físico apresentou também influência sobre a viabilidade de culturas de exportação e, por consequência, sobre o desenvolvimento das estruturas de exploração.

Segundo Koning (2013, p. 17):

Nas partes (sub) tropicais das Américas (do Brasil ao sul dos EUA) podiam ser cultivadas culturas como açúcar ou tabaco, que não eram produzidas na Europa. Estes produtos alcançaram elevados preços no mercado europeu, fato que viabilizou o transporte de longa distância, levando ao surgimento de grandes propriedades e plantações nas regiões em questão. Por outro lado, colônias em áreas de clima temperado só logravam cultivar produtos como grãos ou carne que competiam com produções europeias. Antes do final do século XIX, os preços de transportes eram demasiado elevados, inviabilizando as exportações.(...) Nas zonas (sub) tropicais, a disponibilidade de terras para o estabelecimento de núcleos de camponeses autônomos provocou escassez de mão de obra nas plantações. Plantadores, portanto, recorreram à compra de escravos africanos ou recrutavam trabalhadores com contrato de longo prazo entre as pessoas pobres na Europa ou na Ásia. Criou-se assim uma divisão social entre elites de plantadores e massas de trabalhadores rurais sem direitos. Esta situação fez com que estruturas políticas aristocráticas (ou "oligárquicas") deixassem sua marca no desenvolvimento econômico. (...) Nas zonas temperadas, não existiam plantações de grande porte para a exportação com trabalho escravo ou *coolie*<sup>49</sup>. A abundância de disponibilidade de terras inibia um aprofundamento da desigualdade. Altos salários e baixo preço de terras estimulava a vinda de novos imigrantes, que inicialmente trabalhavam como assalariados, mas logravam a ascensão para a condição de agricultores independentes.

Nos assentamento de colonos, quanto mais a terra se tornava escassa, maior passou a ser a diferenciação social na população de colonos e as estruturas agrícolas e de classe se tornaram mais semelhantes daquelas das regiões centrais.

Dois fatos merecem, segundo Koning (2013), destaque neste íterim: O maior peso de agricultores e comerciantes de classe média nessas regiões acarreta em maior participação política, que somada a uma participação menos significativa das culturas de exportação, propiciava maior demanda para bens de consumo direcionados à classe média, motivando a industrialização nacional.

Após 1875 navios a vapor, ferrovias e o início do transporte refrigerado eliminaram o gargalo dos transportes e viabilizaram a produção de carne, grãos e produtos lácteos destinados à exportação para a Europa. O grande crescimento da atividade agrícola apresentou-se como um fator relevante para as quedas recursivas de preços internacionais agrícolas após 1875.

Segundo Koning nos países de clima temperado ocupados por colonos, o apoio do governo direcionado à agricultura familiar ganhava mais espaço, mas com

---

<sup>49</sup>Trabalhador não qualificado ou carregador, normalmente residente ou originário do Extremo Oriente, contratado em troca de salário baixo ou de subsistência.

o tamanho das fazendas permanecendo maior do que na Europa e a agricultura se mantendo orientada para a exportação de produtos pecuários e de lavouras temporárias. As políticas de proteção agrícola foram adiadas para 1930, momento de nova queda dos preços agrícolas.

No sistema de *plantation*, neste mesmo período, nas sociedades latifundiárias nas Américas (sub) tropicais e no Oriente (e partes do sul da Europa), políticas aristocráticas e o subdesenvolvimento industrial repassaram o ônus da crise agrícola (de 1930) para os pobres rurais por parte das elites agrárias.

Segundo Koning (2013, p. 20)

Grandes fazendas e grandes plantações sobreviveram com o estabelecimento de sistemas de controle repressivo do trabalho ou o despejo em massa ("marginalização") de trabalhadores que tinham direitos precários sobre a terra que cultivavam. (...) Condições opressivas de trabalho ou a adoção de sistemas de produção extensivos acoplados à expulsão em massa de trabalhadores permitiu a redução de custos de produção por parte de fazendas e plantações e a sobrevivência mediante os baixos preços de produção. Mas a justaposição de grandes extensões de latifúndios e quantidade de pobres rurais marginalizados, passou a gerar tensões sociais que fizeram estas regiões oscilarem entre a revolução e a repressão contra-revolucionária.

A reforma agrária passou a ser uma questão essencial. Desalojamentos em massa causaram a migração forçada de pessoas para as cidades ou para regiões menos desenvolvidas, como as áreas mais altas dos Andes ou a floresta amazônica.

Ainda segundo Koning (2013, p. 20), "na América Latina, a política agrícola das oligarquias dominantes consistia em forçar produções a baixo custo direcionadas para a exportação no lugar da proteção à produção de alimentos".

Esta conjuntura incitava os pequenos agricultores para produções ilegais como coca, além de ocasionar a instauração de uma superpopulação nas áreas de abrigo de trabalhadores rurais deslocados, degradação do solo e pobreza. Não obstante, no Brasil, os trabalhadores rurais recebiam os piores salários, sendo oprimidos às piores condições de vida e a mais alta taxa de desfiliação no sistema de proteção social.

De acordo com Janvry (1981) e Johnston & Kilby (1975) *apud* Koning (2013), "estas políticas contribuíam para desequilibrar o crescimento econômico e aprofundar as desigualdades também nas cidades".

### 3. África Subsariana

Após a segunda guerra mundial, na década de 1950, deu início o processo de descolonização da África. Entretanto, este fato impactou negativo sobre o segmento rural.

Segundo Bayart (1989) & Goody (1976) *apud* Koning (2013, p. 23):

Diferentemente dos países asiáticos no período pós-colonial, onde existiam forte movimentos de agricultores e governos nacionalistas sensíveis às suas demandas, na África pós-colonial não existiam essas condições. Assim como sociedades da idade de ferro em outros lugares e outras épocas, as sociedades tradicionais africanas eram caracterizadas por normas de herança igualitárias, direitos de propriedade sobre pessoas, e não sobre bens, e estruturas políticas locais fluidas e personalistas. A interação com a emergente economia mundial (caracterizada pelo tráfico de escravos e a falta de investimento na agricultura) não transformou e sim aprofundou essas características. Em vez de organizações classistas, as potências coloniais deixaram como legado relações sociopolíticas clientelistas.

Os políticos se mantinham através de empregos públicos e a organização dos agricultores era inerte para fazer frente ao governo e exigir apoio. Consequentemente, a política colonial que tributava a agricultura ao invés de dar-lhe apoio, como ocorrera na Ásia pós-colonial, não foi reprimida, e sim acentuada. Koning (2013) chega a nomear esta prática de política “anti-agrária” que ocasionou graves repercussões.

Em meados da década de 1960, o crescimento populacional na África foi fortemente acentuado, contudo, o investimento agrícola tornava-se cada vez menos rentável, gerando um processo de abandono das atividades agrícolas.

Segundo Bruijn et al. (2001) *apud* Koning (2013, p. 24):

Entretanto, na medida em que a crise no campo não gerava investimentos em setores não agrícolas, tampouco gerava capital social, ela não foi absorvida por um crescimento não agrícola robusto. Em seu lugar ocorreu uma proliferação de atividades marginais e o aumento da disputa por empregos no setor público. Enquanto isso, as receitas de exportação encontravam-se em queda, fato que combinado à expansão das burocracias estatais, provocava crises fiscais e estagnação econômica. Empréstimos estrangeiros asseguravam breves tréguas, mas a crise da dívida que se seguia forçava os governos a submeterem-se às condições impostas pelos doadores internacionais. Isso resultava primeiro, em cortes nos serviços públicos, em seguida, redução dos salários do setor público, e só em último lugar retração do setor público. Enquanto os agricultores sofriam com o abandono da manutenção de estradas e outros serviços públicos, a diminuição das taxas de lucro das atividades urbanas (por vezes exacerbada pelo fechamento de minas devido aos preços dos minerais em

queda) também os afetava. O fluxo de poupanças urbanas para as aldeias deu lugar a um subsídio reverso das atividades urbanas por parte das atividades rurais. Em alguns lugares, uma migração de retorno, que aumentava a aglomeração em áreas rurais.

Ocorreram situações adversas nas aldeias, gerando um ambiente de agressividade e traições, provocando, segundo Patterson (1998) *apud* Koning (2013), uma degeneração antidemocrática da sociedade civil. Nas cidades, o desemprego ampliava a disputa entre facções e etnias de origem por posições e acesso a seguridade social. A inadequada governança, corrupção e conflitos violentos alargaram significativamente.

De acordo com Koning (2013), as estruturas sócio-políticas elaboradas por potências estrangeiras permitiram que a África ficasse indefesa contra a evolução dos preços mundiais, repercutindo em crises malthusianas e na crise das próprias estruturas sócio-políticas. Enquanto esta situação perdurar, as perspectivas de uma revolução da pecuária, que poderiam melhorar a nutrição humana e proporcionar renda para muitos pequenos agricultores permanecem inermes, além disso, aumentos de preços mais bruscos (principalmente do mercado pecuário asiático) podem ameaçar a segurança alimentar de populações menos favorecidas.